

Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco



Relatório Final

Junho | 2015

Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco



Relatório Final
(versão preliminar)

Junho | 2015

Ficha técnica

Título

Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco
Relatório Final (versão preliminar) | Junho 2015

Promotor

Câmara Municipal de Castelo Branco

**Autoria**

Sociedade de Consultores
Augusto Mateus & Associados, Lda.

Coordenação global

Augusto Mateus

Coordenação executiva

Vânia Rosa

Consultores

Ana Cristina Silva
Márcio Negreiro

Índice

Nota introdutória.....	7
1. Diagnóstico prospetivo do concelho de Castelo Branco	8
Enquadramento territorial: desafios na articulação externa de Castelo Branco	9
Síntese do diagnóstico prospetivo.....	14
Contributos e envolvimento dos atores representantes das forças vivas do concelho.....	32
Análise SWOT do concelho de Castelo Branco	34
2. Visão e estratégia de desenvolvimento	35
A Visão de um futuro ousado para Castelo Branco	36
Estratégia de desenvolvimento.....	38
3. Plano de Ação.....	71
Operacionalização da Visão Estratégica	72
Plano de Ação	74
Anexo	84
Elementos de diagnóstico prospetivo	86
Evolução recente e posicionamento no contexto nacional	86
Crescimento inteligente	93
Crescimento sustentável	98
Crescimento inclusivo	103

Índice de figuras

FIGURA 1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DE CASTELO BRANCO	13
FIGURA 2. A DINÂMICA SOCIOECONÓMICA DAS FREGUESIAS DE CASTELO BRANCO: UM RETRATO DAS SEMELHANÇAS E HETEROGENEIDADES.....	19
FIGURA 3. MOMENTOS DE PARTICIPAÇÃO: REUNIÃO DE TRABALHO COM EMPRESÁRIOS DO CONCELHO NO ÂMBITO DA TEMÁTICA "COMPETITIVIDADE DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO"	32
FIGURA 4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA CASTELO BRANCO.....	39
FIGURA 5. CONFIGURAÇÃO GLOBAL DO EIXO 1. <i>PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E FUNCIONAL</i>	43
FIGURA 6. ARTICULAÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL DE CASTELO BRANCO	49
FIGURA 7. EIXO 2 - AS APOSTAS ESTRATÉGICAS APLICADAS AO ECOSISTEMA EMPRESARIAL DE CASTELO BRANCO	51
FIGURA 8. EIXO 2A - AFIRMAÇÃO DA COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO APLICADA ÀS FILEIRAS PRODUTIVAS ESTRATÉGICAS DE CASTELO BRANCO: APOSTAS ESTRATÉGICAS.....	53
FIGURA 9. EIXO 2B - AFIRMAÇÃO DA COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO APLICADA AO TURISMO EM CASTELO BRANCO: APOSTAS ESTRATÉGICAS.....	56
FIGURA 10. EIXO 3 - ESTRUTURAÇÃO DA ATRATIVIDADE VALORIZANDO O CAPITAL PATRIMONIAL E NATURAL: APOSTAS ESTRATÉGICAS	60
FIGURA 11. AS APOSTAS ESTRATÉGICAS PARA O REFORÇO DA COESÃO E PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TERRITÓRIO	65

Índice de gráficos

GRÁFICO 1. REFERENCIAIS DE ARTICULAÇÃO DE CASTELO BRANCO POPULAÇÃO RESIDENTE, 2011	10
GRÁFICO 2. CRESCIMENTO ECONÓMICO: PIB <i>PER CAPITA</i> 1995-2010	86
GRÁFICO 3. CRESCIMENTO ECONÓMICO: PIB <i>PER CAPITA</i> 2007-2012PE	86
GRÁFICO 4. DECOMPOSIÇÃO DO PIB PER CAPITA: TRAJETÓRIAS DE CONVERGÊNCIA POR VIA DA PRODUTIVIDADE E TRAJETÓRIA DE CONVERGÊNCIA POR VIA DO EMPREGO 1995-2011.....	87
GRÁFICO 5. TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL, MIGRATÓRIO E EFETIVO 2001-2011	88
GRÁFICO 6. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2006 E 2011	91
GRÁFICO 7. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB NACIONAL FACE À UE27 1995-2010	93
GRÁFICO 8. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB DA BEIRA INTERIOR SUL FACE A PORTUGAL 1995-2010.....	93
GRÁFICO 9. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB DA BEIRA INTERIOR SUL NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA FACE A PORTUGAL 2004-2012	94
GRÁFICO 10. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA ÓTICA DO EMPREGO DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO 2011	94
GRÁFICO 11. INTENSIDADE EXPORTADORA 2001-2011	95
GRÁFICO 12. ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES 2001-2011	95
GRÁFICO 13. INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (I&DT), NOS PROJETOS APROVADOS PELOS SISTEMAS DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS 2012	96
GRÁFICO 14. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 30 E 34 ANOS COM ENSINO SUPERIOR 2001 E 2011.....	96
GRÁFICO 15. CAPACIDADE DE ALOJAMENTO E DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS 2002-2011	97
GRÁFICO 16. SAZONALIDADE, TEMPO DE ESTADIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS E PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS 2012.....	97
GRÁFICO 17. PESO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA PRODUÇÃO BRUTA DE ELETRICIDADE 2002-2012	98
GRÁFICO 18. SUPERFÍCIE AFETA À REDE NATURA 2000 E A ÁREAS PROTEGIDAS 2010	99
GRÁFICO 19. GRAU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E ÁGUAS RESIDUAIS 2009	100
GRÁFICO 20. SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) 2009.....	101
GRÁFICO 21. ESTRUTURA DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR DIMENSÃO 2009	101
GRÁFICO 22. OCUPAÇÃO DO SOLO 2006	102
GRÁFICO 23. MOVIMENTOS PENDULARES 2011.....	102
GRÁFICO 24. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL 2001-2011.....	103
GRÁFICO 25. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR 1991, 2001 E 2011	104
GRÁFICO 26. TAXA DE INSUCESSO ESCOLAR 2005-2012	104
GRÁFICO 27. TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 20 E OS 64 ANOS 2001-2011	105
GRÁFICO 28. ÍNDICE DE DESEMPREGO 2001 E 2011	106
GRÁFICO 29. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO 2001-2013	107
GRÁFICO 30. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO POR HABILITAÇÕES 2013	107
GRÁFICO 31. ESTRUTURA DE TRABALHORES POR INTERVALO DE SALÁRIO MEDIANO 2000	108
GRÁFICO 32. ESTRUTURA DE TRABALHORES POR INTERVALO DE SALÁRIO MEDIANO 2009	108

Índice de mapas

MAPA 1. TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO E TAXA DE ATRAÇÃO/REPULSÃO 2001-2011	89
MAPA 2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA 2001-2011	90
MAPA 3. CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE 2012.....	98
MAPA 4. DIRETRIZES AMBIENTAIS	99
MAPA 5. RESÍDUOS URBANOS 2012	100

Índice de quadros

QUADRO 1. DIMENSÃO COMPARADA DE CASTELO BRANCO: DIMENSÃO POPULACIONAL E DA BOLSA DE EMPREGO	11
QUADRO 2. CARATERIZAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	20
QUADRO 3. DISTÂNCIA DE CASTELO BRANCO AOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS.....	23
QUADRO 4. INDICADORES DE ATIVIDADE - EMPRESAS COM SEDE EM CASTELO BRANCO (CONCELHO) 2013	30
QUADRO 5. SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS RECOLHIDOS NOS MOMENTOS DE PARTICIPAÇÃO	33
QUADRO 6. ANÁLISE SWOT DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	34

Siglas

CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar

CEI – Centro de Empresas Inovadoras

DT – Domínio Transversal

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco

LABET - Laboratório de Termodinâmica

PIB – Produto Interno Bruto

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SCT – Sistema Científico e Tecnológico

UE – União Europeia

Nota introdutória

Este documento corresponde a uma versão preliminar da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco.

A “**Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco**” beneficia de um trabalho de apropriação dos diversos elementos de caracterização do concelho, num quadro de diagnóstico estratégico. Orientado em termos dos grandes objetivos fixados em termos europeus para o próximo ciclo de programação estrutural 2014-2020, de promover um crescimento que seja inteligente, sustentável e inclusivo, o diagnóstico efetuado ao concelho de Castelo Branco aborda estas temáticas, e aprofunda-as numa metodologia de abordagem participada. Aborda e aprofunda estas temáticas sem, contudo, omitir ou atribuir menor relevância às necessidades e ambições do concelho, que as ultrapassem. Os fundos comunitários disponíveis no Portugal 2020 são um instrumento que deve ser sabiamente mobilizado, e otimizado, sem, contudo, lhes imputar uma leitura redutora das reais necessidades e ambições de Castelo Branco. Esse é o papel do planeamento estratégico: elencar e priorizar objetivos de atuação, otimizando instrumentos disponíveis e mobilizando-os na perspetiva do contributo para os objetivos globais de desenvolvimento do concelho.

Desde o seu arranque, que se pretendeu adotar uma metodologia participada na construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Castelo Branco. Os elementos de diagnóstico do concelho internalizam os contributos recolhidos nas reuniões de trabalho realizadas com agentes económicos e sociais do concelho, visando introduzir orientação prática e exequibilidade às orientações a estabelecer para a definição da estratégia de intervenção a adotar para atingir os objetivos de desenvolvimento estipulados para o futuro de Castelo Branco. As suas principais conclusões são alvo de destaque autónomo no capítulo 1.

A visão, a estratégia e o plano de ação materializam a necessária priorização de objetivos e a correspondente hierarquização de necessidades de intervenção. A construção de uma estratégia coerente de desenvolvimento, com a definição das intervenções estruturantes que lhes dão operacionalidade e eficácia, pressupõe um processo que engloba três dimensões relevantes (diagnóstico – capítulo 1 e Anexo, visão e estratégia – capítulo 2, e plano de ação – capítulo 3), suportadas por um efetivo modelo operacional de governação e gestão (corporizando um eixo concreto de intervenção), que se complementam e que devem processar-se de forma iterativa e numa “espiral” visando afirmar os territórios como espaços atrativos para viver visitar investir, trabalhar, aprender e conhecer. Esta leitura do território baseada nas suas “utilizações” permite incorporar, no processo de definição estratégica, níveis imprescindíveis de aderência à realidade e de aplicação ao caso concreto, consoante a sua maior “vocaçãõ” atual e “potencialidade futura”.

Ressalva-se a importância da articulação entre este documento e outros documentos de planeamento estratégico, a dois níveis principais a privilegiar:

- **Ao nível da escala municipal de planeamento**, com articulação com os documentos estratégicos em elaboração conjugada: **Plano Estratégico de Turismo e Plano Estratégico para a Cidade de Castelo Branco**;
- **Ao nível da escala intermunicipal de planeamento**, com articulação com os municípios da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Finalmente, salientar que os conteúdos deste documento constituem uma versão preliminar, aberta aos contributos e à participação construtiva de todos quantos queiram fazê-lo.

1. Diagnóstico prospetivo do concelho de Castelo Branco



Enquadramento territorial: desafios na articulação externa de Castelo Branco

Castelo Branco é um concelho beirão, integrado na região Centro de Portugal e que faz fronteira entre a área raiana portuguesa e espanhola.

A homogeneidade identitária reconhecida aos territórios da Beira não é recente. Já desde o século XIII se aglutinaram na região da Beira o correspondente aos atuais distritos da Guarda, Castelo Branco e parte de Viseu. As sucessivas alterações nas bases da divisão administrativa (chegando à divisão do País em Províncias, já no século XX), embora com configurações diferentes, foram conjugando as divisões da Beira em litoral/interior e Norte-Sul (Beira Litoral, Beira Interior, Beira Alta, Beira Baixa,...).

A realidade administrativa moderna¹ coloca Castelo Branco na **NUTS III da Beira Baixa**, coincidente com os contornos da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Os seis concelhos que constituem esta NUTS III juntam Oleiros e Proença-a-Nova aos quatro já anteriormente agregados na Beira Interior Sul, a saber, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão.

Atualmente, Castelo Branco é uma das maiores cidades do território beirão, entendido na sua perspetiva alargada. O reconhecimento como capital de distrito retrata a dimensão populacional, económica e institucional que Castelo Branco detém historicamente. Assumindo um papel de polarizador das dinâmicas regionais, o comportamento dos indicadores nesta região de inserção é largamente puxado pelo desempenho de Castelo Branco.

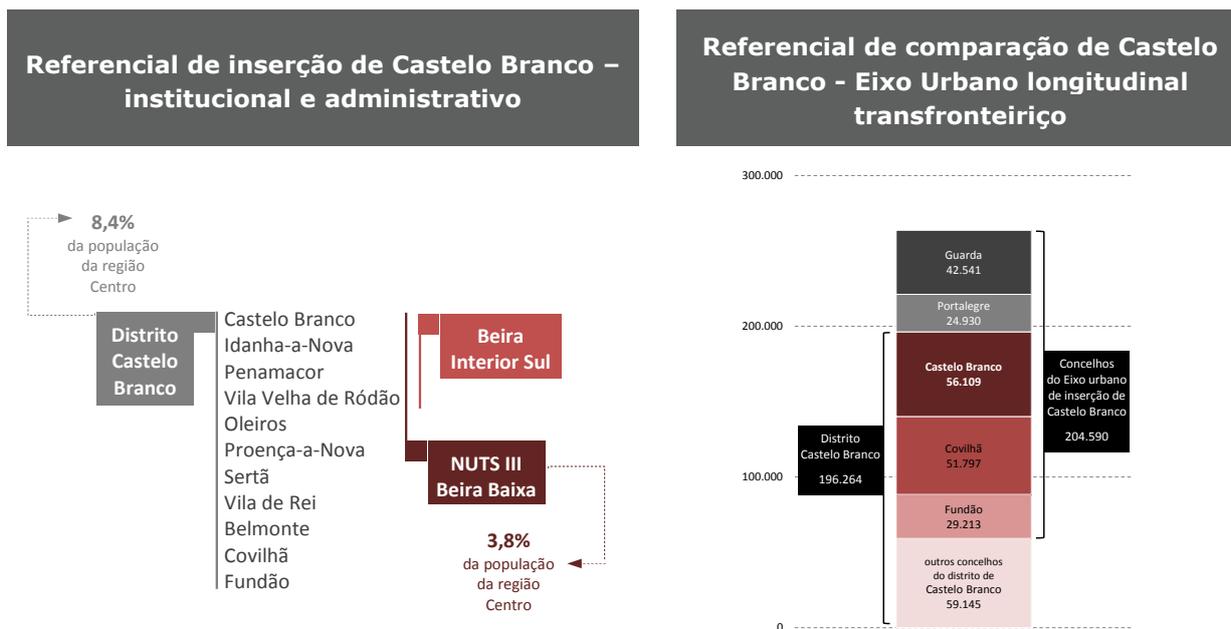
A Beira Baixa encontra-se administrativamente inserida na Região Centro de Portugal (da qual responde por cerca de 3,8% da respetiva população, que se estende a 8,4% quando se considera a dimensão dos 11 concelhos que compõem o distrito de Castelo Branco) e é reconhecida pelo determinismo de alguns fatores de natureza eminentemente geográfica, relevantes para a compreensão das suas dinâmicas sociais e económicas:

- ✓ **Territórios vastos e fortemente integrados num sistema natural denso**, onde a natureza e os espaços verdes, sejam eles naturais ou de produção, assumem um notável protagonismo, e onde a rarefação populacional acentua ainda mais os baixos níveis de densidade populacional;
- ✓ **Territórios fronteiriços**, tendencialmente interpretados como sinónimos de uma noção redutora de interioridade, onde os equilíbrios entre a ocupação humana dos territórios urbanos e rurais se têm vindo a alterar em favor do urbano (a população residente nas cidades tende a ultrapassar os cerca de 60% face aos respetivos concelhos), e onde se conjuga uma vocação notória para o aprofundamento bem-sucedido de modelos produtivos ligados à modernização do mundo rural.

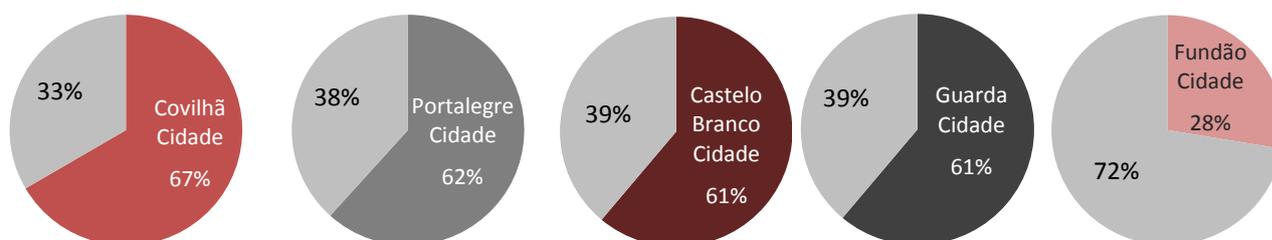
O sistema urbano da Beira Baixa está parcialmente integrado no eixo da Beira Interior (Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco), ocupando uma importante posição no contexto transfronteiriço Portugal-Espanha. O quadro de análise do funcionamento dos sistemas de mobilidade, circulação e fluxos de diversas naturezas recomenda uma análise deste eixo urbano com prolongamento até ao território da capital de distrito Portalegre. Utiliza-se, como tal, o concelho de Portalegre no referencial de comparação direta de Castelo Branco, para além dos concelhos/cidades da Guarda, Covilhã e Fundão. A bacia populacional deste **eixo urbano longitudinal transfronteiriço** ultrapassa os 200 mil habitantes (Gráfico 1).

¹ Em vigor a partir de Janeiro de 2015. Aos quatro concelhos que compunham a NUTS III Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) juntam-se os concelhos de Oleiros e Proença-a-Nova, agregados na nova NUTS III Beira Baixa.

Gráfico 1. Referenciais de articulação de Castelo Branco | população residente, 2011



Dimensão urbana dos concelhos do **Eixo Urbano longitudinal transfronteiriço Guarda-Portalegre**: mais de 60% da população concentradas nas cidades, apenas com o Fundão a inverter esta tendência



Fonte: INE, Censos 2011

Castelo Branco é um dos concelhos mais extensos do país (1.440 km²) e o maior dos 100 concelhos da região Centro. É um concelho cuja cidade tem ganho protagonismo do ponto de vista da concentração populacional. Assume-se como um polo administrativo e económico de inegável atratividade para a Beira Interior também por força da sua centralidade geográfica. As serras da Gardunha e do Moradal, respetivamente a Norte e a ocidente, o Parque Natural do Tejo Internacional a Sul, e Espanha a oriente, marcam a paisagem e delimitam este concelho que, dada a proximidade à fronteira, surge como um elo de ligação à Europa.

Castelo Branco é o concelho do eixo urbano longitudinal transfronteiriço Guarda-Portalegre com maior dinamismo em termos populacionais e de bacia de emprego e unidades empresariais, com reflexos na relativa capacidade de contenção nos impactos da crise económica que explodiu em 2008. A quebra no número de postos de trabalho nos estabelecimentos localizados no concelho, apesar de expressiva (-9,8%), é mais moderada que a registada no País (-13,6%) e em quase todos os concelhos deste eixo urbano, com exceção de Portalegre.

Quadro 1. Dimensão comparada de Castelo Branco: dimensão populacional e da bolsa de emprego

Território	População			Empresas (sede)			Pessoal ao serviço nas empresas (sede)			Estabelecimentos		Pessoal ao serviço os estabelecimentos	
	2011	Variação 2001-11	Taxa atração/repulsão 2001-11	2012	Variação 2004-12	Variação 2008-12	2012	Variação 2004-12	Variação 2008-12	2012	Variação 2008-12	2012	Variação 2008-12
Portugal	10.562.178	2,0%	1,2%	1.062.782	-2,0%	-14,0%	3.511.666	-4,3%	-13,6%	1.116.181	-13,8%	3.490.789	-13,6%
Centro	2.327.755	-0,9%	1,2%	230.274	-4,6%	-13,3%	653.964	-8,0%	-13,4%	241.548	-13,2%	701.006	-13,6%
Beira Interior Sul	75.028	-4,0%	3,0%	6.721	-5,2%	-11,9%	17.043	-4,0%	-4,4%	7.243	-11,3%	19.880	-10,6%
Castelo Branco	56.109	0,7%	3,5%	5.254	-4,4%	-11,5%	13.753	-2,0%	-1,6%	5.713	-10,7%	16.430	-9,8%
Fundão	29.213	-7,2%	-0,9%	2.629	-6,7%	-10,9%	6.631	-5,7%	-10,4%	2.751	-10,8%	7.154	-11,4%
Covilhã	51.797	-5,0%	-1,3%	4.306	-3,8%	-13,3%	12.899	-12,0%	-13,7%	4.557	-13,0%	13.642	-13,4%
Guarda	42.541	-2,9%	-0,8%	4.194	0,5%	-11,7%	11.752	6,8%	-12,4%	4.444	-10,9%	12.641	-17,5%
Portalegre	24.930	-4,0%	0,0%	2.417	-0,2%	-12,5%	7.249	0,1%	-14,3%	2.576	-12,6%	8.300	-7,9%
Cast.Branco/ Centro (%)	2,4%			2,3%			2,1%			2,4%		2,3%	
Cast.Branco/ BIS (%)	74,8%			78,2%			80,7%			78,9%		82,6%	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A compreensão das diferentes escalas de articulação em que Castelo Branco se insere recomenda que sejam valorizadas, em particular, as seguintes dimensões:

- ✓ A **dimensão transfronteiriça** de um território que deve ser, muito mais, perspectivado pelo seu papel na ligação à Europa, via Espanha, e muito menos, perspectivado como território interior e/ou diminuído. Tal perspetivação exige que a valorização das acessibilidades de Castelo Branco ultrapasse o par Lisboa-Porto e inclua também Madrid e as temáticas de intervenção que podem ser perspectivadas quando se posiciona Castelo Branco, não excentricamente face a Lisboa-Porto, mas no centro de um território mais alargado, onde se incluem territórios espanhóis;

- ✓ A dimensão da articulação com os **territórios da raia** e com os **territórios Triurbir**:

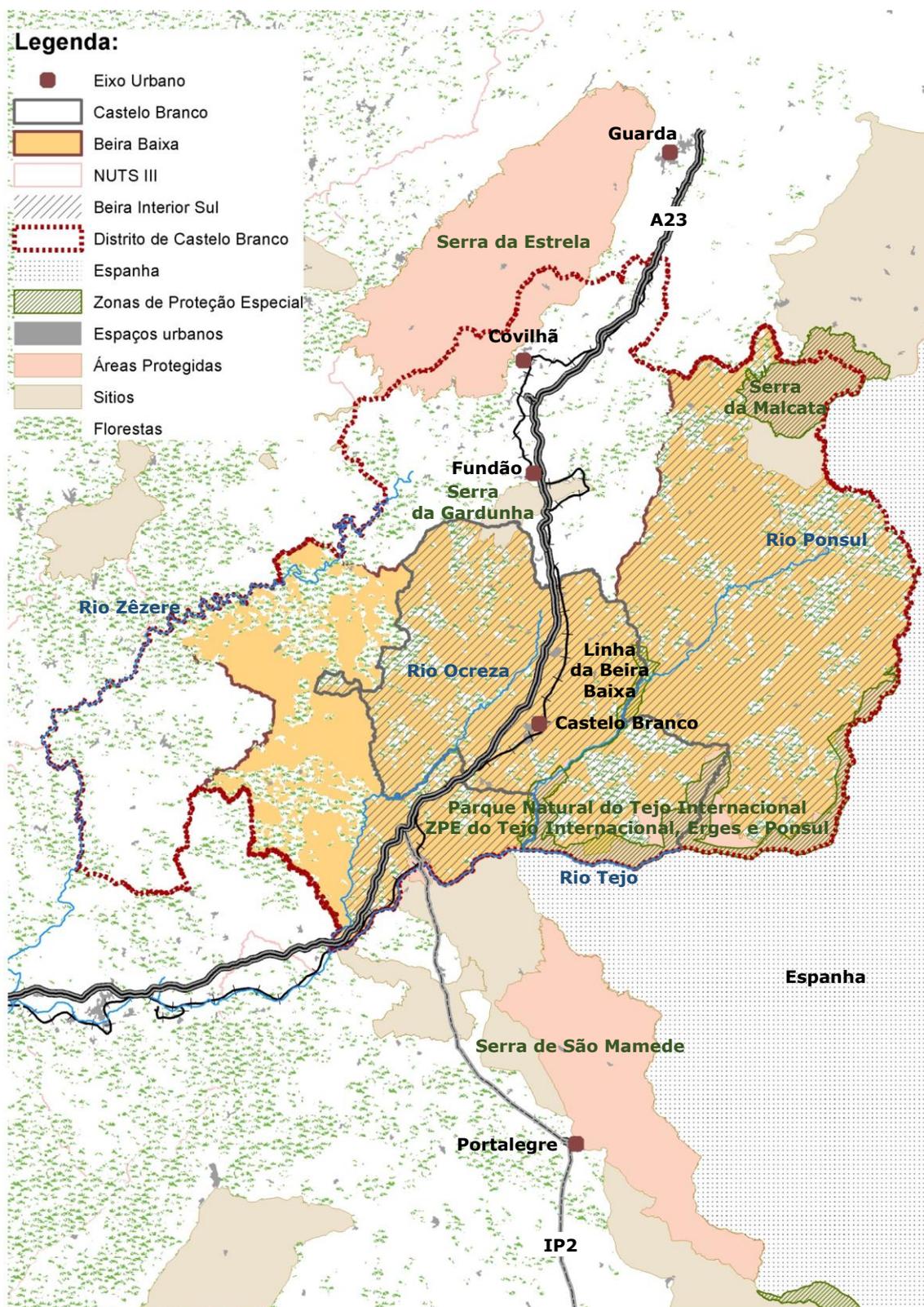
A **Raia Central Portuguesa** constitui um território complexo a nível social, económico e demográfico, mas com um carácter da paisagem bem vincado, na qual se evidenciam os elementos naturais que a constituem. De facto, destaca-se nesse território a riqueza e a variedade da paisagem, entendida sobretudo como um complexo sistema de factos e de valores, originados essencialmente pelo contexto evolutivo desses territórios. Apesar de não se poder falar, exclusivamente, em paisagens naturais, são os elementos da natureza (morfologia, água, vegetação) aqueles que mais valorizam essa paisagem.

Os territórios do **Triângulo Urbano Ibérico Raiano (Triurbir)** constituíram uma associação² exatamente por reconhecerem as temáticas homogéneas que partilham entre si. Os territórios interiores dos dois lados da fronteira de Portugal (**Castelo Branco**, desde o arranque da associação, em 1997, e mais recentemente, também **Portalegre**) e Espanha (**Cáceres** e **Plasencia**) partilham debilidades resultantes da desertificação e das fragilidades das respetivas economias, que procuram colmatar, numa lógica concertada de atuação, através de intervenções com enfoque no desenvolvimento do mundo rural e das respetivas cidades, articulando os sectores sociais, culturais e económicos das quatro cidades, bem como trabalhar conjuntamente nas áreas da juventude e do turismo.

- ✓ A dimensão do **reforço da articulação ao longo do eixo urbano longitudinal transfronteiriço** Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco-Portalegre, em função de diferentes vetores de articulação, como seja o alargamento da base de recursos endógenos, nomeadamente floresta e setor primário, que se estabelece com os territórios do Fundão e Médio Tejo; e a partilha de recursos/geografia com os territórios do norte alentejano;
- ✓ A dimensão da **assinalável envolvente natural** de Castelo Branco e do papel que o reconhecimento internacional desses valores permite catalisar, nomeadamente em termos turísticos e do desenvolvimento de atividades associadas. A inserção de Castelo Branco em territórios classificados e onde os recursos hídricos assumem notoriedade (Parque Natural do Tejo Internacional; Serra da Gardunha; territórios do Rio Tejo; Rio Ponsul e falha do Ponsul como determinante na mudança da paisagem, etc.) introduzem escalas diferenciadas de articulação que importa valorizar e materializar em torno de intervenções concretas e geradoras de resultados. A valorização das atividades turísticas em Castelo Branco recomenda que sejam dinamizados os elos de articulação patrimonial e lúdica e de lazer com os territórios envolventes, onde o papel da região de turismo do Centro surge como determinante.

² Em rigor, constituíram um Agrupamento Europeu de Interesse Económico.

Figura 1. Enquadramento territorial de Castelo Branco



Síntese do diagnóstico prospetivo³

Castelo Branco como concelho polarizador das dinâmicas socioeconómicas da região da Beira Interior Sul com responsabilidade no reforço da atratividade do território de inserção

Castelo de Branco desempenha um **papel relevante no contexto territorial da Beira Interior Sul**, onde exerce uma polarização forte decorrente da sua significativa representatividade empresarial, emprego e populacional. A cidade de Castelo Branco assume o **papel de motor urbano da região**, que se justifica pela concentração da mais diversificada oferta de condições de *habitat* (serviços, equipamentos, espaços culturais e de lazer, entre outros), que promove coesão social e reforça a atratividade de residentes e turistas para a região.

O comportamento dos indicadores de medição do nível de vida da região da Beira interior Sul é largamente puxado pelo desempenho de Castelo Branco.

Em termos de nível médio de vida, a Beira Interior Sul descreveu uma **trajetória de convergência positiva**, representando, em 2012, 90,5% do PIB *per capita* nacional face a 86,5% em 1995, estando entre os melhores desempenhos da região Centro (Gráfico 2 e Gráfico 3). Esta *performance* é justificada por via de **incrementos na taxa de utilização dos recursos humanos** – que passou de 52% em 1995 para 65% em 2011, 42% acima da média nacional – que revela um efeito suficientemente forte para suplantar as **quebras de produtividade** – reduziu-se, entre 1995-2011, de 75% do valor nacional para 64% (Gráfico 4). A estas tendências não são indiferentes a **evolução demográfica regressiva** que se tem verificado nas últimas décadas (Gráfico 5).

No indicador compósito de avaliação do desempenho regional (Gráfico 6), a Beira Interior Sul ocupa a 11^a posição (em 30 NUTS III) do *ranking* global do Índice sintético de desenvolvimento regional (2011). Este posicionamento é amplamente justificado pela **boa colocação no Índice de Coesão** (13^a posição) – associado ao “grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades” – e, de **forma destacada**, no **índice de qualidade ambiental** (7^a posição) – que “capta as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente, numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais”. Contudo, está **entre as 14 NUTS III menos competitivas**, medido através do índice de competitividade – onde se pretende “captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (em termos de recursos humanos, ou que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

Um concelho globalmente atrativo, que enfrenta o desafio de sustentação pelo reforço das condições de emprego e residenciais e pela afirmação de novos vetores de coesão social

As dinâmicas demográficas de Castelo Branco têm registado diferentes fases e ritmos de evolução. Os anos 60 foram marcados pelo **êxodo populacional** decorrente, por um lado, da emigração para a Europa e, por outro lado, pelo abandono das freguesias rurais em

³ Este capítulo deve ser analisado em conjunto com o Anexo – Elementos de diagnóstico prospetivo.

direção ao Litoral e à cidade de Castelo Branco. O equilíbrio demográfico e económico do concelho foi, naturalmente, afetado.

Atualmente Castelo Branco concentra cerca de 56 mil habitantes nas suas 19 freguesias. Entre 1991-2011, ganhou cerca de 1.799 habitantes, o que equivale a um aumento populacional de 3,3%, resultado de uma dinâmica positiva que foi particularmente evidente entre 1991 e 2001, onde o crescimento foi de 2,6%. O último período intercensitário regista um significativo abrandamento deste dinamismo, enquadrando Castelo Branco num conjunto de **territórios com crescimento populacional reduzido** (0,7%), justificado por um crescimento migratório positivo (5,2%) que ainda assim compensa fortes quebras da natalidade (-4,5%). O **estatuto de concelho atrativo** (Mapa 1) contrasta com o que ocorre na NUTS III onde está inserido, onde se verifica uma perda populacional de 4%, em que o saldo migratório positivo (4,4%) apenas atenua a significativa quebra da natalidade (-8,4%) e com o processo regressivo observado nos concelhos do eixo urbano longitudinal transfronteiriço – Guarda (-2,9%), Covilhã (-5,0%), Fundão (-7,2%) e Portalegre (-4,0%).

Coloca-se a Castelo Branco o desafio de **combater o esvaziamento populacional e de converter em oportunidade o seu posicionamento enquanto território do interior mas transfronteiriço**, que pode beneficiar do retorno dos **investimentos municipais ao longo dos últimos anos na revitalização dos núcleos urbanos e rurais** do concelho, e que atuaram positivamente nos obstáculos que foram sendo identificados ao desenvolvimento coeso deste território.

Um concelho diverso, com uma cidade aglutinadora e um conjunto de freguesias rurais que enfrentam fortes desafios de inversão de tendências regressivas, a nível socioeconómico e empresarial

Castelo Branco é um **concelho com dinâmicas internas diferenciadas**, onde convive o urbano industrial com o rural predominantemente agrícola. É constituído por 19 freguesias, resultado da recente reorganização administrativa do território publicada na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que, com a união de freguesias, reduziu em seis as 25 anteriores.

A **diversidade da paisagem de Castelo Branco** conjuga o território montanhoso, mais expressivo nas freguesias do norte do concelho, com a topografia menos acidentada presente nas freguesias do centro, com a paisagem singular que emerge a partir da falha do rio Ponsul e se estende até ao rio Tejo. A identidade própria do território e das freguesias de Castelo Branco combina património natural com os saberes, sabores e tradições, quase sempre associados aos recursos endógenos do território.

Reconhece-se a **capacidade aglutinadora da cidade** e uma expressiva vocação industrial, e que tem sido mais atrativa do ponto de vista residencial, que contrasta com o vivenciado nas restantes freguesias, mais rurais, e que têm perdido população e atividade económica.

Castelo Branco sempre demonstrou uma forte **vocação agrícola**. Ao longo da sua história, as próprias atividades industriais estavam ligadas à agricultura. O período pós-revolução trouxe para a cidade o desenvolvimento industrial, impulsionado pela zona industrial e pelos retornados. O advento industrial do concelho deu-se com a chegada da unidade industrial da CABLESA, na altura integrada no grupo General Motors, nomeadamente na fileira automóvel. Com a aceleração da globalização e o início do processo de desindustrialização do país e da Europa, o concelho de Castelo Branco foi perdendo alguma da sua pujança industrial. Menos empresas a instalarem-se, menor volume de investimento estrangeiro e dificuldades de renovação da mão-de-obra. A cidade “diminui” pela indústria, ganhou alguma preponderância nos serviços e viu crescer, a um ritmo significativo, a criação de postos de trabalho no terceiro setor.

Por seu lado, as restantes freguesias foram, progressivamente, perdendo a sua vocação agrícola, causa e consequência do êxodo de população para a cidade e para fora do concelho, e mesmo alguma indústria que conseguiram atrair. Hoje, estas freguesias percorrem uma trajetória de renovação do seu tecido económico num quadro de menor oferta de emprego, incorporando mais serviços (terceiro setor) e desenvolvendo algumas iniciativas ligadas à exploração dos recursos, via setor primário e atividades turísticas.

O **espaço concelho extra-cidade é escassamente povoado (densidade populacional que desceu de 19 para 16 habitantes por km²) e tem sofrido processos de desindustrialização expressiva**, como é o caso das freguesias do sul - com perdas assinaláveis na indústria, com destaque para os lanifícios - e as restantes - onde a atividade agrícola tem vindo a reduzir-se, mantendo-se uma réstia de esperança no **desenvolvimento das atividades turísticas**.

Nas freguesias mais a norte, que se caracterizam por uma **paisagem de montanha** - fruto da sua proximidade com a Serra da Gardunha - ainda subsistem as atividades mais tradicionais ligadas à floresta e começam a ser desenvolvidas outras atividades conexas, como o turismo (Aldeias de Xisto) e a produção de energia eólica.

Identificam-se, neste contexto, **quatro grupos homogéneos nas 19 freguesias do concelho de Castelo Branco** (Figura 2 e Quadro 2):

- ✓ **Polos urbanos com força aglutinadora**, onde se incluem as freguesias de Castelo Branco e Alcains;
- ✓ **Freguesias com potencial de alastramento urbano projetado pela cidade**, onde se incluem a União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, Benquerenças, Salgueiro do Campo, União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede e Lardosa;
- ✓ **Freguesias em processo de esvaziamento populacional e com tecido económico débil**, onde se incluem as freguesias de União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa e União de freguesias de Escalos de Baixo e Mata;
- ✓ **Freguesias em processo de esvaziamento populacional e envelhecimento**, onde se incluem as freguesias de Monforte da Beira, Malpica do Tejo, Santo André das Tojeiras, Sarzedas, União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo, Tinalhas, União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, Lourçal do Campo, S. Vicente da Beira e Almaceda.

Na **freguesia de Castelo Branco concentra-se o núcleo urbano por excelência do concelho**, funcionando como um polo aglutinador de população, de emprego e de serviços, com dinâmicas socioeconómicas próprias de uma cidade. Concentra cerca de dois terços da população residente no concelho, fruto de uma capacidade de atração de novos residentes que foi, muitas vezes, exercida sobre a população residente nas outras freguesias do concelho, sendo expetável que este efeito perca força, sobretudo num cenário em que a maioria das freguesias já assistiu a um considerável esvaziamento populacional. Como resultado da polarização que exerce sobre o restante território, Castelo Branco é a freguesia "mais jovem" do concelho e é menos envelhecida que o país e a região da Beira Interior Sul.

Alcains é a segunda freguesia mais populosa do concelho, com mais de cinco mil habitantes, e a única - a par de Castelo Branco - que registou um crescimento populacional no último período intercensitário (2%), sendo a segunda freguesia "mais jovem" do concelho. Em Alcains o setor das confeções mantém-se como uma das principais atividades económicas da freguesia, sendo ainda relevante a construção civil, num cenário em que os serviços e comércio têm vindo a ganhar importância, muito pela dimensão populacional da própria freguesia que permite sustentar uma base significativa destas atividades.

Benquerenças, a União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, de Lardosa e Salgueiro do Campo correspondem a freguesias onde residem menos de mil habitantes, que registaram as perdas menos acentuadas da população residente no último período intercensitário (inferiores a 10%). Nestas freguesias o fenómeno de envelhecimento é, também, ligeiramente mais contido, apesar de superar o valor para a totalidade do concelho. Posicionadas ao longo do eixo da A23, conjuntamente com a União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, são territórios onde é necessário **promover intervenções que favoreçam o potencial de alastramento urbano a partir da cidade.**

As freguesias de Escalos de Baixo e Mata, de Escalos de Cima e Lousa e as freguesias de São Vicente da Beira e de Sarzedas **retêm população residente num patamar superior a mil habitantes**, mas têm assistido a fortes reduções no seu efetivo face a 2001. Com a perda de população residente e as dificuldades de renovação da população por via natural, estas freguesias apresentam índices de envelhecimento superiores ao país. A crise nos lanifícios, particularmente incidente nas freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, explica a **atual debilidade de um tecido económico outrora mais denso**, deixando a expectativa da possibilidade de recuperação de algum desse dinamismo através da implementação de projetos empreendedores e inovadores, que beneficiem do *know-how* técnico especializado existente nos recursos humanos do concelho e da região.

Almaceda, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Santo André das Tojeiras, Tinalhas, a união de freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo e a união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo são, na generalidade, freguesias de menor dimensão populacional que observaram uma perda significativa de população – a maioria perdeu um quinto da população residente entre 2001. É também nestas freguesias que o envelhecimento se vem acentuando de forma mais expressiva, colocando fortes desafios ao desenho e implementação de respostas adequadas às necessidades desta franja da população, sobretudo nas freguesias com uma grande extensão territorial e com um modelo de povoamento disperso. Malpica do Tejo e Monforte da Beira são, a par de Castelo Branco as que absorvem mais mão-de-obra de residentes na freguesia, garantindo postos de trabalho a mais de dois terços da população residente empregada, embora com perfil distinto das atividades realizadas.

Sobrepõe-se, contudo, a estes traços distintivos, a **homogeneidade dos valores culturais e patrimoniais do concelho de Castelo Branco**. Nas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira, a paisagem do Parque do Natural do Tejo Internacional conjuga-se com uma vocação agrícola, nomeadamente a **produção de azeite e queijo**, e que permitiu o surgimento de iniciativas que já revelam algum grau de maturidade ligadas ao **turismo natureza**. Partilham, ainda, esta vocação agrícola as uniões de freguesias de Póvoa de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede e Escalos de Cima e Lousa, onde são relevantes as atividades ligadas à **pecuária, ao azeite, ao mel e à cortiça**.

As **tradições, saberes e sabores** de Castelo Branco constituem um acervo importante para a defesa da identidade do concelho. Dispersos pelas suas freguesias, podem encontrar-se produtos tradicionais e eventos, cada um com um carácter singular no território, que transportam uma **herança do sentimento Beirão** e mantêm uma homogeneidade global que dá corpo à identidade da Beira Baixa.

A tradição dos **lanifícios** patente em diversas peças de artesanato está presente na generalidade das freguesias, com destaque para os Bordados de Castelo Branco, a tecelagem de mantas tapetes, colchas e rendas. São, também, importantes e ricos os **trabalhos em cantaria** (Alcains) e os **trabalhos em cortiça e madeira**, mais relevantes nas freguesias de Benquerenças, Malpica do Tejo, Salgueiro do Campo, Sarzedas, Tinalhas e nas uniões de freguesias de Escalos de Baixo e Retaxo e Freixial do Campo e Juncal do Campo.

Também a **gastronomia** constitui um elemento valioso de afirmação da identidade e projeção turística de Castelo Branco e da Beira Baixa. Os **queijos, azeites, vinhos, borrego e cabrito, bucho e enchidos, méis e bolos** são produtos que dão sabor e cor ao território. Esta riqueza encontra-se espalhada pelas diversas freguesias, com diferentes graus de importância; por exemplo os queijos têm maior destaque em Alcains, Castelo Branco, Lardosa, Louriçal do Campo e Malpica do Tejo; a relevância dos restantes produtos encontra-se vertida no Quadro 2.

As **festas e romarias** são verdadeiros acontecimentos que aglomeram um conjunto de tradições genuínas e que apelam a vivências “antigas” que carregam uma importante componente de saudade junto daqueles que deixaram a sua freguesia, o seu concelho. A Nossa Senhora de Mércules é a principal festa do concelho e aquela que capta mais visitantes. As restantes festas constituem um elemento fundamental para a defesa dos lugares e, conseqüentemente, das diferentes freguesias. Estas festividades impulsionam, muitas vezes, o regresso à terra, principalmente no mês de agosto, e têm associado um conjunto de atividades que dão vida a estes territórios.

Um novo olhar sobre o fenómeno do envelhecimento populacional, perspetivado como tendência forte à qual estão associados constrangimentos, mas onde se podem identificar oportunidades

Castelo Branco vive o fenómeno expressivo do envelhecimento populacional. No concelho residem 187,9 idosos por cada 100 jovens (2011), num patamar que se acentua face a 2001 (168) e que também supera a média nacional (127,8). É, contudo, a **situação menos gravosa da Beira Interior Sul** (249,6 idosos por cada 100 jovens) e ocupa uma posição intermédia quando a referência é o eixo urbano longitudinal transfronteiriço, onde o Fundão surge como território mais envelhecido (235,7) e a Guarda menos (152,1 - Gráfico 24). A população com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a ganhar peso: aumentou 8% no último período intercensitário e atingiu 23,8% da população total (2011). Assiste-se a um **estreitamento da bolsa de trabalho**, medido pela redução da proporção da população em idade ativa (64,5% para 63,5%, entre 2001-2011), que se torna mais preocupante quando se constata que a camada da população jovem (até aos 14 anos), de apenas 12,7%, não garante um ritmo que assegure a regeneração populacional e, em particular, a cadência de entrada de recursos humanos no mercado de trabalho. O envelhecimento é um fenómeno problemático, sobretudo, na perspetiva da **dependência demográfica** que implica (Mapa 2). Sendo uma tendência forte dos tempos modernos, os territórios podem encontrar processos de reconversão destas ameaças, onde surgem os ligados à **valorização da economia social**.

Um território com uma rede social que funciona bem, sobre uma já sólida parceria, à qual apenas são referidas necessidades de melhorias funcionais pontuais

O município tem realizado **assinaláveis investimentos na área social**, em parceria com IPSS e outras instituições públicas e privadas atuantes neste domínio. São os casos das intervenções na área da deficiência, da violência doméstica e de apoio aos emigrantes, a prevenção da toxicod dependência (incluindo jovens em risco) e o envelhecimento ativo, com a universidade sénior. A problemática da saúde mental é a área em que se exige melhor resposta do concelho e é uma das patologias com maior crescimento nos tempos modernos.

A **questão social é de crucial relevância para o desenvolvimento do concelho de Castelo Branco**, perante as problemáticas sociais que se observam, tais como o apoio aos idosos e à infância, o desemprego, a melhoria dos desempenhos escolares e o apoio aos impactos de outros problemas sociais. A rede social está instituída e apresenta um histórico de colaboração muito positivo, sendo neste momento as necessidades de melhoria referenciadas ao nível da articulação interdisciplinar de competências entre instituições, da qualificação dos recursos humanos, assim como da promoção da eficiência da parceria.

Figura 2. A dinâmica socioeconómica das freguesias de Castelo Branco: um retrato das semelhanças e heterogeneidades



[Polos urbanos com força aglutinadora]

- Maior dimensão populacional, concentram mais de 70% da população do concelho
- Observaram um crescimento da população residente entre 2001-2011
- "Mais jovens"
- Com maior bolsa de emprego
- Mais industriais

[Alastramento urbano projetado pela cidade]

- Menos de mil habitantes em 2011
- Com perdas moderadas de população (<10%) entre 2001 e 2011
- Menos envelhecidas
- Com menor capacidade de absorção da população ativa residente
- Fenómeno de terciarização do tecido económico em detrimento das atividades agrícolas

[Esvaziamento populacional e tecido económico débil]

- Mais de mil habitantes em 2011
- Com perdas significativas (>15%) da população residente entre 2001 e 2011
- Com agravamento do fenómeno de envelhecimento
- Com incapacidade em gerar postos de trabalho que absorvem menos de metade da população ativa residente
- Conjugam vocação agrícola com vocação florestal

[Esvaziamento populacional e envelhecimento]

- Com perdas significativas (>15%) da população residente entre 2001-2011
- Mais envelhecidas e com agravamento da tendência de envelhecimento
- Bolsa de mão de obra reduzida que, tendencialmente, ocupa os postos de trabalho disponibilizados na freguesia
- Conjugam vocação agrícola com potencial turístico

Quadro 2. Caracterização das freguesias do concelho de Castelo Branco

Freguesia	População residente 2011	Variação da população residente 2001-2011	Índice de envelhecimento 2011	População residente empregada	Emprego na freguesia preenchido por residentes	Principais atividades económicas	Artesanato	Gastronomia	Festas e romarias
Alcains	5.022	1,9%	161	2.079	53,0%	Confeções, construção civil, comércio e serviços	Trabalhos em cantaria	Sopa de matação, cabrito recheado, queijo de ovelha, papas de carolo, bolo de festa/Páscoa, biscoitos de azeite, bicas, broas de mel	Romaria de Santa Apolónia, São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição
Almaceda	677	-28,2%	1.586	124	57,0%	Artes tradicionais (tecelagem), energia eólica, turismo (Aldeias de Xisto)	Bordados de tear e mantas de trapos	Maranho, tigeladas, enchidos de cabrito no forno, filhós fintas, borrachões e biscoitos de azeite	Nossa Senhora da Saúde, São Sebastião, Santo António, Espírito Santo e Senhora da Graça
Benquerenças	720	-0,7%	424	217	20,0%		Tecelagem (mantas, tapetes, colchas), troços (cortiça)	Maranhos, ensopado de cabrito, miga de peixe, tigelada, papas de milho, bolo de mel e cavacas	Nossa Senhora das Precos e Nossa Senhora da Consolação
Castelo Branco	35.242	12,8%	111	16.159	81,0%	Comércio e serviços, indústria (fileira metálica, sub-setor do frio)	Bordado de Castelo Branco, Viola Beiroa (em recuperação)	Queijo picante e à cabreira de Castelo Branco, cabrito assado no forno, fígado de cebolada, arroz doce, tigelada, papas de carolo	Nossa Senhora de Mércoles
Lardosa	961	-8,0%	360	304	35,0%	Transportes		Queijo de ovelha, cabrito assado no forno, bucho recheado, bolo de mel, filhós fritas, biscoitos, borrachões e couceires	Mártir São Sebastião, Santo António e São Martinho
Louriçal do Campo	636	-21,0%	425	173	43,0%			Queijo de ovelha, cabrito assado no forno, bucho recheado, bolo de mel, filhós fritas, biscoitos, borrachões e couceires	São Sebastião, Espírito Santo, São Fiel e Nossa Senhora da Conceição
Malpica do Tejo	517	-31,8%	1021	110	69,0%	Produção de azeite e queijo e panificação	Renda e trabalhos em cortiça (troço)	Bucho, queijo picante, mel, sopa de couve com feijão, filhós fritas, bicas, broas de mel e borrachões	Nossa Senhora das Neves e São Domingos
Monforte da Beira	378	-25,3%	597	42	69,0%			Sopa de grão (casamentos), cabrito no forno, ensopado de cabrito, enchido, broas de mel, bicas, filhós fritas	Espírito Santo, Senhora da Ajuda e São João
Salgueiro do Campo	891	-7,7%	461	280	26,0%	Comércio	Bordados, ferrarias e trabalhos em madeira	Tigeladas, papas, broa de mel, bicas, biscoitos de azeite, filhós e maranhos	Nossa Senhora de Fátima, São Lourenço, São Pedro e Nossa Senhora do Bom Sucesso
Santo André das Tojeiras	747	-27,7%	3.329	121	29,0%			Cabrito assado, ensopado de cabrito, enchido, tigelada, broas de mel, biscoitos de azeite e filhós fritas	São Marcos, Nossa Senhora da Saúde, Santo André e Sagrado Coração de Jesus

Freguesia	População residente 2011	Varição da população residente 2001-2011	Índice de envelhecimento 2011	População residente empregada	Emprego na freguesia preenchido por residentes	Principais atividades económicas	Artesanato	Gastronomia	Festas e romarias
São Vicente da Beira	1.259	-21,2%	443	344	60,0%	Comércio e serviços, engarrafamento de água	Tecelagem (mantas e tapetes), rendas várias	Fressura com ervas, Seventre (matação), ensopado de cabrito, pão-de-ló, biscoitos de azeite e borrachões	Santa Bárbara, São Francisco, São Vicente, Festa de Santo Cristo e Nossa Senhora da Orada
Sarzedas	1.335	-23,2%	1.570	286	52,0%	Floresta, turismo (Aldeias de Xisto)	Tecelagem, colchas de linho, bordados, cestaria em verga, cerâmica em barro vermelho	Maranhos, cabrito no forno, enchidos, filhós, bolo de mel, biscoitos de azeite, tigeladas e bicas	Santo António, São Pedro, São Domingos, São Sebastião, Santa Maria Madalena, Santa Luzia e Nossa Senhora da Conceição
Tinalhas	585	-15,2%	341	217	22,0%		Rendas, mantas de retalhos, linho em tear manual, cortiça	Serrabulho, borrego estufado, papas de milho, tigelada, broas de mel e filhós fritas	Reis Magos, Romaria da Rainha Santa Isabel e Nossa Senhora do Rosário
UF Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	926	-4,9%	230	362	(31%;16%)	Agricultura (gado e azeite)		Fritada, ensopado de borrego, cavacas, borrachões, pão-de-ló, bolo de Páscoa e biscoitos de azeite	São Lourenço, Santa Águeda, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora de Valverde e Santo António
UF Cebolais de Cima e Retaxo	1.869	-20,0%	544	557	(30%;22%)	Comércio e serviços	Mantas de farrapos e colchas de linho	Sopa de massa (da Boda), bucho, maranhos, tigeladas, arroz doce, biscoitos de azeite e broas de mel	Nossa Senhora dos Prazeres, Santa Cruz, Nossa Senhora de Belém, Nossa Senhora da Guia
UF Escalos de Baixo e Mata	1.216	-20,8%	396	392	(28%;32%)	Comércio, oferta cultural	Bordados (tipo Castelo Branco), mantas de farrapos, colchas de linho e trabalhos em madeira	Enchidos, ensopado de cabrito, tigelada, bolo de mel, bicas e borrachões	São Luís, São Sebastião, Coração de Jesus, Santa Margarida e São Pedro
UF Escalos de Cima e Lousa	1.559	-16,3%	438	538	(33%;41%)	Comércio, produção de azeite, mel e cortiça	Bordado de Castelo Branco, trabalhos de cortiça e barro	Enchidos, ensopado de cabrito, bolos de festa, biscoitos, broas de mel, borrachões e esquecidos	São Pedro, São Sebastião, São João, Santa Luzia, Santa Bárbara, Nossa Senhora dos Altos Céus, Santo António e São Geraldo
UF Freixial do Campo e Juncal do Campo	823	-20,6%	628	267	(15%;11%)		Tecelagem (mantas e tapetes)	Ensopado de cabrito, bucho (Domingo gordo), filhós fritas, tigeladas e biscoitos de azeite	São Sebastião, Nossa Senhora de Lurdes, São Bartolomeu, São Simão e Sagrado Coração de Jesus
UF Ninho do Açor e Sobral do Campo	746	-24,6%	484	219	(30%;35%)			Folar da Páscoa, cabrito assado no forno, broas de mel, enchidos, queijos, miga de batata com tomate, tigelada, broa de mel, biscoitos e filhós fritas	Santo António, São Miguel, São Sebastião, Santo António, Senhora da Saúde e Festas das Vigílias

Nota: O peso do emprego preenchido por residentes nas uniões de freguesia encontra-se, pro motivos de rigor, discriminado pelas freguesias que deram origem ao novo ordenamento territorial, uma vez que se reportam a 2011, não sendo possível averiguar os movimentos por motivos laborais entre freguesias.

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2001.

O desafio da sustentabilidade dos investimentos realizados e dos equipamentos culturais, educativos, de lazer, desportivos, entre outros, no sentido da garantia da respetiva rendibilidade e cumprimento da missão de promover a coesão

Têm sido realizados **investimentos significativos em intervenções de revitalização urbana, infraestruturização e em equipamentos** com impacto na promoção da coesão económica, social e territorial. Os apoios canalizados para estas intervenções ao longo dos diversos períodos de programação estrutural permitiram atingir um nível bastante satisfatório de dotação de equipamentos, ressaltando situações pontuais de investimentos para finalização de redes ou para atingir a cobertura completa do concelho em determinada área. A próxima etapa de investimento deverá assegurar, sobretudo, a dinamização destes equipamentos concedendo-lhes conteúdos e promovendo o aumento dos níveis de utilização. Neste âmbito estão enquadradas as intervenções no tecido urbano, como a zona de lazer da cidade e do “centro cultural” que aglutinam arte e cultura (Centro de Cultura Contemporânea, Galerias de Exposição, Biblioteca Municipal e Cybercentro), mobilidade (parques de estacionamento subterrâneos), educação (melhoria do Parque Escolar do concelho). São ainda necessários investimentos de consolidação do “centro cívico”.

O concelho de Castelo Branco está **devidamente dotado de equipamentos básicos de saúde**, com a Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco, E. P. E., que integra o Hospital Amato Lusitano - Castelo Branco, com os agrupamentos de Centros de Saúde da Beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul, que incluem os seguintes Centros de Saúde: Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Penamacor; Vila Velha de Ródão; Oleiros; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei com 85 Extensões de Saúde.

O apoio social infantil reparte-se por mais de três dezenas de creches/jardins-de-infância, que são suficientes face à procura atual e às quebras que se antecipam na natalidade.

A **melhoria da qualidade da educação** e do acompanhamento dos alunos é também uma tendência instituída neste concelho, não somente pela via da qualificação do parque escolar, mas pela implementação de instrumentos que permitiram avanços nos indicadores de desempenho escolar, traduzidos na redução da taxa de abandono escolar (7,1% em 1991 e 1,8% em 2011) e insucesso escolar (11,4% no ano letivo 2005/2006 e 9,1% no ano letivo 2011/2012) (Gráfico 25 e Gráfico 26).

Nos equipamentos de apoio social destaca-se a **boa dotação de lares de idosos/centros de dia**, dando resposta ao agravamento dos níveis de envelhecimento e do aumento da esperança média de vida. Esta oferta tem vindo a ser complementada com a construção de centros sociais e transferências de capital para as juntas de freguesia para conservação e reparação de equipamentos sociais, bem como para outras instituições com vista à construção de Centros de Dia e Centros Sociais no município. Contudo, diagnostica-se a falta de centros de inserção social, instrumento relevante de reintegração da população que, por motivos diversos, se afastou da vida em sociedade, especialmente do mercado de trabalho.

É crucial garantir a melhoria das condições de mobilidade, quer por via de fecho da matriz de acessibilidades internas e externas, nomeadamente transfronteiriças, quer pela implementação de uma rede eficaz de transportes coletivos

A análise das **condições de mobilidade em Castelo Branco** deve ser segmentada em duas óticas: acessibilidades, especialmente num contexto transfronteiriço, e mobilidade sustentável, sobretudo perante a atual importância atribuída às questões da sustentabilidade ambiental. Este facto assume especial relevância perante relações pendulares interconcelhias, onde Castelo Branco é recetor líquido de população, uma vez que se trata de um concelho polarizador de emprego, com entradas que equivalem a 9% da população residente (Gráfico 23) e em face da ambição e das expectativas inerentes ao desenvolvimento do concelho.

Quadro 3. Distância de Castelo Branco aos principais centros urbanos

Distância	Lisboa	Porto	Coimbra	Portalegre	Covilhã	Cáceres	Madrid
Km estrada	236	255	141	82	60	137	403
Minutos	155	185	135	71	40	130	330
Velocidade média	91	83	63	69	90	63	73

Fonte: IPCB – Escola Superior de Tecnologia, 2000

O concelho tem registado uma **progressiva melhoria das acessibilidades**, que lhe tem conferido centralidade e atratividade no âmbito da Raia Central, com implicações no setor turístico, porém, arrefecidas pela subida de custos associados à introdução de portagens nas vias estruturantes.

As principais acessibilidades são a **A23** (autoestrada da Beira Interior) – que atravessa os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém, ligando Torres Novas (A1) à Guarda (A25) - o **IP2** (Itinerário Principal do Interior) - que longe da sua conclusão, fortalece as relações da área raiana tendo como objetivo a ligação das capitais de distrito Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, com troços ainda por concluir. Também relevante é a **Estrada Nacional 18** (EN18), com orientação Norte-Sul, importante a nível regional, estabelecendo a ligação ao Fundão.

Castelo Branco está a pouco mais de 2 horas quer de Lisboa quer do Porto. O **IP6** (Itinerário Principal da Estremadura e Beira Baixa) é o eixo que aproxima o concelho ao Litoral, ligando Castelo Branco a Peniche, que cruzando com o IP2 e com o IC8 chega à Figueira da Foz e com a A1 às áreas metropolitanas nacionais. Dista cerca de 4,5 horas de Madrid e virá a reduzir-se substancialmente aquando da concretização do investimento pendente do **IC31** (via Termas de Monfortinho) que se assume como uma **ligação à fronteira luso-espanhola** de elevado significado estratégico. As acessibilidades às Áreas Metropolitanas e ao Litoral colocam Castelo Branco numa **posição central na relação com o mercado ibérico**, que poderá ser incrementado com melhoria das ligações a Madrid (Quadro 3).

Por outro lado, a **rede viária municipal exige alguns investimentos de manutenção e conservação** que tem sido assegurado, dentro do possível, pela autarquia pela requalificação e reabilitação, bem como na reabertura/melhoria de caminhos agrícolas.

O transporte ferroviário é também crucial ao desenvolvimento de Castelo Branco, sendo relevante a **revitalização da Linha da Beira Baixa**, melhorando significativamente o acesso ferroviário a Lisboa, que poderá ser feito em menos tempo. Terá impactos na melhoria e incremento da circulação de pessoas e bens, reforçando o eixo urbano de Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, aprofundando relações de complementaridade e funcionais e integrando-os/articulando-os melhor em termos territoriais e económicos.

A **construção do novo Aeródromo de Castelo Branco**, realizada recentemente, vem permitir melhorar as ligações por ar que poderá ser importante para a dinamização económica do concelho, com efeitos positivos sobre os concelhos limítrofes, colmatando uma lacuna neste território.

Para além disso, as preocupações com a mobilidade sustentável estão expressas no **Plano de Mobilidade Sustentável** desenvolvido pela Câmara Municipal de Castelo Branco, onde são acautelados temas relacionados com o transporte coletivo, ainda incipiente, especialmente quando se refere às ligações cidade – freguesias rurais e inter freguesias rurais, para além de diversas modalidades de mobilidade sustentável (ciclovias, por exemplo). Este facto justifica, parcialmente, o posicionamento de Castelo Branco em termos de consumo de combustível, estando entre os concelhos do país com maiores níveis de consumo por habitante (0,5 tep/hab), num *ranking* liderado por Alcanena (16,1 tep/hab) e

Alfândega da Fé (4,1 tep/hab) (Mapa 3). Os níveis de consumo de combustíveis é também influenciado pela polarização económica, que atrai consumidores não residentes, que frequentam os postos *low cost*, das superfícies comerciais. Para além da mobilidade sustentável, também a **mobilidade inclusiva**, é um desígnio identificado como relevante, incluindo atuações nos edifícios públicos e privados, no espaço público e nos transportes.

As valias ambientais e patrimoniais de Castelo Branco são um dos elementos mais distintivos deste território, o que lhe confere desafios de preservação mas também de valorização económica, onde o turismo desempenhará um papel central e uma consciente aposta na implementação de uma estratégia global de adaptação às alterações climáticas

O concelho de Castelo Branco dispõe de **valias ambientais de relevância nacional** (Mapa 4), que impõem exigências de preservação e conservação mas, que oferecem também oportunidades de valorização económica, nomeadamente por via do turismo. Sintomático da relevância do património natural no concelho é a representatividade das áreas protegidas (8,8% da área total) (Gráfico 18).

A **paisagem norte de Castelo Branco é caracterizada pela presença de serras e montes**, possuindo uma vegetação de pinho mais densa do que o sul concelhio, este mais árido por natureza e onde o eucalipto progressivamente alastrou por território originariamente de sobro e azinho. A **Serra da Gardunha** – Sítio de Rede Natura 2000 e Paisagem Protegida Regional, desde 2014 - domina a paisagem noroeste do concelho, com especial incidência nas freguesias de S. Vicente da Beira e de Louriçal do Campo, é outro traço distintivo de Castelo Branco que partilha com o Fundão e que se assume como um espaço de elevado potencial turístico, mas que necessita de fortes investimentos de adequação à prática de atividades de natureza (sinalização, percursos pedestres, entre outros). De forma articulada, a **Reserva Natural da Serra da Malcata** tem também influência na estabilidade ambiental e patrimonial deste concelho.

O **Parque Natural do Tejo Internacional** (PNTI) criado pelo D. R. n.º 9/2000, de 18 de agosto, é um dos mais relevantes elementos naturais deste território e abarca não somente Castelo Branco (Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte da Beira) mas também Idanha-a-Nova (Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo e Segura), que justificou a recente apresentação de uma candidatura transfronteiriça (Castelo Branco e Estremadura) à UNESCO a Reserva da Biosfera. Merecem também referência a Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Ponsul.

Os recursos hídricos são também um elemento distintivo da paisagem albicastrense. Os principais rios deste território fazem parte da **bacia hidrográfica do Tejo que marca a paisagem da zona sul de Castelo Branco**. A navegabilidade do rio Tejo constitui um mote de aproveitamento deste recurso, principalmente para fins turísticos e numa escala regional, o que tem motivado investimentos em ancoradouros e na infraestruturização das zonas de apoio nas margens do rio Tejo, como é o caso de Lentiscais. Para além do Tejo, os dois principais rios do concelho são o Ponsul - principal afluente do Tejo em Castelo Branco, constituindo um canal de ligação ao leito principal - e o Ocreza - nasce na vertente meridional da serra da Gardunha e desagua no Tejo, já fora dos limites concelho, que abastece as barragens do Casal da Serra e da Marateca.

As **albufeiras são um marco importante da rede hidrográfica** de Castelo Branco, destacando-se a barragem de Santa Águeda (ou da Marateca), em Póvoa de Rio Moinhos e Lardosa, com potencial de regadio ainda não utilizada, e a barragem do Pisco, junto a S. Vicente da Beira (onde nascem as águas minerais da Fonte da Fraga), responsáveis pelo abastecimento doméstico de água, sendo a primeira também utilizada para a irrigação de cerca de 2000 ha de terreno e onde é possível a prática de pesca e de desportos náuticos

como o windsurf, o remo e canoagem e a natação. Atualmente existe ainda a expectativa de concretização da albufeira do Alvito, visando o respetivo aproveitamento hidrelétrico, tendo como promotor a EDP.

O concelho de **Castelo Branco integra o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional** onde estão também Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, abrangendo assim territórios da Raia à Beira Interior, passando pelo Pinhal Interior até ao Alto Alentejo. Em comum têm um território de elevado potencial turístico e com inúmeros fatores de atração, oferecendo uma grande variedade de produtos turísticos, tendo como mais-valia comum a natureza e as excelentes infraestruturas.

O concelho dispõe de 20 Zonas de Caça Turística registadas. As potencialidades para o **aproveitamento dos recursos cinegéticos**, marcam o perfil de atividade do sul e sudeste deste território onde a caça grossa como o javali ou o veado, com particular incidência na freguesia de Malpica do Tejo. Castelo Branco é também um dos 21 concelhos que **integra a Rede das Aldeias de Xisto** com Martim Branco e Sarzedas, o que constitui uma marca turística neste território.

Esta diversidade de recursos ambientais com reconhecimento internacional oferece um significativo potencial para o aprofundamento de atividades ligadas ao turismo. A temática do turismo é mais desenvolvida no **Plano de Desenvolvimento Turístico 2025** e a componente patrimonial devidamente pormenorizada nesse documento. Contudo, é de referir que tanto a cidade como as freguesias rurais do concelho apresentam um conjunto significativo de património de arquitetura civil, religiosa e militar.

Esta valia ambiental ditou uma forte consciencialização em torno da temática da adaptação às alterações e a tomada de medidas visando o alcance deste objetivo, com reflexos em diversas dimensões. Assim, o Município de Castelo Branco, é um dos subscritores do protocolo ClimAdaPT.Local, no âmbito do qual está a desenvolver um projeto de construção e concertação de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas.

Para além do objetivo principal, a elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, o projeto integra a formação de técnicos municipais naquelas áreas, a criação de uma plataforma de Adaptação Municipal em Portugal e a criação de uma Rede de Municípios Portugueses em Adaptação. Este é um projeto de particular importância para Portugal, considerando as previsíveis consequências das alterações climáticas, como o risco de incêndios, de cheias, de secas, de vagas de calor, etc. O consórcio responsável pelo ClimAdaPT.Local é constituído por entidades portuguesas e norueguesas, envolvidas em estudos, elaboração de estratégias e implementação de ações de adaptação, assim como no planeamento e gestão do território ao nível municipal e regional.

A reconversão energética é um tema em permanente debate, dadas as preocupações relacionadas com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de formas inovadoras de poupança energética e de produção de energia

Castelo Branco está inserido numa região que **tem vindo a aumentar e a diversificar as respetivas fontes renováveis de produção de energia**. Em 2002, a energia térmica representava perto de 98% do total da produção, enquanto em 2012, quase 60% produção diz respeito à energia eólica (Gráfico 17). O **potencial de produção de energia renovável no concelho é significativa** (em especial, hídrica e eólica). Por outro lado, a **eficiência energética entrou na agenda de intervenções dos diferentes agentes**, tanto públicos como privados. Neste âmbito, a **regeneração e revitalização urbana**, com ações direcionadas para a instalação de sistemas energeticamente mais eficientes quer nos edifícios públicos, quer na habitação, quer também nas unidades industriais, são iniciativas que recomendam uma atenção particular.

As valias naturais de Castelo Branco recomendam que outras preocupações ambientais sejam acauteladas, nomeadamente, o que concerne aos resíduos sólidos e águas

O concelho de Castelo está **devidamente dotado de sistemas de abastecimento de água** e, embora a cobertura em termos de estações de tratamento e sistemas de drenagem de águas residuais sirva a larga maioria da população, ainda são necessários alguns investimentos para que seja total (Gráfico 19).

A recolha dos resíduos sólidos urbanos é assegurada pelos **Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB)**. A **VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.** é a empresa responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos em Castelo Branco e mais 24 municípios⁴, tendo como principal missão a preservação do meio ambiente onde se insere e a melhoria do serviço prestado às populações no âmbito da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (Mapa 5). Algum trabalho é necessário desenvolver ao nível dos resíduos sólidos urbanos que no futuro exige intervenções *smart* com sensorização e automatização para otimizar o sistema de recolha. Ainda assim, em Castelo Branco, 13% dos resíduos sólidos são recolhidos seletivamente (2012), contado com 408 kg/hab., estando entre os concelhos com melhor desempenho neste indicador, valor que em 2002 era de apenas 3%.

Castelo Branco integra-se na **Águas do Centro, S.A.**, constituída pelo Decreto-Lei nº 197-A/2001, de 30 de Junho, sendo detentora da concessão de Gestão e Exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão. Os SMCB fazem a distribuição em baixa da água, reconhecendo-se a necessidade de investimento na renovação de redes de saneamento e nas infraestruturas de tratamento de águas residuais.

O objetivo é proteger os “recursos hídricos e melhorar os níveis de atendimento da população ao nível da qualidade e quantidade de água abastecida e ao nível dos serviços de saneamento” através da melhoria da qualidade dos serviços prestados; melhoria e otimização dos processos internos; minimização de custos; prevenir a poluição associada aos seus impactes ambientais significativos e prevenir a ocorrência de acidentes.

A promoção e desenvolvimento do tecido empresarial é um instrumento de peso para dar resposta à preocupação de recuperação do mercado de trabalho de Castelo Branco

Tal como registado a nível nacional, também em Castelo Branco se assistiu a um **recuo das taxas de emprego** entre o período intercensitário. Contudo, é de referir que ainda assim, o concelho atinge um **nível de empregabilidade** (89,6% em 2011 face a 94,8% em 2001) **superior ao verificado na média do país** (87,1% em 2011 diante 93,5% em 2001) e também aos territórios de proximidade (Gráfico 27).

Têm tido retorno positivo os apoios concedidos aos empresários em termos de instalação e a existência de um grande parque industrial, com **impactos na sustentação e criação de postos de trabalho na região**. São bons indícios de capacidade de rejuvenescimento da dinâmica produtiva e industrial de Castelo Branco, a existência de novos projetos empreendedores em setores que combinam a tradição produtiva de Castelo Branco com a aplicação de processos e técnicas produtivas tendencialmente mais inovadores.

4 Os Acionistas da VALNOR S.A. são os municípios de Abrantes, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa, Oleiros, Ponte de Sôr, Portalegre, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Sousel, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

Na perspetiva complementar, a taxa de desemprego é, naturalmente inferior aos territórios de comparação, mas apresenta uma tendência de agravamento, mais do que duplicando entre 2001-2011, sendo atualmente de 11% (Gráfico 28 e Gráfico 29).

Tendo por base o desemprego registado nos centros de emprego do IIEFP, comprova-se a **degradação da capacidade de absorção dos recursos disponíveis no mercado de trabalho** de Castelo Branco, entre 2001-2013, passando de um patamar correspondente a 75% do valor nacional para 7% acima deste referencial (Gráfico 29). Destaca-se a menor proporção de registos de desemprego nos concelhos da Guarda e da Covilhã, ambos abaixo do referencial 100. A estrutura do desemprego por nível de habilitações evidencia o **aumento do número de desempregados com o ensino secundário e superior** (30% em 2006 e 45% em 2013) e a preponderância do desemprego de população com o ensino básico (Gráfico 30). Torna-se crucial a **conceção e implementação de um pacto para a empregabilidade**, que permita a conciliação entre oferta e procura de formação, tendo em conta as necessidades empresariais e as especificidades da especialização produtiva.

Esta evolução reflete-se também nas condições salariais registadas no concelho, onde cerca de 55% dos trabalhadores auferem de um salário que está entre o mínimo nacional e o ganho mediano. Entre 2000-2009 assiste-se a uma **degeneração das condições salariais**, facto que ocorreu também na área de proximidade, onde a Covilhã se destaca pelos melhores níveis de remuneratórios (Gráfico 31 e Gráfico 32).

Castelo Branco insere-se numa região com tradição agrícola e industrial que precisa criar condições para promover um aumento sustentado da produtividade, num quadro de articulação com o reforço dos serviços às empresas e de criação de dinâmicas que promovam a inovação

A Beira Interior Sul apresenta um perfil de **especialização face ao país**, medido em termos do VAB, **mais vincado no setor primário** (cerca de três vezes superior ao país) mas com níveis decrescentes de produtividade (cerca de 40% do patamar nacional em 2010 - Gráfico 7 a Gráfico 8). A **indústria observou uma trajetória de evolução positiva** face ao país entre 1995 e 2010, com ganhos de produtividade e aumento da especialização, ainda que ligeiros. Neste quadro, foram as indústrias alimentares que obtiveram o melhor desempenho face ao país, com ganhos expressivos de produtividade e especialização (Gráfico 9). Em sentido oposto, o papel e publicações e o têxtil, vestuário e calçado registaram perdas pronunciadas em termos de produtividade e especialização. As indústrias extrativas e as mecânicas e eletrónicas conseguiram, apesar de manterem níveis de produtividade abaixo do patamar nacional, manter uma ligeira especialização face ao padrão nacional.

Nos serviços, a Beira Interior Sul apresenta uma especialização fortemente influenciada pelo setor público (administração pública e defesa, segurança social, saúde e educação). As atividades imobiliárias registaram um aumento expressivo em termos de produtividade (mais de duas vezes superior ao país), mas apenas com um ligeiro grau de especialização face ao padrão nacional. As atividades de informação e comunicação iniciaram, depois do ano 2000, uma trajetória em que se registaram perdas de produtividade e diminuição da especialização face ao país. Os restantes setores apresentam, com evoluções diferenciadas, níveis de produtividade e graus de especialização inferiores ao patamar nacional.

O perfil de criação de riqueza na região da Beira Interior Sul permite antever um conjunto de desafios que se colocam, necessariamente, ao concelho de Castelo Branco. Por um lado, o **desafio da valorização económica das atividades ligadas ao setor primário**, onde novos modelos de negócio, iniciativas inovadoras e a integração de conhecimento pode gerar os aumentos de produtividade necessários para que este setor se torne mais competitivo.

Por outro lado, a vocação industrial de Castelo Branco e o seu protagonismo na região recomendam a aposta no reforço dos setores de especialização do concelho, nomeadamente o agroalimentar e o material de transporte, mas também nos setores emergentes como as indústrias mecânicas e eletrónicas, que podem gerar efeitos sobre o território da Beira Interior Sul, desde que devidamente enquadrados e inseridos nas dinâmicas competitivas globais. Ainda na indústria, é importante referenciar o segmento de *"Fabricação de equipamento não doméstico para refrigeração e ventilação"* pelo potencial de relação com as indústrias mecânicas, eletrónicas e agroalimentares, e com a possibilidade de ancorar um centro de competências/centro tecnológico do frio em Castelo Branco, interligado com o CATAA e o Laboratório de Termodinâmica (LABET) do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ). O Grupo Centauro integra empresas de excelência neste setor no concelho de Castelo Branco.

A força do movimento associativo empresarial, nomeadamente das duas associações empresariais mais representativas no concelho (AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa (ex-NERCAB) e ACICB - Associação Empresarial da Beira Baixa (anteriormente Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco)), será determinante para a competitividade do tecido empresarial do concelho. Nesse, sentido é fundamental promover uma articulação saudável e profícua na definição de estratégias em diferentes âmbitos (internacionalização, formação profissional, ganhos de escala, entre outros).

O perfil de criação de riqueza na Beira Interior Sul recomenda, também, uma reorganização da componente dos serviços, no sentido de melhorar o seu desempenho em termos de criação de valor e de aumentar a sua produtividade, sobretudo nos serviços às empresas. O concelho de Castelo Branco, enquanto polo aglutinador de serviços deve promover o ambiente propício ao desenvolvimento dos serviços que a cidade já concentra mas também criar as condições propícias ao aparecimento de novas iniciativas neste domínio.

Um concelho com uma bolsa de emprego que afeta mais de dois terços dos postos de trabalho aos serviços, mas que reconhece a importância dos seus recursos endógenos e da sua vocação industrial, com raízes históricas, como motores de um desenvolvimento ancorado em novos fatores de competitividade

A bolsa de emprego gerada em Castelo Branco, cerca de 22 mil postos de trabalho⁵, é dominada pelos serviços: cerca de dois terços do emprego estão concentrados na educação, saúde e cultura (24%), distribuição e comércio (17%), serviços empresariais (12%), administrações públicas (8%) e hotelaria e restauração (6%) (Gráfico 10).

Cerca de 90% dos postos de trabalho do concelho são preenchidos por residentes, sendo que Castelo Branco se constitui como **emissor líquido de mão-de-obra** (lógica de movimentos pendulares):

- ✓ Em 2011 entravam no concelho mais de 2400 trabalhadores: Fundão, Covilhã, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova são responsáveis por cerca de dois terços dessas entradas. Os setores da educação, saúde e cultura, distribuição e comércio, serviços empresariais, administrações públicas e material de transporte são os que recrutam mais mão-de-obra ao exterior, abrangendo cerca de dois terços dos postos de trabalho preenchidos por não residentes no concelho;
- ✓ Saíam do concelho em 2011 mais de 2700 trabalhadores: Idanha-a-Nova, Lisboa, estrangeiro (com forte representação de Espanha, pela proximidade com Castelo Branco), Fundão e Vila Velha de Ródão são os territórios que recebem mais trabalhadores de Castelo Branco, representando metade das saídas. Os setores da

⁵ Os 22 mil postos de trabalho correspondem aos dados apurados a partir dos censos 2011. É uma fonte de informação mais abrangente que a oferecida pelo Sistema de Contas Integradas das Empresas, embora esta última permita fazer comparações articuladas com a base de unidades empresariais do concelho.

educação, saúde e cultura, administrações públicas, construção, serviços empresariais e distribuição e comércio são os que absorvem mais trabalhadores de Castelo Branco (contabilizando mais de três quartos das saídas).

A especialização produtiva de Castelo Branco, medida na ótica do emprego, é vincada no material de transporte (supera em mais de quatro vezes a percentagem do emprego que este setor absorve no país), sendo responsável por cerca de 5% do emprego no concelho, ainda que este setor tenha nos últimos anos sido alvo de um processo de ajustamento que ditou o encerramento de empresas e a conseqüente redução de postos de trabalho.

As indústrias mecânicas e eletrónicas e alimentares são setores de especialização moderada face ao país, representando em conjunto 4,6% do emprego no concelho. O têxtil, calçado e vestuário, um setor que, com a crise dos lanifícios foi perdendo progressivamente representatividade no tecido empresarial do concelho, ainda representa mais de 3% do emprego gerado.

O estabelecimento das condições propícias à criação de emprego no concelho de Castelo Branco passa, inevitavelmente, por uma **articulação entre as necessidades das empresas e as instituições de ensino e formação profissional**. As dificuldades de recrutamento de mão-de-obra qualificada que as empresas do concelho sentem, recomendam uma intervenção estruturada e integrada que deve envolver todos os *stakeholders* no sentido de promover a adequação desejável entre oferta e procura.

A agricultura é um setor de relevância concelhia, que enfrenta constrangimentos decorrentes da dimensão da propriedade, das dificuldades de escoamento do produto e de um associativismo pouco denso

Castelo Branco deve ser perspetivado do ponto de vista da sua **apetência para as atividades agrícolas e ligadas ao setor primário**. Em termos de ocupação do solo, 60% do território está coberto por florestas e meios naturais e seminaturais (Gráfico 22) enquanto a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) representa 29% da área total concelhia, maioritariamente afeta a prados e pastagens permanentes (Gráfico 20 e Gráfico 21).

Esta característica ressalta da sua integração numa mancha territorial mais ampla, onde estas atividades também têm expressão, como nos concelhos vizinhos como Portalegre, que é o território do eixo urbano longitudinal transfronteiriço com maior vocação agrícola (62% área afeta a SAU), seguido pelo Fundão (37%). Na estrutura fundiária predomina a pequena e média propriedade (67%), seguindo a tendência regional (77%).

São referenciados empresários ligados a estas atividades que atribuem importância significativa à **promoção da cooperação entre os agentes** interventivos no setor agrícola, entre os quais, associações de produtores. Também importante é **a criação de uma marca associada aos produtos do concelho e da região da Beira Baixa**. Também crucial para o desenvolvimento do setor agrícola é o combate ao estigma associado a esta atividade, procurando atrair jovens qualificados para este segmento económico.

Não menos relevante no planeamento de intervenções é o **ordenamento e valorização económica dos espaços florestais**, que têm vindo a mudar de configuração. Este argumento ganha particular importância num contexto em que a "paisagem" resulta num ativo patrimonial, importante para a promoção de atividades turísticas (pela inegável atratividade dos *landscapes* verdes e pela valorização das atividades nele inseridas, como as caminhadas, percursos pedestres e outros, observação de fauna e flora, etc.).

Um concelho cujo tecido empresarial manifesta dificuldades na captação de mercados internacionais e na articulação com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico regional

A fraca capacidade que as empresas do concelho de Castelo Branco e da região da Beira Interior Sul apresentaram, no QREN 2007-2013, de absorção dos fundos disponibilizados para a investigação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Sistema de Incentivos às Empresas revela as **dificuldades de orientação do tecido empresarial para a inovação e diferenciação**. Dos projetos apresentados, destaca-se a ausência de investimento elegível em ID&T para a Beira Interior Sul e para o concelho de Castelo Branco, que contrasta com a propensão mais vincada das empresas da Covilhã, onde a proporção do investimento em ID&T é cerca de metade do total do investimento elegível (Gráfico 13).

Em Castelo Branco a proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior supera os 40%, situando-se num patamar mais elevado face à Beira Interior Sul, à região Centro e ao país e atingindo a meta proposta pela UE para 2020 (Gráfico 14).

Castelo Branco está **inserido numa das regiões do país com menor capacidade de internacionalização do seu tecido empresarial**: a Beira Interior Sul é a sétima região (em 30) do país com menor intensidade exportadora (Gráfico 11). A região evoluiu positivamente (mais que duplicou a sua capacidade de chegar aos mercados internacionais), tal como aconteceu genericamente nas restantes NUTS III do país.

Quadro 4. Indicadores de atividade - empresas com sede em Castelo Branco (concelho) | 2013

Setor	Empresas	Emprego	Exportação	Exportação - Extracomunitária	Valor Acrescentado Bruto	Volume Negócios
Agricultura, Silvicultura e Pesca	8,8%	2,6%	2,4%	0,0%	1,3%	1,3%
Extrativas	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,9%
Alimentares	2,2%	5,7%	0,8%	0,5%	2,8%	4,9%
Têxtil, Vestuário e Calçado	0,6%	6,3%	15,5%	11,9%	1,9%	1,9%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	1,1%	1,1%	0,8%	0,3%	0,6%	0,8%
Papel e Publicações	0,3%	0,4%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Químicas	0,1%	0,6%	2,9%	1,1%	0,3%	0,4%
Metálicas	1,7%	1,3%	0,1%	0,0%	0,6%	0,8%
Mecânicas e Eletrónicas	1,7%	6,3%	34,2%	31,7%	4,4%	5,3%
Material de Construção	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%
Construção	12,7%	7,2%	1,4%	0,2%	4,2%	5,6%
Energia, Água e Saneamento	0,2%	1,3%	0,0%	0,0%	12,1%	6,1%
Transporte, Logística e Comunicações	2,0%	5,2%	7,2%	2,2%	29,7%	15,0%
Distribuição e Comércio	26,2%	20,4%	32,4%	48,7%	18,4%	40,1%
Serviços Empresariais	16,6%	15,4%	1,7%	2,5%	5,2%	4,1%
Hotelaria e Rest.	8,3%	5,7%	0,0%	0,0%	1,7%	2,1%
Educação, Saúde e Cultura	16,2%	19,5%	0,6%	1,0%	16,4%	10,6%
Administrações Públicas	0,8%	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

Nota: Este levantamento permite obter um retrato bastante detalhado e atualizado da estrutura de empresas com sede no concelho. É, contudo, um levantamento não completo, uma vez que não inclui os estabelecimentos localizados em Castelo Branco mas que têm sede fora de Castelo Branco.

Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco, com base em levantamento à data de setembro de 2014; os dados reportam-se a 2013.

É o setor do papel e das publicações o grande impulsionador da internacionalização da região (representou cerca de 55% das exportações em 2011), seguido pelas indústrias mecânicas e eletrónicas (responsável 17% das exportações). Importa referir a evolução positiva do setor primário (em 2011 representou 2% das exportações) e das indústrias alimentares (9%) que se aproximaram do padrão nacional. O têxtil, vestuário e calçado representa 10% das exportações da região, ainda que tenha sofrido uma ligeira quebra de especialização face ao padrão nacional do setor (Gráfico 12).

O tecido empresarial de Castelo Branco é o **principal motor da capacidade de internacionalização atingida pela região da Beira Interior Sul**, nomeadamente no que se refere ao setor agroalimentar, ao têxtil, vestuário e calçado e às indústrias mecânicas e eletrónicas que revelam uma forte orientação para os mercados extracomunitários. O contributo destas empresas tem sido fundamental, por um lado para o alargamento dos mercados de exportação e, por outro lado para a diversificação dos produtos exportados pela região que se mostram competitivos num quadro concorrencial global (Quadro 4).

As dificuldades subsistem, sobretudo nas micro e pequenas empresas, em chegar aos mercados internacionais. As dificuldades de tesouraria e a ausência de uma escala relevante para penetrar nos mercados externos constituem fortes desafios que recomendam estratégias de aglomeração e inserção em redes que mitiguem estes constrangimentos.

Os recentes investimentos em infraestruturas (como o Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (CATAA) e o Centro de Empresas Inovadoras (CEI)) e o potencial do capital humano que o concelho apresenta podem contribuir para impulsionar uma viragem no atual paradigma, aproximando empresas do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) do concelho e da região. Nesta perspetiva é importante dinamizar e sustentar um conjunto de parcerias entre os diferentes agentes económicos e as instituições produtoras de conhecimento (IPCB e outras instituições regionais ou nacionais) para a concretização de projetos que possam ser enquadrados na estratégia de especialização inteligente da região Centro. De assinalar positivo o interesse e disponibilidade dos empresários para constituir estas parcerias.

Um concelho que detém um acervo de recursos naturais e patrimoniais relevante mas que ainda não conseguiu valorizar o seu potencial de atratividade turística numa lógica de articulação de diferentes produtos e a diferentes escalas

A procura turística dirigida a Castelo Branco no período 2002-12 diminuiu em cerca de 20%, em contraciclo com os concelhos de proximidade e que permitiu que o Fundão ultrapassasse o número de dormidas registadas por Castelo Branco em 2012 (Gráfico 15). Esta situação ocorre num cenário de aumento da oferta de camas (9% entre 2002-12), o que pode indiciar uma **degradação da atratividade do concelho**. A procura turística em Castelo Branco é caracterizada por uma estada média (1,5 dias) inferior à registada na Beira Interior Sul e no país, que se combina com uma baixa sazonalidade (Gráfico 16).

A degradação da atratividade do concelho pode ser explicada pelas dificuldades que os diferentes agentes turísticos da região encontram na comunicação concreta da identidade do território. A ausência de uma marca agregadora e facilmente apreendida pelos diferentes públicos-alvo foi referida, nos momentos de auscultação dos diferentes agentes, como um *handicap* do concelho e da própria região da Beira Baixa no seu conjunto.

Este contexto recomenda que o concelho seja capaz de estruturar a sua oferta turística, promovendo o funcionamento em rede de todos os agentes do território, construindo produtos coerentes e articulados, beneficiado de lógicas de complementaridade ou reforço da atratividade, com os concelhos vizinhos e com as outras regiões de proximidade.

Contributos e envolvimento dos atores representantes das forças vivas do concelho

A estratégia de desenvolvimento de **Castelo Branco para o futuro** beneficia de um processo de construção participado. Foram realizadas **reuniões de trabalho** com o objetivo de recolher os contributos de entidades e parceiros com intervenção no concelho, em quatro temáticas: a cidade de Castelo Branco, a competitividade, a inclusão social e o turismo.

Foram também **auscultados**, em particular, representantes das infraestruturas de suporte à atividade empresarial do concelho (CATAA e CEI) e alguns empresários representativos das iniciativas inovadoras que têm ocorrido em setores com tradição no concelho.

Sistematizam-se no quadro seguinte as principais linhas conclusivas dos contributos recolhidos.

Globalmente, transparece uma nota positiva em relação às intervenções que têm vindo a ser efetuadas em Castelo Branco ao longo dos últimos anos, com reflexos positivos na regeneração urbana da cidade e no patamar muito satisfatório de intervenção da rede social e de eficácia no combate aos desequilíbrios sociais que vão ocorrendo. Permanecem, naturalmente, áreas em que será preciso realizar intervenções de caráter complementar às que têm vindo a ser feitas, nomeadamente, na revitalização comercial do centro histórico e da cidade e da capacidade de ali materializar uma centralidade efetiva e aglutinadora.

Tónica comum aos diversos contributos recolhidos é, também, a constatação que a cidade e concelho de Castelo Branco não exercem a capacidade de atração que outros centros urbanos exercem do ponto de vista da dinâmica de lazer, cultura e diversidade de opções de ocupação. Esta constatação tem implicações nos diversos fatores que se conjugam na construção da competitividade do concelho, em particular a produtiva (industrial/empresarial) e da capacidade de retenção e atração de população.

Figura 3. Momentos de participação: reunião de trabalho com empresários do concelho no âmbito da temática “Competitividade do concelho de Castelo Branco”



Quadro 5. Síntese dos contributos recolhidos nos momentos de participação

Workshop 1. A cidade de Castelo Branco

- ✓ Assistiu-se a uma **melhoria do ambiente urbano** mas, simultaneamente, a uma deslocalização de funções superiores. O desafio imediato é o da **reafirmação da centralidade da cidade de Castelo Branco**, pelo reforço de modernos vetores de atratividade económica, residencial e turística. Para tal, à regeneração urbana desenvolvida nos últimos anos, deve acrescentar-se a **revitalização e animação** e a **promoção do comércio tradicional**.
- ✓ A **sustentabilidade é uma preocupação transversal**, nomeadamente consubstanciada na promoção da mobilidade sustentável e da eficiência energética.
- ✓ O **reforço da cumplicidade entre a cidade e as restantes freguesias** é de crucial importância para a sustentabilidade socioeconómica do concelho.

Workshop2. Competitividade do concelho de Castelo Branco

- ✓ É um concelho com uma **forte vocação agroalimentar** e **interessante do ponto de vista industrial**, onde sobressaem as boas acessibilidades e condições de instalação empresarial.
- ✓ O **escoamento dos produtos locais** e a **criação de uma marca homogénea** é um desafio que deverá ser superado a médio/longo prazo, sendo atualmente um fator de bloqueio ao avanço dos produtos regionais.
- ✓ A **capacitação do capital humano**, adequando a formação às necessidades do tecido empresarial, assim como uma **maior aposta na inovação** (produtos, processos e mercados) e a **cooperação interempresarial** são elementos referenciados como essenciais ao progresso das atividades económicas de base local. Intervenção catalisadora será a desmistificação da imagem negativa que se mantém relativamente ao exercício de atividades ligadas ao setor primário.

Workshop 3. Inclusão Social no concelho de Castelo Branco

- ✓ A inclusão social é uma área de discussão relevante dada a sua forte incidência no bem-estar da população em diferentes segmentos de intervenção (infância, terceira idade, deficiência, emprego, inserção social entre outras). A **boa cobertura de equipamentos** deve ser agora complementada com conteúdos atrativos de forma a aumentar os índices de utilização.
- ✓ A **rede social está estabelecida**, é sólida e envolve instituições que têm apresentado exemplar dinamismo, necessitando agora de melhorias cirúrgicas na qualidade dos serviços e nas formas de atuação no terreno.
- ✓ O (des)**emprego é uma preocupação latente**, sendo necessário uma maior articulação entre a oferta formativa regional e as necessidades do tecido empresarial.

Workshop 4: Turismo em Castelo Branco

- ✓ O **potencial turístico de Castelo Branco é reconhecido**. O desafio premente é o da **criação do destino turístico**, pela qualificação da oferta, a articulação entre os agentes atuantes no setor e pela projeção de uma marca que sintetize a identidade do concelho.
- ✓ O turismo deverá assumir uma dimensão regional, de natureza complementar e assim de maior de massa crítica, sendo particularmente relevante, a **oportunidade transfronteiriça**, a integração no Geopark, o património natural e arquitetónico.

Elementos transversais

- ✓ A constatação de que o concelho de Castelo Branco padece de **constrangimentos ligados à sua localização geográfica** que não ideais à promoção de um ambiente competitivo. A internacionalização das empresas do concelho e a captação de clientes pelos empresários fica debilitada pelo tempo de deslocação que acresce à chegada a Portugal (aeroporto).
- ✓ A recomendação relativa aos **fatores sistémicos**, em particular na cidade, que devem ser trabalhados para promover uma maior **capacidade de fixação de recursos humanos** e quadros técnicos e superiores qualificados: ambiente urbano, tipologias de habitação, diversidade e qualidade de condições de lazer, cultura e educação; etc..

Análise SWOT do concelho de Castelo Branco

Os elementos de caracterização das forças e oportunidades, e das fraquezas e de ameaças que se colocam a Castelo Branco em jeito de desafios não são abordados numa perspetiva exaustiva, antes numa perspetiva que se pretende caracterizadora dos seus principais pontos nevrálgicos. Outros elementos poderão, e deverão, ser considerados numa SWOT que se pretenda mais exaustiva, e que deverá ser efetuada em contexto de análises temáticas específicas.

Quadro 6. Análise SWOT do concelho de Castelo Branco

Forças

- ✓ Posicionamento de Castelo Branco e diversidade territorial
- ✓ Atratividade do património edificado
- ✓ Elementos naturais de elevada valia ambiental e turística tal como Parque Natural Tejo Internacional, a Serra da Gardunha, rios
- ✓ Indústrias agroalimentares, mecânicas e eletrónicas e têxtil, vestuário e calçado com capacidade para competir nos mercados internacionais
- ✓ Infraestruturas de acolhimento empresarial de elevada qualidade e com capacidade de expansão
- ✓ Presença de infraestruturas de inovação e conhecimento como o CATAA, INOVCLUSTER e o IPCB

Fraquezas

- ✓ Perda de dinamismo populacional, envelhecimento e êxodo
- ✓ Propriedade agrícola predominantemente de pequena e média dimensão
- ✓ Dispersão da cooperação relacionada com os produtos endógenos
- ✓ Insuficiência de mão-de-obra qualificada para responder às necessidades das empresas

Oportunidades

- ✓ Desenvolvimento integrado do setor agrícola e florestal
- ✓ Potenciação do posicionamento transfronteiriço
- ✓ Desenvolvimento e aprofundamento de novas formas de produção de energias renováveis
- ✓ Reforço da atratividade populacional exercida na última década

Ameaças

- ✓ Perda de ativos decorrentes da reduzida regeneração populacional
- ✓ Excessivo efeito polarizador da cidade de Castelo Branco face às restantes freguesias
- ✓ Efeito repulsivo da elevação de custos de transporte, com implicações ao nível do turismo, atratividade empresarial e residencial

2. Visão e estratégia de desenvolvimento



A Visão de um futuro ousado para Castelo Branco

A Visão estratégica *Castelo Branco para o futuro* sistematiza uma **ambição ousada de desenvolvimento albacastrense de médio e longo prazo**, tendo sido fundamentalmente construída com base no diagnóstico de partida - onde foram identificados desafios e fatores críticos de sucesso - e nas pretensões estratégicas regionais, nacionais e comunitárias - nomeadamente nos documentos estratégicos decorrentes da nova política de coesão europeia para o horizonte 2014-2020.

Nesta reflexão estiveram inevitavelmente presentes as **condicionantes conjunturais** e as rápidas **mutações verificadas nas dinâmicas socioeconómicas a nível global**, com destaque para a crise económica internacional, os novos fenómenos demográficos que marcam presença nos países europeus assim como o processo de globalização que emerge com clareza e com fortes impactos nas atuações estratégicas tradicionais.

Este enquadramento justifica que a Visão formulada para Castelo Branco seja relativamente abrangente, de modo a permitir o **enquadramento de novas oportunidades** não equacionáveis no momento presente, mas também suficientemente específica, revelando a **aposta nas particularidades de afirmação atuais** de Castelo Branco. É importante referir que a formulação da Visão e da estratégia que a suporta tem em consideração os **assuntos pertinentes para o desenvolvimento albacastrense**, pelo que, tendo necessariamente em conta as orientações de desenvolvimento europeias e a relevância dos fundos comunitários enquanto fonte de financiamento de um número significativo de iniciativas a implementar, não se esgota, tanto em termos estratégicos como operacionais, naquilo que é elegível e acolhido na política de coesão definida para a Europa nem no horizonte 2020.

A Visão estratégica de Castelo Branco materializa uma **clara vocação para os "mercados"**, assumido de forma lata, considerando-se que este é o fator distintivo de uma estratégia de sucesso. Ou seja, a visão estratégica do concelho tem subjacente o conceito de "utilidade" surgindo como território que aposta na respetiva capacidade de dar resposta às solicitações do "mercado" interno (regional e nacional) e externo (europeu e internacional), do "mercado" funcional e institucional, do "mercado" social e cultural e do "mercado" económico e empresarial. Sob estes pressupostos, a Visão *Castelo Branco para o futuro* pode ser formulada do seguinte modo:

Castelo Branco para o futuro – uma Visão ambiciosamente integradora

Castelo Branco ambiciona ser um concelho...

...**atrativo** para residir, trabalhar, visitar e investir...

...com **funções** económicas, sociais, turísticas e culturais enriquecedoras...

...que **recupera** a dimensão industrial tradicional, associada a setores como o agroalimentar e o agroflorestal, o têxtil, o automóvel e as indústrias mecânicas e eletrónicas, onde a **inovação, a organização e o empreendedorismo** são vistos como instrumentos de rejuvenescimento económico...

...onde prepondera uma **clara vocação internacional**...

...e assim se afirma como um **polo de desenvolvimento socioeconómico**, que beneficia da excelência atingida no domínio social, agora projetando-se em territórios mais alargados e disseminando os efeitos noutras áreas relevantes do seu desenvolvimento.

A desmontagem de futuro visão para *Castelo Branco* nas respetivas parcelas permite observar **diversos níveis de afirmação**, que assumem uma natureza transversal tanto a nível territorial como setorial/temático. Na base da conceção da ambição de desenvolvimento futuro estão **cinco aspirações fundamentais**, que encontram materialização na estratégia e nos projetos estruturantes a implementar.

Estas aspirações poderão ser sistematizadas do seguinte modo:

- ✓ **reforço da atratividade global do território**, nas diversas dimensões de utilização do território – residir, trabalhar, visitar e investir – garantindo-se condições renovadas de coesão, de criação de emprego e de competitividade;
- ✓ **afirmação enquanto espaço de funções inovadoras**, uma vez que são adequadas às exigências da modernidade empresarial, social, turística e cultural, onde o centro urbano (cidade de Castelo Branco) atinge a excelência funcional e se assume como o motor de desenvolvimento dos restantes territórios do concelho. Dar-se-á também protagonismo à diversificação de funções apostando nas vocações específicas dos territórios rurais (economia social, turismo, agroalimentar, entre outras áreas pertinentes);
- ✓ **consolidação da especialização produtiva concelhia**, bastante firmada e distintiva, recuperando a dimensão industrial tradicional, destacando-se os setores agroalimentar e agroflorestal, têxtil, automóvel e indústrias mecânicas e eletrónicas. A inovação, a organização e o empreendedorismo são aqui colocados como instrumentos centrais para o rejuvenescimento económico de Castelo Branco, optando-se por uma postura reativa - diante as quebras vivenciadas no tecido empresarial - e uma postura ativa - na promoção de iniciativas emergentes com grande potencial de crescimento e adequadas às particularidades endógenas;
- ✓ **promoção da orientação internacional** do tecido empresarial (atraindo investimento estrangeiro e aumentando o volume de exportações das empresas aqui localizadas) e do território (por via do turismo e do ensino, por exemplo), englobando parcerias à escala transfronteiriça, europeia e mundial. A aposta no relacionamento ibérico e a montagem de funções internacionais são pontos extremamente relevantes;
- ✓ **otimização do posicionamento socioeconómico** na região, surgindo como um polo agregador cujas dinâmicas positivas devidas ao excelente desempenho na busca pela coesão social se projetam em territórios mais alargados e noutras dimensões do desenvolvimento. Em termos líquidos, uma envolvente mais ativa e coesa permitirá que, globalmente, a região se torne mais dinâmica, geradora de mais oportunidades para as entidades presentes no território e mais atrativa para agentes externos.

Em sùmula, a visão preconizada para Castelo Branco tem como base de sustentação uma **abordagem eclética e enraizada no presente**, que parte das conquistas e vocações que caracterizam a sua matriz territorial atual, procurando o respetivo rejuvenescimento e valorização, num quadro de ousadia a que Castelo Branco se permite aventurar. Está também explícita a importância de Castelo Branco “sair de si” e projetar-se uma escala superior, a nível económico, social e civilizacional, alargando a sua esfera de visibilidade. Por esta via, pretende-se reconfigurar os argumentos de geração de riqueza e estabelecer uma abordagem, bem-sucedida, aos novos desafios de coesão, repetindo proezas do passado, agora aplicadas num cenário de maior complexidade, porque mais exigente do ponto de vista da integração de perspetivas complementares.

Estratégia de desenvolvimento

A interpretação do posicionamento de Castelo Branco no quadro da sua envolvente regional e das potencialidades setoriais e temáticas com que o concelho se depara suportam a formulação de uma **visão ambicionada** para a trajetória de desenvolvimento futuro de Castelo Branco. São sustentadas pelas **conclusões do diagnóstico prospetivo**, nas suas componentes quantitativa e qualitativa, conciliado com o **balanço das realizações de anteriores estudos estratégicos** (com enfoque temático no desenvolvimento territorial, urbano, turístico, social e empresarial) e nas **recomendações previstas em documentos de planeamento estratégico regional e nacional** mais recentes – em ampla medida acomodados às novas indicações estratégicas e prioridades delineadas a nível europeu para o horizonte 2014-2020.

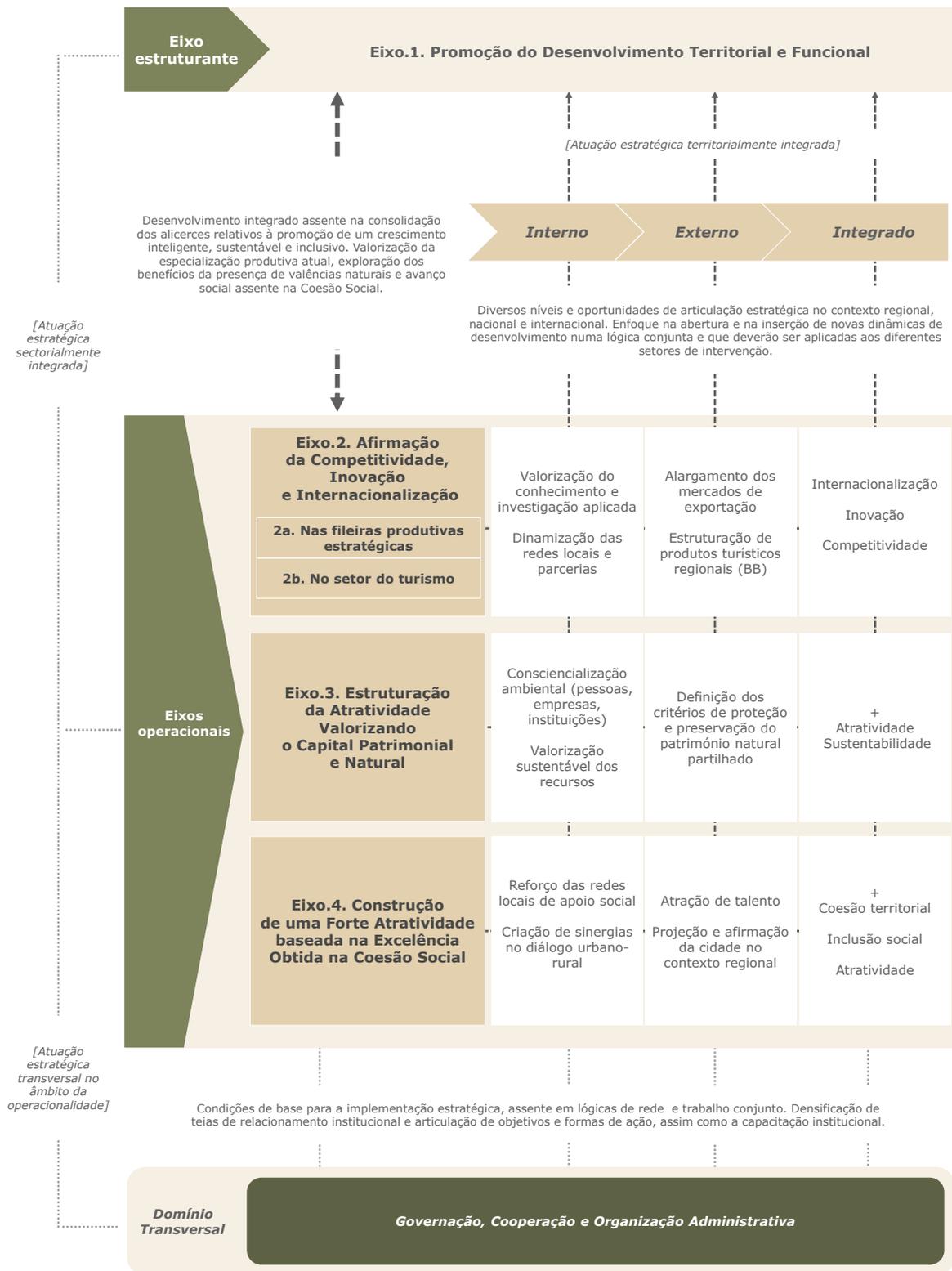
A partir dos pressupostos referidos define-se a estratégia de desenvolvimento de Castelo Branco, entendida como um **percurso de concretização da Visão definida para o futuro albicastrense** e que pretende também enquadrar-se nas opções de desenvolvimento estipuladas no “CRER 2020: Plano de Ação Regional do Centro 2014-2020”, no “Centro 2020: Programa Operacional Regional do Centro” e no “Plano Estratégico e de Ação para a Região da Beira Baixa no período 2014-2020”.

A ambição primordial da estratégia de Castelo Branco é a de garantir um **desenvolvimento integrado**, assente na promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Tal desenvolvimento beneficia do **efeito sistémico de uma abordagem equilibrada de iniciativas** que conjugam as seguintes quatro perspetivas:

- a **valorização da especialização produtiva atual**, por assunção da existência de um significativo potencial de desenvolvimento nas atividades que explicam o atual perfil de especialização produtiva do concelho, como os ramos agroalimentar e agro florestal, o têxtil, o automóvel e as indústrias mecânicas e eletrónicas, bem como nas atividades que podem constituir uma **aposta consciente de desenvolvimento complementar**, como é o caso do turismo, e por fixação de patamares ambiciosos de *up-grade* do quadro de colaboração inter-cruzada entre empresas e o sistema científico, tecnológico e infraestrutural de suporte;
- a **capitalização económica e social** dos benefícios da presença de valências naturais distintas, como mecanismo de ancoragem de vetores de desenvolvimento competitivo na primazia da sustentabilidade, e de obtenção de ganhos de atratividade induzidos pela diferenciação inerente a um modelo de qualidade de vida com interação eficaz entre a base ambiental e humana do território;
- o **progresso da sociedade assente na Coesão Social**, por valorização dos resultados dos princípios de gestão municipal que têm vindo a ser aplicados e da possibilidade de transformar ciclos de intervenção ditados por imperativos de inclusão social em fatores de atratividade com reflexos económicos potencialmente associados;
- e a **mobilização de vontades, de atuações e de intervenções** direcionadas por objetivos comuns, conciliadoras do potencial de transformação de condições em resultados efetivos.

São **quatro os eixos estratégicos de desenvolvimento de Castelo Branco** que sustentam a estratégia “Castelo Branco para o futuro” – um eixo estruturante conceptual e três eixos operacionais - a que se junta **um domínio transversal (DT)** – de natureza instrumental e coordenativa (Figura 4).

Figura 4. Estratégia de desenvolvimento para Castelo Branco



O **Eixo 1. Promoção do Desenvolvimento Territorial e Funcional** é um eixo de natureza estruturante concetual, que se optou por autonomizar face aos restantes eixos assumidos como operacionais, por razões de valorização afirmativa da importância a atribuir à conjugação de diferentes escalas territoriais de atuação e/ou de mobilização de intervenções. Este eixo pretende estruturar uma **atuação estratégica territorialmente integrada**, por conjugação:

- da **dimensão de desenvolvimento interno** – na perspetiva de que a melhoria das condições de afirmação interna é fundamental à sustentabilidade e ao relançamento do autónomo progresso de Castelo Branco (*desenvolvimento com enfoque na autonomia*);
- com a **dimensão de desenvolvimento externo** – atendendo a que um relacionamento equilibrado nas várias dimensões territoriais, com a envolvente próxima, no contexto nível nacional, transfronteiriço e internacional são condicionantes para um progresso de maior amplitude (*desenvolvimento com enfoque na abertura*);
- com resultados fixados numa expectativa de **desenvolvimento integrado** – que parte da convicção de que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que concilia as sinergias estabelecidas entre a consolidação da individualidade territorial de Castelo Branco com as oportunidades vindas de fontes externas, numa tendência de ganhos líquidos mútuos (*desenvolvimento com enfoque nas sinergias*).

Os três eixos operacionais traduzem, por sua vez, **uma atuação estratégica temática com contornos operacionais específicos**. Neste sentido, têm subjacentes os diversos níveis e oportunidades de articulação estratégica no contexto regional, nacional, transfronteiriço e internacional; o enfoque na abertura e a inserção em novas dinâmicas de desenvolvimento numa lógica conjunta; e as diligências necessárias para o alcance das dimensões de desenvolvimento interno, externo e integrado previstas no Eixo 1, nomeadamente por identificação dos seus principais domínios de intervenção.

Os respetivos conteúdos poderão ser sistematizados do seguinte modo:

- **Eixo 2. Afirmação da Competitividade, Inovação e Internacionalização:** direcionado para as questões relativas ao crescimento inteligente e, como tal, com âmbito de atuação no tecido empresarial, com especial enfoque (2a) nas fileiras produtivas estratégicas e (2b) no setor do turismo;
- **Eixo 3. Estruturação da Atratividade Valorizando o Capital Patrimonial e Natural:** que advoga atuações de valorização do património natural e a internalização de comportamentos ambientalmente sustentáveis, notoriamente relevante num território com fortes valências naturais;
- **Eixo 4. Construção de uma Forte Atratividade Baseada na Excelência Obtida na Coesão Social:** fundamentada na perpetuidade do compromisso social já assumido e que tem dado frutos, aliando-se o desenvolvimento de novas e mais ecléticas respostas sociais com impacto na renovação dos fatores de atratividade.

O **DT. Governança, Cooperação e Organização Administrativa** expressa uma **atuação estratégica transversal no âmbito da operacionalidade**, que resulta da importância da verificação de um conjunto de condições de base para a implementação da estratégia “Castelo Branco para o futuro”, que possuem um caráter instrumental. Aqui estão incluídas as iniciativas de promoção das lógicas de rede e de trabalho conjunto, a densificação de teias de relacionamento institucional, a articulação de objetivos e formas de ação, assim como a capacitação institucional.

A estratégia definida para Castelo Branco tem um caráter global e pondera como linha de estruturação, a importância de **um desenvolvimento à medida do concelho**, das suas necessidades e ambições, que procura uma efetiva capacidade de operacionalização e de financiamento nos recursos internos e também nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) previstos no próximo quadro comunitário de apoio.

Os eixos estratégicos de desenvolvimento de Castelo Branco serão alvo de um maior aprofundamento nos pontos seguintes, apresentando-se a justificação da pertinência de cada eixo, o objetivo geral, a estrutura de conteúdos, as áreas de intervenção e, finalmente as respetivas linhas de orientação estratégica.

Uma ressalva particular para os riscos inerentes ao presente exercício de planeamento estratégico. Sendo suportado numa Visão que se assume como ousada e ambiciosa, por oposição ao que poderia ser uma visão modesta e tendencialmente mais passiva, e estando materializado, por correspondência, numa estratégia exigente do ponto de vista da profundidade sistémica do mix de atuações para os quais se fixam objetivos, por oposição ao que poderia ser uma estratégia nitidamente mais estanque, é importante ter presentes os riscos potenciais da não concretização plena dos objetivos fixados, que advêm das reais dificuldades que se reconhecem à sua implementação.

O nó górdio da estratégia definida resulta de uma complexa conjugação de objetivos, em que simultaneamente se pretende garantir um reequilíbrio económico do concelho, uma reafirmação da cidade na lógica das suas funções, e uma reconfiguração do posicionamento do concelho à escala da sua envolvente territorial e de articulação temática.

Assim, resulta sensato ponderar os riscos de uma eventual recessão estratégica, tendo presente que se antecipam maior probabilidades de sucesso nas intervenções dirigidas à consolidação e up-grade do ambiente funcional da cidade, bem como à melhoria do quadro de articulação da cidade com os polos rurais do concelho e com a sua envolvente territorial, do que atingir uma efetiva progressão da base económica, com capacidade de criar mais emprego e riqueza. As debilidades do tecido económico do concelho e a inexistência de práticas consolidadas de atuação em modelos de cooperação institucional formal, introduzem condicionantes operacionais expressivos ao sucesso de uma estratégia que precisa ser ambiciosamente direcionada para a afirmação da competitividade, da inovação e da internacionalização.

O eixo estratégico "1. *Promoção do Desenvolvimento Territorial e Funcional*" materializa uma resposta aos desafios de consolidação da relevância regional e nacional de Castelo Branco (populacional, económica, social, entre outras), da potenciação da sua dimensão transfronteiriça, das complementaridades territoriais que se podem aprofundar e do reposicionamento institucional, diante as reorganizações administrativas que se têm assistido ao longo do tempo. Este eixo assume um carácter concetual estruturante e projeta-se em três eixos operacionais, procurando conjugar as condições necessárias ao objetivo de **providenciar as condições basilares de garantia de um desenvolvimento harmonioso do concelho** de Castelo Branco (Figura 5).

Subjacente à estruturação deste eixo está a ambição de colocar Castelo Branco no sentido de um **desenvolvimento multifuncional, multidimensional e multiterritorial**. Esta é a espinha dorsal da estratégia concelhia, consubstanciando uma orientação transversal e qualitativamente relevante para o avanço equilibrado e sustentado do concelho, que assenta na conjugação das seguintes perspetivas complementares de desenvolvimento territorial:

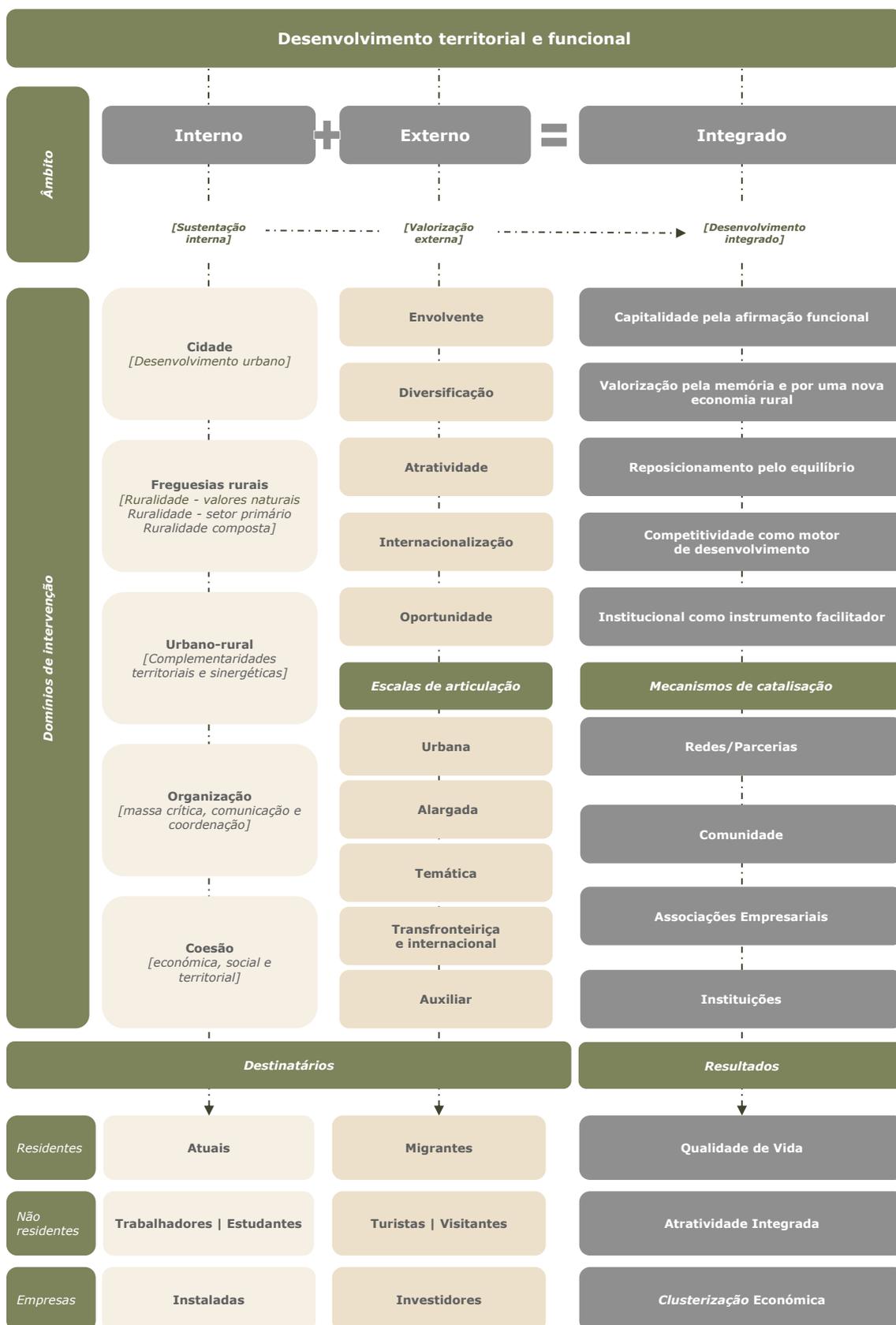
- ✓ **Desenvolvimento territorial e funcional interno**, ou seja, o aprofundamento de vetores de coesão e sustentabilidade interna, com atenção à **afirmação urbana** - incluindo o adensamento de funções institucionais - e **rural** - o que pressupõe adensamento das funções territoriais e a promoção da autonomia - e às **complementaridades urbano-rurais** - valorizando os aspetos distintivos e as sinergias que podem ser estabelecidas;
- ✓ **Desenvolvimento territorial e funcional externo**, ou seja, o aprofundamento das **articulações funcionais intraconcelhias, interregionais e transfronteiriças**, renovando a respetiva centralidade e os fatores de projeção externa (nacional e internacional) e de atratividade económica, populacional e empresarial;
- ✓ **Desenvolvimento territorial e funcional integrado**, ou seja, que resulta do **efeito sistémico** decorrente da articulação das dimensões anteriores e que permitirá potenciar a coesão e a competitividade interna, conciliando as vantagens competitivas dos diferentes "territórios" de Castelo Branco com as conquistas da articulação externa, consolidando a capacidade de polarização exercida pela principal cidade da Beira Baixa e as oportunidades da componente transfronteiriça.

A compreensão das pretensões deste eixo implica o entendimento mais detalhado dos pressupostos inerentes às três dimensões de desenvolvimento e das respetivas implicações em termos de opções estratégicas para o concelho de Castelo Branco, que se fará de seguida.

*Um **desenvolvimento territorial e funcional orientado para a sustentação interna**, pela afirmação de fatores distintivos e diferenciadores face à envolvente e no enalce de maiores níveis de coesão económica, social e territorial.*

O **desenvolvimento territorial e funcional interno** implica uma forte aposta no desenvolvimento urbano e rural, alicerçado nas respetivas especificidades e nos ganhos conjuntos de conciliação de complementaridades urbano-rurais, visando a **sustentação da sua afirmação numa lógica interna** e tendo em consideração os **desafios de coesão económica, social e territorial**. É um segmento de desenvolvimento também assente na valorização dos fatores identitários e culturais do concelho, que lhe concedem singularidade e que, se devidamente trabalhados, serão definitivamente um atrativo inequívoco de Castelo Branco.

Figura 5. Configuração global do eixo 1. Promoção do Desenvolvimento Territorial e Funcional



Os **domínios de intervenção** incorporados nesta dimensão estão associados ao **perfil territorial** albicastrense – a cidade, as freguesias rurais e a articulação entre o urbano e o rural – e a **áreas básicas de intervenção** – organização e coesão.

A **cidade de Castelo Branco assume um papel de renomada importância na estratégia de desenvolvimento concelhio** tendo, por isso, um documento estratégico específico intitulado “Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco”. No contexto da Beira Baixa, esta cidade exerce uma forte polarização, confirmada pela sua elevada representatividade populacional e empresarial no cômputo concelhio e regional e por uma grande densidade de serviços, oferta de espaços culturais, equipamentos e habitação. A cidade é vista como **motor urbano da região** e um instrumento inegável para a promoção da coesão e de atração de residentes, turistas e atividades económicas.

O compromisso estratégico da cidade passa assim, por uma **afirmação multidimensional** (cultura, economia, social,...) que aporta a modernidade, o cosmopolitismo e o vanguardismo, que constituem argumentos de renovação da atratividade nas sociedades modernas, neste caso concretizada preservando a identidade albicastrense.

A multifuncionalidade é também assumida neste contexto e implica a **valorização funcional da cidade** pela densificação das funções urbanas, emergindo como polo que se desenvolve em função das realidades envolventes, pelo incremento dos serviços de apoio às atividades de especialização e das funções institucionais, económicas, sociais, educação e conhecimento. Castelo Branco deverá assumir vocações multifacetadas e alargadas, que ultrapassam os elementos administrativos e importam **funções de “nova geração”** orientadas para as empresas (apoio à internacionalização e à inovação) e para a promoção da qualidade de vida e de condições de *habitat*.

Inerente ao planeamento estratégico para a cidade está também uma reflexão acerca dos **territórios de expansão e densificação urbana**, em muito influenciados pela A23, correspondentes à União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, Benquerenças, Salgueiro do Campo, União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde e Lardosa, que possuem um conjunto de características que lhes conferem alguma homogeneidade, entre as quais, uma clara tendência de terciarização em detrimento das atividades agrícolas.

Este desígnio implica, entre outras intervenções, uma **sólida aposta no desenvolvimento urbano**, de pendor material e principalmente imaterial, como a regeneração, reabilitação e animação urbana, fechando os investimentos iniciados e consolidando com os que são agora considerados pertinentes. Aqui estão incluídas iniciativas de animação do comércio local, de melhoria do ambiente urbano e de promoção de uma “cidade mais verde”.

Castelo Branco contém um conjunto de **freguesias de perfil predominantemente rural**, sobre as quais é reconhecida a pertinência da definição linhas de atuação estratégicas e de projetos de intervenção adequados ao respetivo potencial e especificidades. Nesta tipologia territorial deverão discriminar-se, com objetivos instrumentais, três tipos de ruralidade, determinadas de acordo com as vocações mais marcantes dos territórios rurais de Castelo Branco, donde resulta:

- ✓ **Ruralidade assente nos valores naturais**, com uma forte componente patrimonial, seja por uma paisagem marcadamente serrana (territórios do norte do concelho) ou pelos cursos de água, com destaque para o Parque Natural do Tejo Internacional (territórios do sul do concelho);
- ✓ **Ruralidade assente no setor primário**, ou seja, territórios com forte incidência económica, atual e potencial, nas atividades agrícolas, pecuárias e agroindústria, que abarca, de forma abrangente, a generalidade das freguesias do concelho;

- ✓ **Ruralidade composta**, territórios que conjugam uma distintiva paisagem natural, com um significativo potencial agrícola e turístico, para além de outras atividades emergentes em espaço rural, os casos de Malpica do Tejo e de Monforte da Beira.

Destaque paralelo, para as vantagens do redescobrimto das complementaridades territoriais e sinérgicas entre o mundo rural e urbano são reconhecidas e assentam na preservação do que de melhor há nestes territórios e na promoção dos **benefícios líquidos que se podem retirar do estabelecimento de relacionamentos urbano-rurais**. Uma consequência material desta constatação, prende-se com a premência da resolução das questões relativas à mobilidade interna, nomeadamente, a melhoria das acessibilidades e do sistema de transporte público.

A ponderação assertiva de conferir centralidade às componentes de **organização interna** é uma condição necessária à agilização dos pressupostos de concretização estratégica e de implementação dos projetos estruturantes que operacionalizarão a estratégia. Aqui estão expressas as preocupações relativas à dimensão eficaz das iniciativas que se pretendam desenvolver e à mobilização de níveis adequados de **massa crítica**, adequados à viabilidade negocial; à promoção de canais eficazes de **comunicação** que permitam manter informados os participantes e destinatários da estratégia e dos projetos que a concretizam; à **coordenação**, garantindo a eficiência das atuações, a partilha de responsabilidades e o máximo benefício para o concelho.

Finalmente, **a coesão interna (económica, social e territorial) atua como domínio basilar de intervenção**, na medida em que deverá permitir antecipar o reconhecimento dos desequilíbrios que existem e afetam a evolução sustentável do concelho e, partindo daqui, alcançar fases mais complexas, e equilibradas, de desenvolvimento.

A concretização das orientações expostas terá obviamente **impacto sobre a qualidade de vida** dos residentes, bem como os que não sendo residentes aqui trabalham ou estudam de forma relativamente permanente, assim como na **instituição de argumentos de manutenção das empresas** que atualmente exercem a sua atividade empresarial em território albicastrense.

O desenvolvimento territorial e funcional externo está orientado para a valorização das articulações de Castelo Branco com a sua envolvente externa, aportando uma forte abertura do concelho às oportunidades e dinâmicas regionais, nacionais e internacionais.

O **desenvolvimento territorial e funcional externo** assenta numa lógica de **valorização de articulações externas como instrumento de afirmação de Castelo Branco**, baseada no manancial de articulações de natureza multiterritorial que podem ser promovidas e que deverão necessariamente extravasar a Beira Baixa e incentivar o aprofundamento da valorização competitiva dos fatores locais de competitividade (Figura 6).

O fundamento desta dimensão de desenvolvimento, prende-se com o reconhecimento das **oportunidades que advêm do alargamento da escala de relacionamento territorial à envolvente**, da possibilidade de **diversificação das fontes de progresso socioeconómico** do concelho e de **reforço dos fatores de atratividade**. Do mesmo modo, a **internacionalização**, em sentido lato, quer por via do turismo, quer pela afirmação competitiva das empresas no contexto nacional, é um ponto-chave nesta estratégia.

Este enquadramento conduz, por inerência, à **identificação das escalas de articulação** que o concelho deverá considerar como pertinentes no processo de crescimento e que se podem sistematizar do seguinte modo:

- ✓ **Escala de articulação urbana:** referente à lógica de um sistema urbano policêntrico – Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco e Portalegre - onde a cidade de Castelo Branco poderá desempenhar um papel congregador;
- ✓ **Escala de articulação alargada:** desenvolvida em função de um território mais vasto, que articula as Beiras, o Pinhal, o Alto Alentejo e o Ribatejo, promovendo a densificação da atividade ao longo do eixo viário A23, com perspectivas de surgimento de conteúdos intermédios ao longo desta via estruturante;
- ✓ **Escala de articulação temática:** parcerias temáticas, justificadas por elementos comuns tais como a envolvente natural (articulação patrimonial, pertinente pela presença de património natural assinalável como o PNTI ou o *Geopark*); geografia e recursos semelhantes (articulação geográfica, com base nos produtos endógenos, floresta e setor primário, abarcando o eixo do Fundão a Abrantes); produtiva (articulação de base industrial e logística);
- ✓ **Escala de articulação transfronteiriça e internacional:** aprofundamento e melhoria das relações transfronteiriças, nomeadamente com Cáceres e Madrid, cimentando a convivência com Espanha em diversas áreas e assumir uma maior ambição no âmbito da internacionalização tanto a nível empresarial, como turístico, institucional, conhecimento ou no ensino;
- ✓ **Escala de articulação auxiliar:** concernente com a estruturação de infraestruturas relevantes para a eficiência dos compromissos assumidos nas diferentes escalas, destacando-se a mobilidade, o sistema de transportes, as acessibilidades (intraconcelhias, inter-regionais e transfronteiriças) e as novas tecnologias de informação e comunicação.

Esta opção de desenvolvimento é particularmente relevante quando uma das ambições para Castelo Branco é uma sustentada e competitiva abertura ao exterior com objetivos de **captação de novos residentes, a atração de turistas e visitantes** e o aumento da **apetecibilidade concelhia a novos investidores**, assim como a **instalação de novas empresas**.

O desenvolvimento territorial e funcional integrado corresponde ao somatório ponderado das mais-valias decorrentes das suas dimensões de afirmação interna e externa.

O **desenvolvimento territorial e funcional integrado** mobiliza as dimensões interna e externa, acrescentando-lhes uma orientação conciliadora de ambas e induzindo um progresso que se pretende equilibrado, apenas possível através da potenciação articulada da afirmação interna e autónoma do concelho com as mais-valias de uma abertura estratégica às sinergias que se podem incrementar em vários planos. Traduz um desenvolvimento sistémico e completo, que parte da atuação dirigida à resolução das problemáticas internas e da absorção das forças de crescimento externas para alcançar uma evolução sustentada e de longo prazo.

O **posicionamento de Castelo Branco no contexto regional está em mudança**, primeiro porque a lógica de capital de distrito que tanto dinamismo concedeu à sede de concelho tem-se esbatido e segundo, porque as reorganizações administrativas recentes antecipam novas centralidades e promovem a eficiência de especializações funcionais. Por outro lado, **novas propostas estratégicas** deverão ser assumidas diante os atuais fenómenos económicos – como a globalização e as tendências de internacionalização das economias, assim como a instabilidade vivenciada na economia europeia e mundial – e sociais – também resultante da conjuntura económica (desemprego, exclusão social, entre outros), mas também de novos imperativos sociais (envelhecimento, decréscimo populacional, desertificação, entre outros).

Neste contexto, a lógica de desenvolvimento integrado que se pode ambicionar promover em Castelo Branco deverá ter em conta as seguintes considerações:

- ✓ A **pertinência da reafirmação da capitalidade pela renovação de funções de Castelo Branco**, tendo presente que o verdadeiro desenvolvimento implica uma visão integradora tanto sobre o território (concelho, polos urbanos relevantes, região, novos territórios) como nas áreas de intervenção (turismo, social, institucional, empresarial, ambiental). Castelo Branco deverá apresentar-se como **concelho reconvertido**, que desempenha o papel de *pivô* e alcança o estatuto de polo agregador, capaz de se projetar externamente, alargando a sua base de desenvolvimento pela articulação mais efetiva com novos territórios e, por isso, com uma região mais vasta. Para além disso, o processo de **alargamento dos relacionamentos territoriais** permitirá alastrar as dinâmicas positivas que já se verificam neste concelho a territórios com maiores debilidades competitivas e de coesão, consequentemente, beneficiando de uma envolvente mais ativa.
- ✓ O **desígnio da valorização pela memória e por uma nova economia rural nos territórios rurais**, sobre os quais se depositam complexos desafios associados à diversificação económica, ao rejuvenescimento populacional e ao compromisso com renovados vetores de vivência em territórios de baixa densidade, conducente ao necessário afastamento da velha visão associada ao rural.
- ✓ O **reposicionamento pelo equilíbrio** que tem subjacente uma ponderada e produtiva articulação entre as várias dimensões urbano-rurais, com impactos duradouros na atratividade global do território.
- ✓ A **competitividade como um motor de desenvolvimento**, com impactos na **eficácia nos processos de afirmação regional, nacional e internacionalização**, e que será tanto mais efetiva quanto maior a **capacidade de organização dos atores** presentes no território e a orientação para a inovação.
- ✓ O **alicerce institucional** é fundamental **enquanto instrumento facilitador**, na garantia das condições de coesão e também da gestão das oportunidades de espetro lato que possam surgir das relações estabelecidas. Assim, a ambição de desenvolvimento aqui consubstanciada, passará, necessariamente pela **capacidade institucional e de coordenação** de objetivos e mecanismos de catalisação dos efeitos que assentam na mobilização de redes/parcerias, nos quais estão associadas a comunidade, as associações empresariais e as instituições em geral.

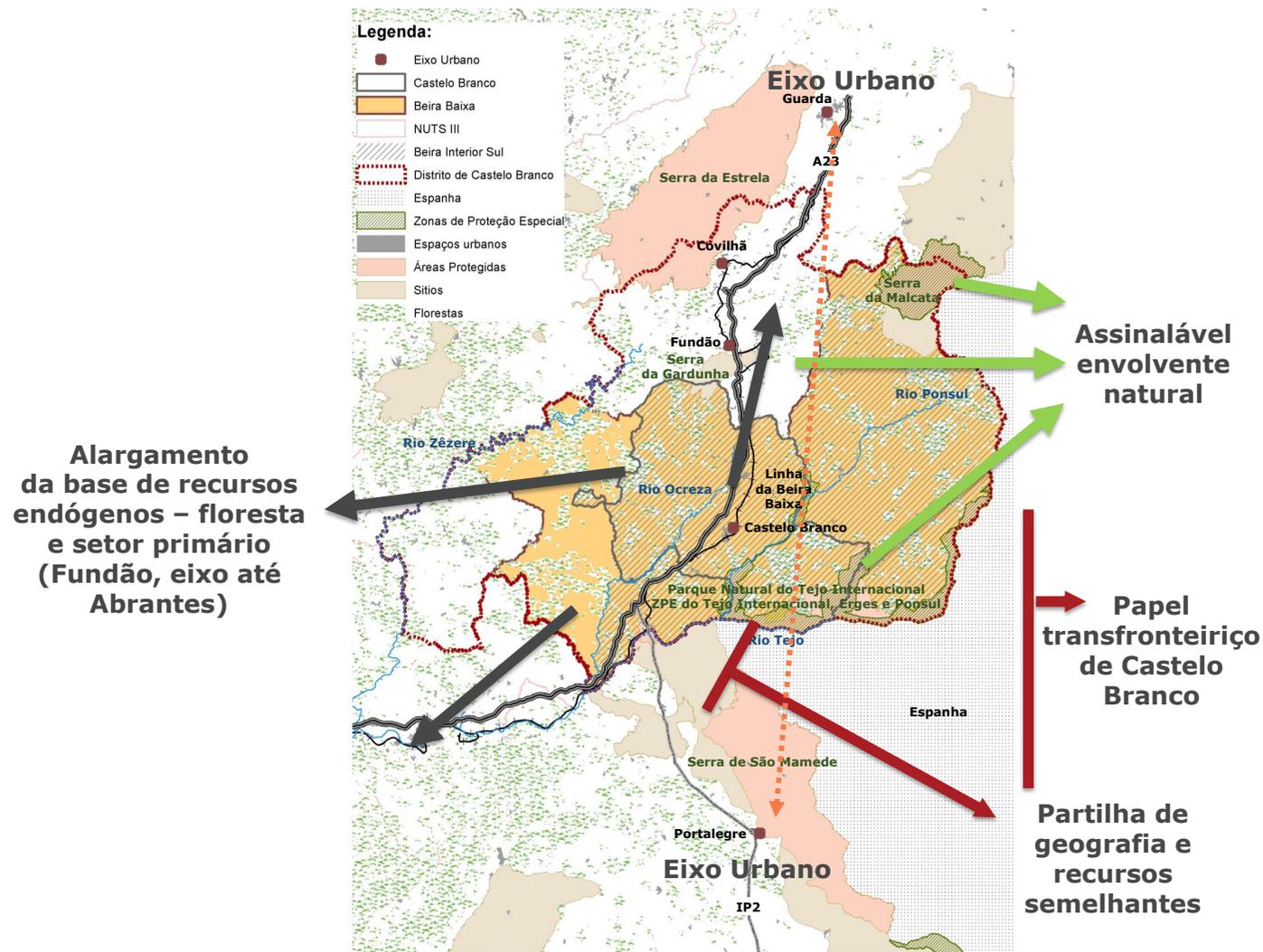
Os **resultados imediatos da concretização de um desenvolvimento integrado** são **incrementos nos níveis de qualidade de vida** – para atuais e futuros residentes – uma **atratividade integrada** – tornando-se um território apetecível para estudar, trabalhar, investir e visitar – e uma **clusterização económica** – situação em que Castelo Branco aprofunda competências nas áreas económicas onde apresenta maiores índices de especialização, tendo por base uma aposta na inovação e na diferenciação, proporciona os serviços devidos às empresas já instaladas e atrai novos investidores pelo ecossistema empresarial gerado.

Para a concretização da ambição contida neste eixo é fundamental ter em consideração as seguintes **linhas de orientação estratégica**:

- ✓ Garantir as condições de suporte para um desenvolvimento integrado do ponto de vista territorial e setorial, concedendo especial atenção à mobilidade (acessibilidades e sistema de transportes) e às tecnologias de comunicação e informação;

- ✓ Promover a competitividade, coesão e sustentabilidade em Castelo Branco, apostando em instrumentos adequados às diferentes condições territoriais e numa lógica de equilíbrio entre as três referidas vertentes de desenvolvimento;
- ✓ Reafirmar a capitalidade de Castelo Branco no contexto regional, alargando as escalas de articulação e potenciando as complementaridades territoriais, estabelecidas em domínios tão diversos quanto o turismo, a logística, a indústria ou os recursos endógenos;
- ✓ Desenvolver funções na cidade de Castelo Branco de forma multifacetada e de qualidade, respondendo às necessidades que se revelam no concelho e nos territórios da região, assumindo um papel de suporte à afirmação do ecossistema empresarial, das condições de inovação e do desenvolvimento social, cultural e turístico;
- ✓ Promover a regeneração, a requalificação e animação do espaço urbano, apostando na qualidade do ambiente urbano, na eficiência energética (por exemplo, na habitação, nos equipamentos públicos, nas empresas), na dinamização do centro histórico e do centro cívico, na revitalização do comércio local e das iniciativas culturais, na conservação do património edificado;
- ✓ Assumir os territórios rurais como multifuncionais e portadores de aspetos distintivos com elevado potencial de valorização (património natural, recursos endógenos, setores de atividade, entre outros) e ter em conta os desafios da gestão da baixa densidade;
- ✓ Conceber uma plataforma de diálogo urbano-rural, considerando a crescente indissociabilidade e novas complementaridades entre o mundo rural e as áreas urbanas, procurando maximizar as relações mutuamente benéficas, assim como partilhar as externalidades positivas de cada uma destas realidades.

Figura 6. Articulações estratégicas de base territorial de Castelo Branco



A estruturação deste eixo estratégico de desenvolvimento emerge da necessidade de **robustecer o modelo competitivo do concelho**, capacitando o tecido empresarial para se afirmar num quadro de aceleração da globalização que reconfigura, com maior cadência, os fatores competitivos capazes de sustentar as vantagens das empresas num contexto concorrencial em constante mutação e cada vez mais exigente.

A orientação da base económica de Castelo Branco para a internacionalização constitui o objetivo geral deste eixo estratégico e é suportado por duas lógicas distintas que concorrem para a projeção do território no mercado global. Privilegia-se:

- ✓ a **afirmação das fileiras produtivas estratégicas** em que o concelho detém tradição produtiva e *know-how acumulado*, como o **agroalimentar, agroflorestal, têxtil, automóvel, indústrias do frio e mecânicas e eletrónicas**, no quadro do aprofundamento da orientação das empresas para a internacionalização;
- ✓ e o **desenvolvimento do potencial turístico** do concelho, no quadro de mobilização de pessoas pelos argumentos de atratividade do território com capacidade de projeção a uma escala internacional.

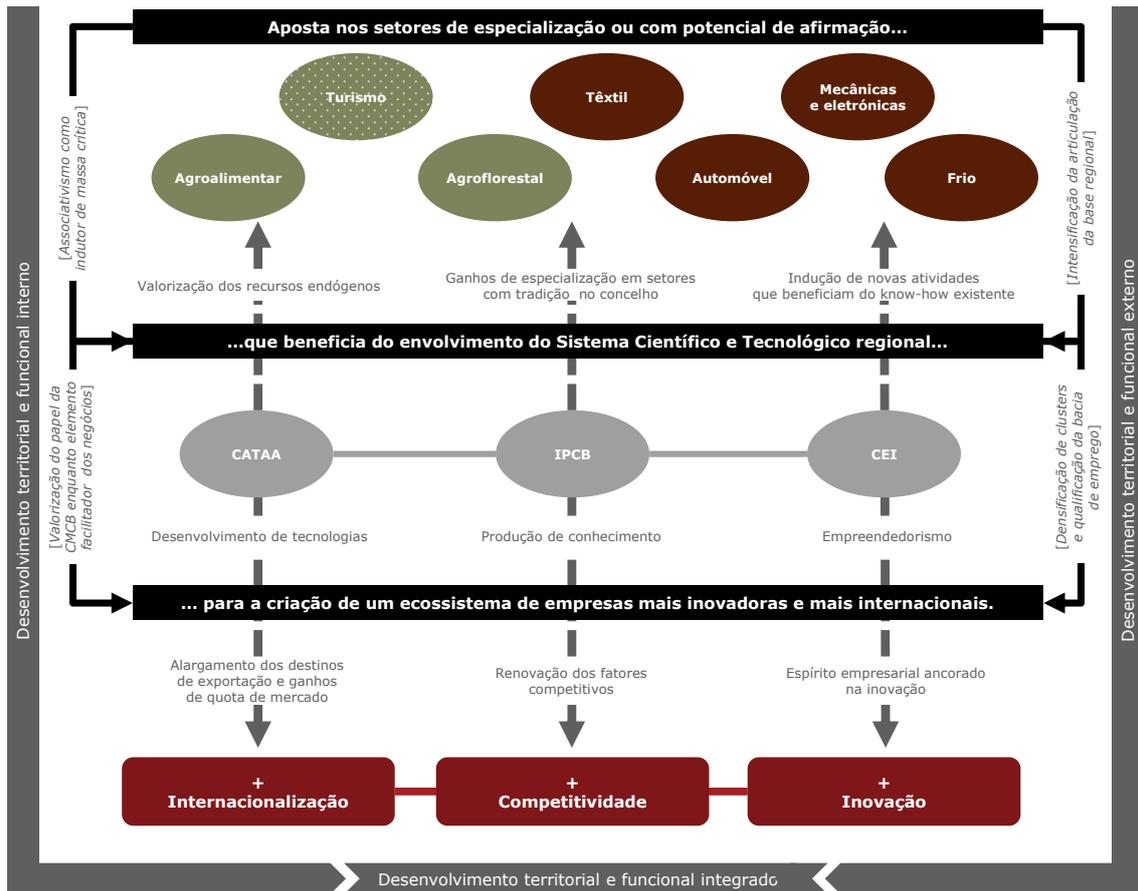
Os objetivos estratégicos deste eixo e as duas lógicas de suporte acima referidas são norteadas pelos três princípios de desenvolvimento territorial e funcional que estruturam as diferentes escalas e os mecanismos de articulação que catalisam as dinâmicas necessárias para a materialização das condições que promovam a concretização dos pressupostos assumidos, num:

- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional interno**, pela alavancagem dos recursos existentes no território e pela dinamização das redes e parcerias locais que induzam a obtenção de ganhos de massa crítica da base empresarial do concelho, num quadro em que a Câmara Municipal de Castelo Branco se assume como agente facilitador da concretização e desenvolvimento dos negócios e na criação de condições para o aparecimento de novas iniciativas;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional externo**, pelo aprofundamento da ambição de internacionalização, fomentando a capacidade de alargamento dos mercados de exportação pelas empresas e a captação de turistas de diferentes mercados emissores, bem como por uma articulação com os territórios de proximidade para a estruturação de produtos turísticos regionais;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional integrado**, pela internalização dos efeitos sistémicos gerados pelas escalas interna e externa, difundindo-os de forma harmoniosa pelos diferentes *stakeholders* e capitalizando a sua materialização na melhoria da competitividade, da inovação e da internacionalização do território.

A afirmação das fileiras produtivas estratégicas em que o concelho detém tradição produtiva e *know-how acumulado* encontra-se intimamente ligada à capacidade do tecido empresarial, em conjunto com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (CATAA, IPCB, CEI), conseguir desenvolver novos produtos, novos processos e chegar a mais mercados.

Inovação e internacionalização surgem assim como elementos fundamentais de promoção de uma base empresarial competitiva e resiliente. Reconhece-se a vocação industrial de Castelo Branco, construída ao longo do tempo em setores que, com maior ou menor grau, ainda concentram parte importante do emprego e contribuem para a criação de riqueza no concelho e no território envolvente.

Figura 7. Eixo 2 - As apostas estratégicas aplicadas ao ecossistema empresarial de Castelo Branco



O aprofundamento destas atividades, isto é, o robustecimento dos setores de especialização do concelho na era da globalização terá, necessariamente, de ser feito por via da **inovação e valorização do conhecimento aplicado** – que podem ser induzidos **pela participação ativa em redes locais, regionais e internacionais** que integrem empresas e instituições produtoras de conhecimento –, bem como por via da internacionalização.

A margem de progresso destas atividades pela inovação e internacionalização é indissociável do **posicionamento geoestratégico do concelho**. A zona industrial, a ligação à A23, o posicionamento fronteiriço e a presença de instituições ligadas ao empreendedorismo, à inovação e à produção de conhecimento são elementos que, em conjunto, podem constituir-se como catalisadores do desenvolvimento do tecido produtivo e podem ajudar a colmatar as debilidades do território que se verificam na orientação das empresas para a inovação e para os mercados internacionais.

O desenvolvimento do potencial turístico constitui-se como um processo crucial para estimular uma maior orientação de Castelo Branco para a internacionalização, através da **projeção e afirmação externa do território**. Os argumentos de visitação de Castelo Branco, consubstanciados no património histórico, cultural e natural são peças determinantes de um mosaico que se quer coeso, coerente e estruturado, onde a atratividade do concelho e da região se constrói por uma aliança positiva destas peças e que é potenciada por uma articulação a diferentes escalas entre os vários *stakeholders*.

A **concretização do potencial turístico** assume-se como um desígnio fundamental para aumentar a exposição de Castelo Branco, num cenário em que os argumentos de atratividade se encontram numa fase embrionária de exploração, nomeadamente o potencial do património natural e da sua articulação com os restantes patrimónios do concelho, bem como com a região da Beira Baixa. O turismo surge como instrumento de internacionalização de Castelo Branco na ótica das pessoas, pela projeção da sua identidade a uma escala que se estende muito para além das relações de afinidade que se construíram com os territórios espanhóis de proximidade e que têm produzido impactos significativos nas dinâmicas turísticas do concelho, alargando-se a outros mercados potenciais.

A afirmação de Castelo Branco como um território mais competitivo, inovador e internacional, promovida por duas apostas concretas nos setores de especialização e no turismo, poderá ser catalisada por **relações funcionais aprofundadas** com os restantes territórios da Beira Baixa e com o quadro mais alargado que inclui os territórios que, com o concelho, partilham afinidades ou complementaridades capazes de gerar benefícios mútuos. De facto, a valorização destas lógicas regionais, seja pela partilha da geografia e recursos semelhantes, seja pelo papel transfronteiriço do concelho, permite potenciar as atividades desenvolvidas pela densificação de redes de cooperação entre os diferentes atores.

Castelo Branco, *de per si*, tenderá a ver diminuída a sua importância industrial e turística na região e no país. Articulado com territórios vizinhos, como o Fundão, Covilhã, Idanha-a-Nova, Portalegre, com os territórios com os quais partilha a mancha florestal e com os restantes territórios da Raia, o concelho pode **avantajar os seus argumentos de atratividade** e as suas vantagens competitivas, partilhando, ao mesmo tempo, os benefícios do seu desenvolvimento com esses territórios.

Ganha, também, importância para a melhoria da competitividade do tecido económico do concelho o fortalecimento dos mecanismos de associativismo empresarial, o reforço da sua capacidade de concertação e atuação em rede, de modo a contribuir para minimizar os constrangimentos e custos de contexto com que se deparam os negócios do concelho, bem como definir estratégias de atuação coletiva que permitam obter massa crítica para o desenvolvimento do ecossistema empresarial.

2a.

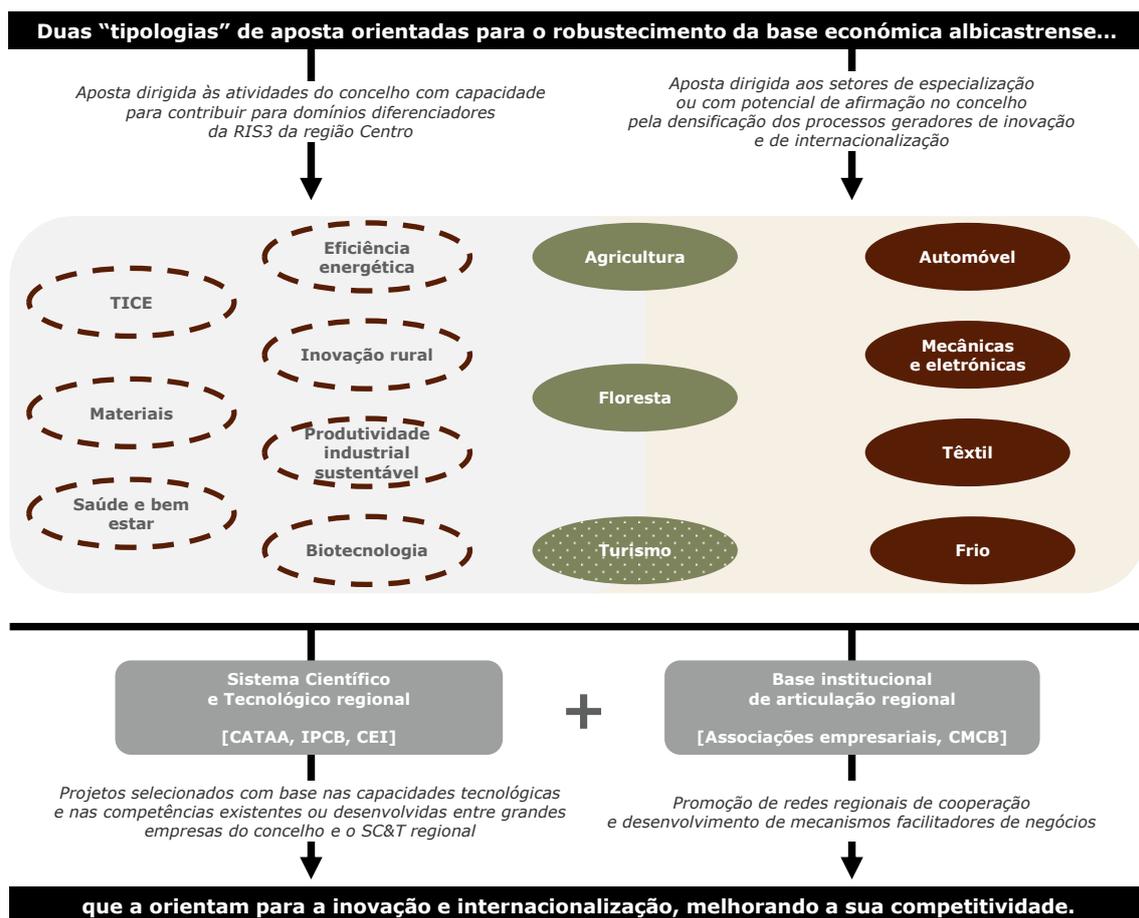
NAS FILEIRAS PRODUTIVAS ESTRATÉGICAS

A melhoria dos níveis de competitividade, de inovação e da orientação para a internacionalização de Castelo Branco passa inexoravelmente pelo **(re)desenvolvimento das fileiras produtivas nas quais o concelho é especializado**, numa lógica de valorização económica dos recursos endógenos e de aprofundamento dos fatores competitivos atuais que permitam obter ganhos de especialização, aumentar as quotas em mercados externos e criar dinâmicas sustentadas de inovação.

A zona industrial de Castelo Branco constituiu um polo de afirmação de empresas e atividades, sobretudo as associadas ao **setor automóvel, às mecânicas e eletrónicas, ao agroalimentar e à indústria do frio**, que foram perdendo algum protagonismo com a aceleração da globalização, mas que ainda emergem como setores de especialização do concelho que importa reafirmar.

Afastado da zona industrial, o setor têxtil, em particular os lanifícios, sofreu os impactos da entrada da China na Organização Mundial do Comércio e encontrou dificuldades em persistir num mercado em que os custos de produção e a agilidade das cadeias de distribuição se afirmaram como fatores competitivos determinantes. Resistiram as empresas que se posicionaram mais a jusante na fileira da moda e que apostaram na criatividade e inovação. A sua representatividade no emprego de Castelo Branco não é marginal e torna-se fundamental fixar as empresas existentes, até pela sua importância histórica no concelho.

Figura 8. Eixo 2a - Afirmação da competitividade, inovação e internacionalização aplicada às fileiras produtivas estratégicas de Castelo Branco: apostas estratégicas



A "reconstrução" da base económica de Castelo Branco como processo de desenvolvimento competitivo está ancorada na consolidação dos "campeões" setoriais. Agroalimentar, agroflorestal, mecânicas, eletrónicas, têxtil, material de transporte e indústrias do frio consubstanciam um conjunto de atividades que se podem arrojar em apostar num percurso onde o desenvolvimento intensivo pela inovação e a aposta na internacionalização constituem os mecanismos privilegiados para um crescimento sustentado capaz de criar mais riqueza e emprego no concelho.

A afirmação competitiva da base económica de Castelo Branco tem subjacente a criação de um ciclo virtuoso em que a internacionalização gera sinergias que, por sua vez, alimentam a capacidade de projeção internacional e de inovação. Ao projetar-se para mercados externos, o tecido empresarial albacastrense ganha quotas de mercado e promove a inovação e pela internacionalização e inovação acede a tecnologia e atrai recursos humanos mais qualificados.

A dinâmica recente, com novos projetos que, em setores tradicionais, se desenvolvem numa base inovadora e são sustentados por processos e técnicas de trabalho que beneficiam com o que de mais moderno existe nos domínios técnicos aplicados, sugerem que estas iniciativas carregam um potencial que importa densificar e que, pelo seu efeito demonstrador, importa disseminar pelo território.

A valorização económica dos recursos endógenos, a mobilização de talento, o acesso a tecnologia, a partilha de conhecimento e a orientação para a inovação e internacionalização são vetores cruciais para competitividade das empresas albicastrenses.

A afirmação sustentada do tecido empresarial albicastrense está ancorada no capital humano, na capacidade do concelho conseguir gerar dinâmicas de aglomeração de talento, nomeadamente na cidade, para que o tecido económico possa beneficiar dos efeitos gerados pela partilha de conhecimento e pelo apoio à criatividade.

Posicionar Castelo Branco como um território onde o capital humano é protagonista nas transformações desejadas para concelho é, em primeiro lugar, “cuidar” das ambições e expectativas dos residentes, promovendo uma **abordagem sistematizada ao modelo de formação**, sobretudo ao ensino profissional e à oferta do IPCB, no sentido de estruturar uma oferta coerente, orientada para responder às reais necessidades das empresas do concelho e devidamente articulada, **que evite sobreposições na oferta e possa gerar sinergias por via da cooperação interinstitucional**.

Em segundo lugar, é fundamental atuar nos vetores que fortaleçam os argumentos de atratividade do território – **qualidade de vida e oportunidades de emprego em setores mais intensivos em conhecimento ou que dele possam beneficiar** – que alavanquem a capacidade de atração de mão de obra qualificada para o concelho.

Estes vetores serão tanto mais robustecidos quanto maior for a capacidade de articulação dos diferentes agentes do território, num quadro com geometria variável que conjuga de forma virtuosa os recursos e as competências, as existentes ou que podem ser acedidas ou desenvolvidas, com as políticas públicas e estratégias definidas a um nível macro.

Tecido empresarial, instituições produtoras de conhecimento, centros tecnológicos, incubadoras de empresas, associações empresariais e organismos institucionais devem ser **protagonistas na criação de um ambiente facilitador dos negócios, de estímulo ao empreendedorismo, à criatividade, à inovação e à orientação das empresas do concelho para o mercado mundial**. O envolvimento e a concertação estratégica destes agentes será fundamental para mobilizar os recursos disponibilizados no quadro europeu, com enfoque na estratégia de especialização inteligente da região Centro (RIS3).

Neste contexto, assumem-se como fundamentais para a criação de um ecossistema de empresas inovadoras as seguintes **linhas de orientação estratégica**:

- ✓ Definir uma estratégia de crescimento sustentado para o setor automóvel, repensando o seu papel no quadro da especialização produtiva do concelho; Potenciar os efeitos de *spillover* que as empresas consolidadas podem induzir no aparecimento de novas iniciativas orientadas para a realização de tarefas/atividades específicas nesta fileira (como aconteceu recentemente com a Mecalbi);
- ✓ Contribuir para a valorização do espírito da especialização inteligente da região Centro, mobilizando as grandes empresas do concelho nos setores agroindustrial, agroflorestal e do turismo, ativando um conjunto de dinâmicas entre estas e instituições de ensino e formação profissional, centros tecnológicos (CATAA) e incubadoras de empresas (CEI) que permitam desenvolver projetos “selecionados” a partir das competências tecnológicas e das capacidades de inovação e empreendedorismo demonstradas, criando produtos inovadores com aceitação no mercado global;
- ✓ Valorizar o setor do frio, estendendo os benefícios da inovação e do conhecimento produzidos por um setor singular e amadurecido no território a outras atividades, com maior enfoque no setor agroalimentar, mas também na metalomecânica, eletrónica, design de produto, entre outros;

- ✓ Robustecer o têxtil e vestuário e as indústrias mecânicas e eletrónicas que, não estando explicitamente integrados na estratégia de especialização inteligente regional, podem beneficiar com uma envolvente local capaz de estimular a investigação, o desenvolvimento e a inovação e o reforço do perfil exportador destas fileiras;
- ✓ Fomentar a valorização económica dos recursos endógenos, com iniciativas dirigidas: à promoção dos produtos locais de excelência (azeite, queijos, mel) sob uma marca identitária; ao estímulo do empreendedorismo; ao entrosamento entre as instituições produtoras de conhecimento e os empresários locais; à desmistificação da perceção de que as atividades ligadas ao setor primário são menos “dignas”, através de uma estratégia de consciencialização da população para a importância da identidade do território, da preservação de saberes e tradições; à divulgação de boas práticas e casos de sucesso que podem induzir a criação de novos negócios; e à exploração das complementaridades de proximidade com os concelhos da Covilhã, Fundão e Idanha-a-Nova na fileira agroalimentar;
- ✓ Estimular a cooperação, atuação em rede das associações empresariais e a criação de associações de produtores enquanto mecanismos que permitem obter ganhos de massa crítica e, dessa forma, tornar mais competitivos os produtos locais;
- ✓ Promover novos mecanismos de escoamento de produtos, que contribuam para a diminuição da dependência do mercado comunitário;
- ✓ Avantajar o potencial de criação de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico do CATAA, do CEI e do IPCB, num quadro que promova uma interpenetração profícua com o tecido empresarial, capaz de catalisar as dinâmicas de transferência de tecnologia, de investigação, de partilha de conhecimento e de inovação, que contribua, também, para a captação de talento para o concelho;
- ✓ Promover a utilização efetiva e coletiva das tecnologias de informação em contexto empresarial, através de serviços partilhados na *cloud* que contribuam para a diminuir os custos das empresas;
- ✓ Desenhar um modelo de ensino e formação profissional que responda às necessidades reais do tecido empresarial albicastrense, com destaque para a estruturação de uma oferta formativa nos setores de especialização (agricultura, agroalimentar, floresta, mecânicas e eletrónicas, têxtil e automóvel), bem como nos setores emergentes que configuram uma aposta do território para o seu desenvolvimento, como o turismo.

2b.

NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A aposta de Castelo Branco no desenvolvimento do turismo assume uma importância assinalável para a **projeção de um território mais ambicioso na sua abertura externa**. A construção da atratividade albicastrense deve estar ancorada no reforço dos argumentos com capacidade de projeção em diferentes segmentos de mercado. Esta aposta será tanto mais robusta quanto maior for a capacidade de articulação em rede dos diversos agentes para a definição de objetivos comuns que permitam congregar iniciativas que até agora são desenvolvidas numa lógica muito fragmentada.

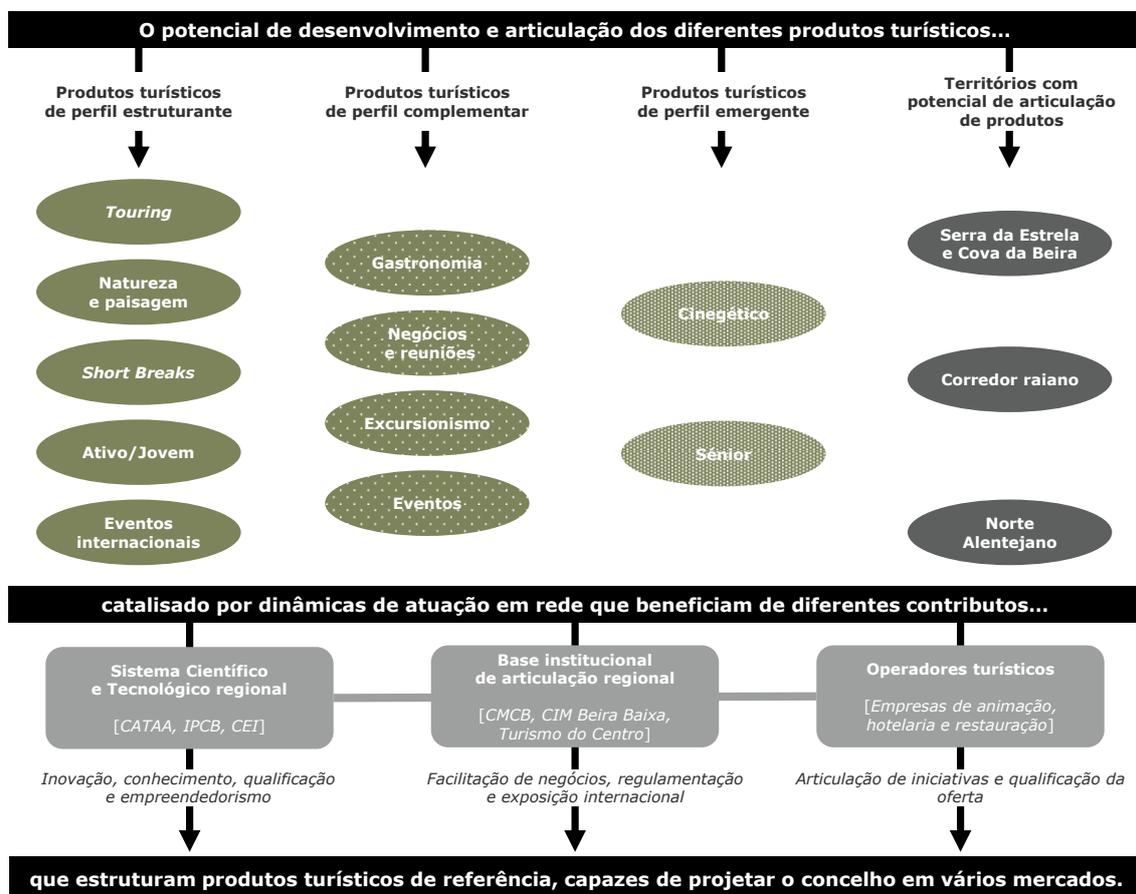
O turismo ainda configura um setor embrionário em Castelo Branco, revelando algumas debilidades na estruturação da oferta e défices na articulação, quer dos agentes do concelho, quer com os territórios de proximidade. A ausência de uma imagem forte, coesa e facilmente comunicável constitui também um constrangimento à captação de visitantes e turistas. Causa e consequência destas debilidades, a procura turística em Castelo Branco é

caracterizada por uma reduzida estada média, pela fraca representatividade de turistas estrangeiros e uma sazonalidade reduzida face ao padrão nacional.

A melhoria do modelo atual de promoção turística do território mostra-se, assim, fundamental para criar dinâmicas turísticas e de visitação que possam ser sustentadas por um conjunto de vetores de atratividade que importa mobilizar e conferir densidade em Castelo Branco. As orientações estratégicas aqui vertidas encontram-se, necessariamente, articuladas com a visão formulada e a estratégia desenhada no Plano de Desenvolvimento Turístico de Castelo Branco, cujo horizonte temporal se estende até 2025.

Património natural, histórico e cultural constituem acervos importantes que podem ser potenciados de forma coerente e articulada entre os **diferentes agentes e a diferentes escalas territoriais** (concelhia, Beira Baixa, territórios da raia, região Centro), valorizando a **base institucional de articulação regional**. A projeção e consequente valorização destes patrimónios deve obedecer a uma estratégia de qualificação da oferta, com o desenvolvimento de um conjunto de serviços de qualidade que concorram para uma estruturação de produtos turísticos mais competitivos no mercado internacional.

Figura 9. Eixo 2b – Afirmação da competitividade, inovação e internacionalização aplicada ao turismo em Castelo Branco: apostas estratégicas



A aposta no turismo surge num quadro substancialmente favorável que é fortemente impulsionado pela especialização inteligente, constituindo um domínio diferenciador da estratégia da região Centro e uma aposta clara da região da Beira Baixa.

O atual contexto é, desta forma, propício para que o concelho estabeleça metas ambiciosas, mas coerentes, de projeção e afirmação externa, para que o turismo se constitua, de facto, como uma peça chave da internacionalização do concelho. Os contornos da ambição para o

turismo de Castelo Branco estabelecem que o concelho se constitua como um destino turístico de referência à escala nacional e ibérica nos **produtos em que apresenta fortes argumentos** - *short breaks, touring*, natureza e paisagens, ativo/jovem e eventos -, bem como instituir o concelho como destino de excelência no contexto da região Centro e da Raia, aproveitando o posicionamento geoestratégico e prosseguindo numa lógica de redes de concertação e complementaridade com os espaços turísticos vizinhos. Em suma, o concelho pode ambicionar que o fortalecimento do turismo local possa ser, ele próprio, um setor que promova o desenvolvimento social e económico de Castelo Branco.

A concretização desta ambição encontra-se alicerçada num conjunto de iniciativas que concorrem para impulsionar e densificar os argumentos de atratividade de Castelo Branco e que se encontram orientados para a obtenção de resultados que se traduzem no aprofundamento e alargamento dos segmentos de mercado e que, em última análise, resultam no aumento sustentado do número de visitantes e turistas em Castelo Branco.

Neste sentido, constituem-se como **linhas de orientação estratégica**:

- ✓ Estruturar os produtos turísticos de modo a proporcionar uma experiência singular que permita fidelizar os visitantes e turistas;
- ✓ Criar e desenvolver uma imagem e uma identidade turística próprias, ancoradas numa estratégia de promoção que potencie os recursos patrimoniais e na realização de eventos com projeção internacional;
- ✓ Potenciar a localização privilegiada de Castelo Branco como “porta” da Beira Baixa para um conjunto de patrimónios naturais e históricos (Serra da Estrela/Gardunha, Geoparque Naturtejo, Aldeias Históricas e de Xisto e Raia Luso-Espanhola);
- ✓ Promover a valorização económica dos recursos naturais na ótica do turismo, estruturando uma oferta de turismo de natureza com forte articulação com a contemplação e usufruto da ruralidade e com os segmentos de turismo ativo; Integrar a oferta gastronómica e cultural como produtos complementares do turismo natureza;
- ✓ Estimular a abertura do concelho através do estabelecimento de parcerias com os territórios vizinhos de modo a criar uma rede articulada e de complementaridades ao nível das “rotas de itinerância” associadas a diversos produtos turísticos (*touring*, excursionismo, ativo/jovem, ...);
- ✓ Estruturar a oferta dos produtos turísticos com potencial de afirmação, nomeadamente o turismo cinegético e o excursionismo associado aos circuitos religiosos e aos eventos culturais da região;
- ✓ Diversificar a base turística local através da oferta de produtos ligados ao turismo de negócios, à realização de eventos desportivos capazes de atrair visitantes e turistas e à promoção das condições de excelência do concelho para o turismo sénior;
- ✓ Desenvolver um sistema de informação e gestão da qualidade, em estreita colaboração com o IPCB, que permita aferir e controlar os níveis de qualidade e promover uma rede de colaboração dos diferentes agentes turísticos do concelho;
- ✓ Promover uma maior integração dos produtos locais nas ementas da restauração e similares do concelho, contribuindo para a valorização das produções locais e para uma oferta gastronómica distinta, assente na identidade do concelho;
- ✓ Desenvolver um conjunto de serviços complementares ao turismo e densificar os conteúdos das infraestruturas culturais e de lazer;

- ✓ Desenhar uma oferta de formação profissional em rede, direcionada para as atividades turísticas que promova a capacitação de empresários e desenvolva as competências técnicas dos agentes turísticos da região;
- ✓ Implementar uma sinalética rigorosa, disponível e de fácil apreensão pelos visitantes ou turistas, que permita referenciar a rede de elementos patrimoniais do concelho, bem como identificar e divulgar as rotas disponíveis.

A melhoria da atratividade de Castelo Branco assume-se como um desígnio fundamental para o progresso do concelho com **benefícios extensíveis e recíprocos aos restantes territórios da Beira Baixa**. A construção de um território mais atrativo está alicerçada numa **aliança virtuosa entre as bases ecológica, humana e económica** de Castelo Branco, numa lógica orientada para a valorização do capital patrimonial e natural que não coloque em causa a sua preservação e sustentabilidade.

A estruturação deste eixo estratégico de desenvolvimento decorre da necessidade de conferir maior projeção às valias ambientais de Castelo Branco, num quadro que incorpore as tendências atuais cada vez mais suportadas na economia verde, com baixo teor de carbono. Duas filosofias orientam as iniciativas para que Castelo Branco se afirme como um território que privilegia a sustentabilidade ambiental e a eficiência na utilização dos recursos:

- ✓ **valorização do património natural**, garantindo o retorno económico dos projetos desenvolvidos em torno dos recursos endógenos, sem prejuízo da sustentabilidade dos ecossistemas do território;
- ✓ **internalização de comportamentos ambientalmente sustentáveis** por parte da população, das instituições e das empresas de Castelo Branco.

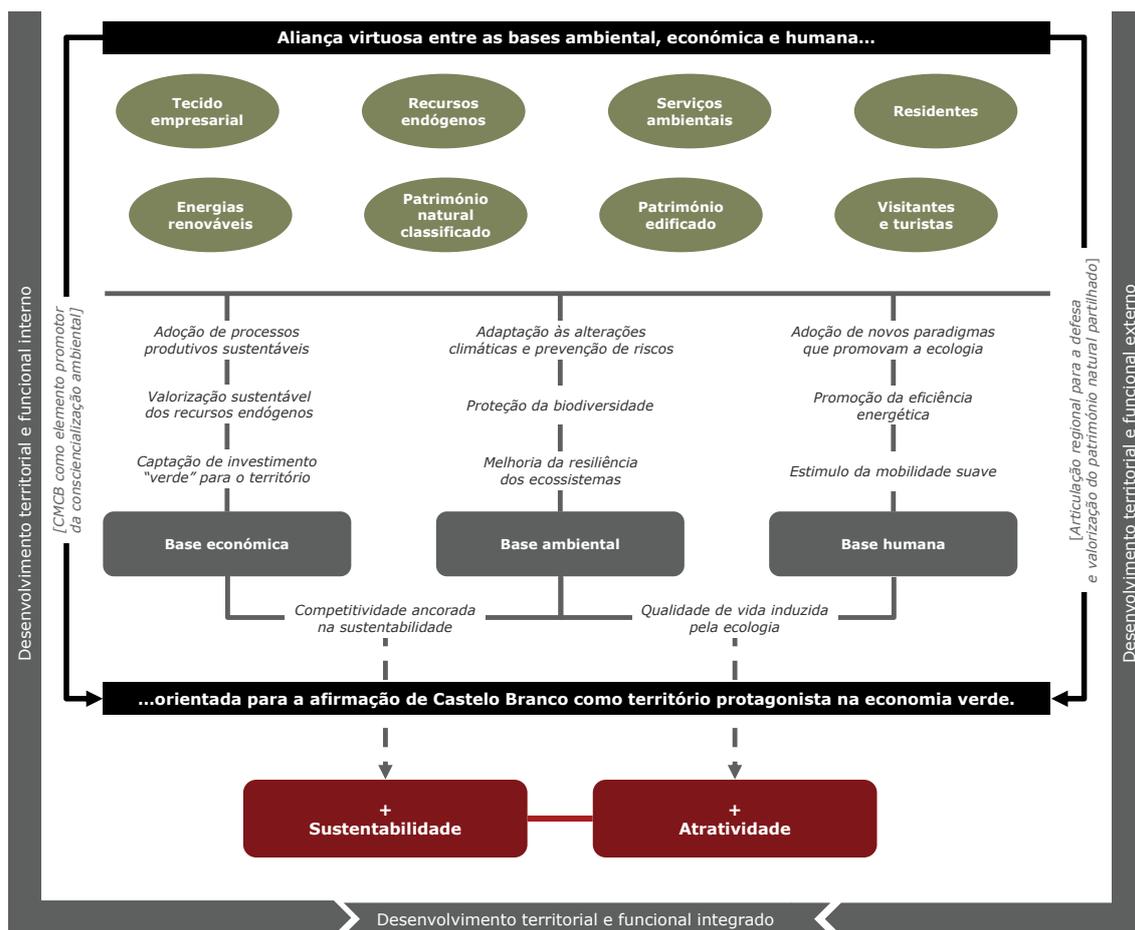
Estas filosofias são suportadas por três lógicas de desenvolvimento territorial e funcional que estruturam a articulação de diferentes escalas e esferas de intervenção de modo a construir e desenvolver as condições de base para a concretização dos objetivos estratégicos assumidos neste eixo:

- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional interno**, pela promoção da consciencialização ambiental de pessoas, instituições e empresas do território, num quadro em que a Câmara Municipal de Castelo Branco se constitui como intermediário fundamental para a defesa, preservação e valorização económica do património natural e para a afirmação de um concelho “verde”, que promove a adoção de práticas modernas e inovadoras amigas do ambiente em diversas esferas;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional externo**, pela articulação a diferentes escalas territoriais que permita definir os contornos e critérios de proteção e preservação do património natural que o concelho “partilha” com os territórios contíguos;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional integrado**, pela catalisação dos efeitos cruzados que derivam das iniciativas impulsionadas pela escala interna e externa, potenciando os seus impactos na melhoria da sustentabilidade e atratividade do concelho.

A criação de condições que favoreçam a obtenção de **resultados traduzidos na melhoria da sustentabilidade e da atratividade** de Castelo Branco está alicerçada em **duas articulações fundamentais, das bases económica e humana com a base ambiental**.

Com uma articulação **virtuosa entre a base económica e a base ambiental** pretende-se promover um **tecido empresarial competitivo ancorado na sustentabilidade**, onde os valores ambientais do concelho constituem uma plataforma privilegiada para o desenvolvimento económico de Castelo Branco. A mobilização do tecido empresarial para a **adoção de processos produtivos sustentáveis**, a **valorização sustentável dos recursos endógenos** e a **captação de investimento “verde”** para o território configuram mecanismos essenciais para a defesa do património natural albicastrense.

Figura 10. Eixo 3 – Estruturação da atratividade valorizando o capital patrimonial e natural: apostas estratégicas



O capital natural de Castelo Branco representa uma valia de inegável importância para a afirmação do concelho nas novas lógicas de desenvolvimento sustentável que se assumem como prioritárias nas agendas nacional e europeia para o futuro. As serras (Gardunha e Malcata), o Parque Natural do Tejo Internacional, o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, a falha do Ponsul e os recursos hídricos (bacia hidrográfica do Tejo e as albufeiras) constituem-se como recursos relevantes à escala nacional e autênticos pilares da estratégia de promoção da sustentabilidade e da coesão territorial de Castelo Branco.

O património natural de Castelo Branco tem sido entendido enquanto recurso estático, observado mais numa ótica de preservação do que de aproveitamento do seu potencial de valorização económica. **Conferir contornos mais dinâmicos aos recursos endógenos do território**, facilitando e promovendo as iniciativas orientadas para a obtenção de retorno económico constitui um desígnio fundamental da estratégia desenhada para o concelho.

Assumem protagonismo na **articulação entre a base económica e ambiental**, pelo seu potencial de desenvolvimento, as atividades ligadas ao **turismo de natureza** e a produção de **energia a partir de fontes renováveis**. No turismo de natureza são ainda incipientes e fragmentadas as iniciativas no território, não existindo um aproveitamento pleno do potencial do acervo natural que existe no concelho. Nas energias renováveis assistiu-se a uma diversificação das fontes de produção de energia onde, acompanhando a tendência que se verificou no país ao longo da última década, foram sendo realizados investimentos no âmbito das energias eólicas que importa reforçar ou alargar a outras formas de produção.

A ótica de valorização económica dos recursos endógenos que aqui se privilegia incorpora, necessariamente, os critérios exigentes e atuais ligados à sustentabilidade que promova a **melhoria da resiliência dos ecossistemas do território**. Neste contexto, é de suma importância a definição dos “limites” de usufruto e exploração dos recursos endógenos que melhor contemple a articulação entre a base empresarial e base ecológica de Castelo Branco.

Por outro lado, a melhoria da resiliência dos diferentes ecossistemas do concelho depende, também, da capacidade do território desenhar uma estratégia que permita **desenvolver os mecanismos ligados à prevenção de riscos e a resposta a catástrofes naturais**, bem como a **capacidade de adaptação às mudanças e às exigências de proteção e defesa dos valores naturais e da biodiversidade** que a economia verde promove.

O património natural assume-se como um dos elementos estruturantes e diferenciadores da identidade de Castelo Branco e da região da Beira Baixa. Este património é tanto mais relevante no quadro das freguesias que configuram territórios de baixa densidade e que abarcam uma área significativa do concelho.

As dinâmicas económicas e sociais, mais débeis nestes territórios, podem ser “compensadas” por uma estratégia de alavancagem dos seus recursos endógenos numa lógica que favoreça o desenvolvimento das condições para a criação de emprego e permita gerar retorno, económico ou na forma de outros benefícios, pelas externalidades positivas que os sistemas naturais geram na região e no país, nomeadamente na preservação da paisagem e no sequestro de carbono.

A valorização económica sustentável dos recursos endógenos de Castelo Branco deve, da mesma forma, ser entendida numa ótica de articulação com os territórios contíguos. O património natural não se esgota nos limites geográficos ou administrativos do concelho de Castelo Branco, estende-se para os concelhos vizinhos e a “continuidade” que se recomenda, pela **articulação entre os diferentes concelhos com os quais Castelo Branco partilha estes recursos**, é fundamental para ganhar escala e massa crítica para a projeção turística ou para a captação de investimento que contribua para o desenvolvimento de atividades económicas, bem como para a definição partilhada dos critérios que estabeleçam os contornos e os limites das intervenções que garantam a defesa do património natural.

Com uma **articulação virtuosa entre a base humana com a base ambiental** pretende-se que a **melhoria da qualidade de vida seja induzida por esta dimensão de ecologia**, num quadro de participação ativa do concelho de Castelo Branco nas dinâmicas da economia verde pela **mobilização e consciencialização dos diferentes atores do território para a adoção de comportamentos e práticas ambientalmente sustentáveis**, em que a CMCB assume o papel de elemento promotor de um território que faz da sustentabilidade uma das bases do seu desenvolvimento.

Residentes, visitantes, turistas, instituições e empresas devem ser envolvidos em estratégias que promovam a utilização eficiente e ambientalmente responsável dos recursos através da internalização nos seus processos e comportamentos quotidianos de práticas amigas do ambiente.

Castelo Branco pode assumir-se como um território que constrói a sua atratividade com base na qualidade de vida que oferece e que pode ser vantajada pela promoção da sustentabilidade em diferentes esferas – **serviços ambientais, mobilidade, eficiência energética e produção industrial**.

Um território sustentável é, também, um território que oferece à sua população serviços ambientais com elevados níveis de qualidade e cobertura. A **antecipação de necessidades e exigências dos utentes** configura-se, neste âmbito, como um mecanismo de reforço da sustentabilidade que pode produzir efeitos positivos na atratividade do concelho. A adoção

de sistemas inteligentes de monitorização e controlo dos serviços ambientais prestados à população poderá contribuir para posicionar Castelo Branco como protagonista no desenvolvimento de serviços mais sustentáveis e, dessa forma, concorrer para robustecer os argumentos de atratividade do território.

A dimensão e qualidade dos recursos hídricos do concelho recomendam o desenho de uma estratégia capaz de garantir uma **melhoria dos níveis de serviço de abastecimento e qualidade da água à população, bem como do saneamento e tratamento de águas residuais**, sem prejuízo da defesa dos valores naturais. A melhoria dos sistemas de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos constitui, também, um importante passo para afirmação do concelho como um território sustentável.

O contributo de Castelo Branco para a economia de baixo teor de carbono está ancorado na capacidade do concelho conseguir implementar soluções de mobilidade sustentável, estimulando a **utilização de meios suaves por parte dos seus residentes**, induzindo a implementação de soluções que permitam **melhorar a eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas públicas e privadas** e promovendo a **utilização de processos industriais sustentáveis** que não coloquem em risco o património natural do concelho.

A dimensão, o posicionamento estratégico e o efeito de capitalidade que o concelho tem na região da Beira Baixa concorrem para a afirmação de Castelo Branco enquanto local privilegiado, porque tem a massa crítica adequada e assume-se como polo aglutinador das funções mais cosmopolitas na região, para o **teste e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis colocadas ao serviço da população, das instituições e das empresas**.

A abertura do concelho para se constituir como um laboratório, um território de **experimentação e adoção de novos paradigmas que promovam a ecologia** e que produzam impactos positivos na melhoria da atratividade do território, contribuindo para a fixação de residentes e para a captação de jovens talentos e investimento para Castelo Branco. A promoção da ecologia surge num quadro favorável, não só pela importância que a economia de baixo teor de carbono assume nas políticas europeias, mas também pela crescente consciencialização e exigências dos cidadãos em relação à qualidade de vida assente na sustentabilidade e à responsabilidade ambiental de empresas e instituições públicas.

Assumem-se como fundamentais as seguintes **linhas de orientação estratégica** para que o concelho de Castelo Branco se assuma como protagonista à escala nacional nas dinâmicas da economia verde:

- ✓ Desenvolver uma estratégia de promoção de Castelo Branco como território sustentável, que defenda os seus valores naturais e promova a adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis dos cidadãos, das instituições e das empresas;
- ✓ Promover uma articulação com os territórios contíguos - Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão - que permita estruturar os critérios que devem orientar as iniciativas dirigidas à proteção, conservação e valorização económica do património natural;
- ✓ Melhorar os serviços prestados à população no âmbito da recolha seletiva de resíduos urbanos, com a implementação de sistemas automáticos de recolha e soluções inteligentes que permitam a monitorização, acompanhamento e otimização dos sistemas de recolha no sentido de reduzir os custos para a autarquia sem prejuízo de um nível de serviço adequado;

- ✓ Defender os recursos hídricos do território, resolvendo as necessidades de intervenção nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, através da adoção de sistemas de gestão inteligente que permitam reduzir as perdas e melhorar os níveis da qualidade da água e de serviço à população;
- ✓ Reforçar os mecanismos de prevenção de riscos e desenvolver processos inovadores, recorrendo à implementação de sistemas de informação que integrem diferentes valências, que estejam orientados para responder às alterações climáticas e para melhorar a resiliência dos diferentes ecossistemas do território;
- ✓ Potenciar as condições naturais do concelho de Castelo Branco para a produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente nas hídricas e eólicas, beneficiando dos incentivos disponibilizados pelas políticas nacionais e europeias neste domínio que podem contribuir para a diminuição da dependência energética do concelho e para a redução das emissões de carbono;
- ✓ Desenhar uma estratégia global de promoção da eficiência energética nos edifícios, equipamentos e serviços públicos e nas iniciativas privadas de reabilitação ou requalificação urbana, com a adoção de tecnologias que permitam reduzir a fatura energética para o município e tornar o território mais atrativo para os residentes, assente numa “marca” de sustentabilidade;
- ✓ Estimular a utilização de modos suaves de mobilidade no concelho, com especial destaque para a cidade, melhorando as condições para a circulação de bicicletas e apostando na mobilidade elétrica nos transportes públicos e sensibilizando a população para a utilização de automóveis elétricos;
- ✓ Promover atividades industriais sustentáveis no território, através de uma estratégia que permita captar e manter empresas com modelos produtivos que respeitem os valores ambientais e a qualidade de vida no concelho.

A melhoria da atratividade de Castelo Branco está ancorada num processo que valoriza e **promove os resultados obtidos no âmbito da coesão social**. Os avanços obtidos neste domínio, impulsionados pelos investimentos do município em equipamentos sociais e culturais que garantem um elevado grau de cobertura da população, bem como o acervo de valências e a qualidade das respostas prestadas à população, recomendam que o concelho utilize este “trunfo” de território inclusivo, que cuida das suas pessoas, como argumento que deve ser alavancado para fortalecer a atratividade global de Castelo Branco.

Este eixo estratégico de desenvolvimento visa, desta forma, responder a dois desafios que se colocam à construção de um território atrativo, que beneficia da coesão como base essencial do seu desenvolvimento:

- ✓ a capacidade do concelho **permanecer fiel a uma coesão forte e distintiva**;
- ✓ o **desenvolvimento de novas respostas**, adequadas aos desafios recentes da coesão social e da atratividade dos territórios.

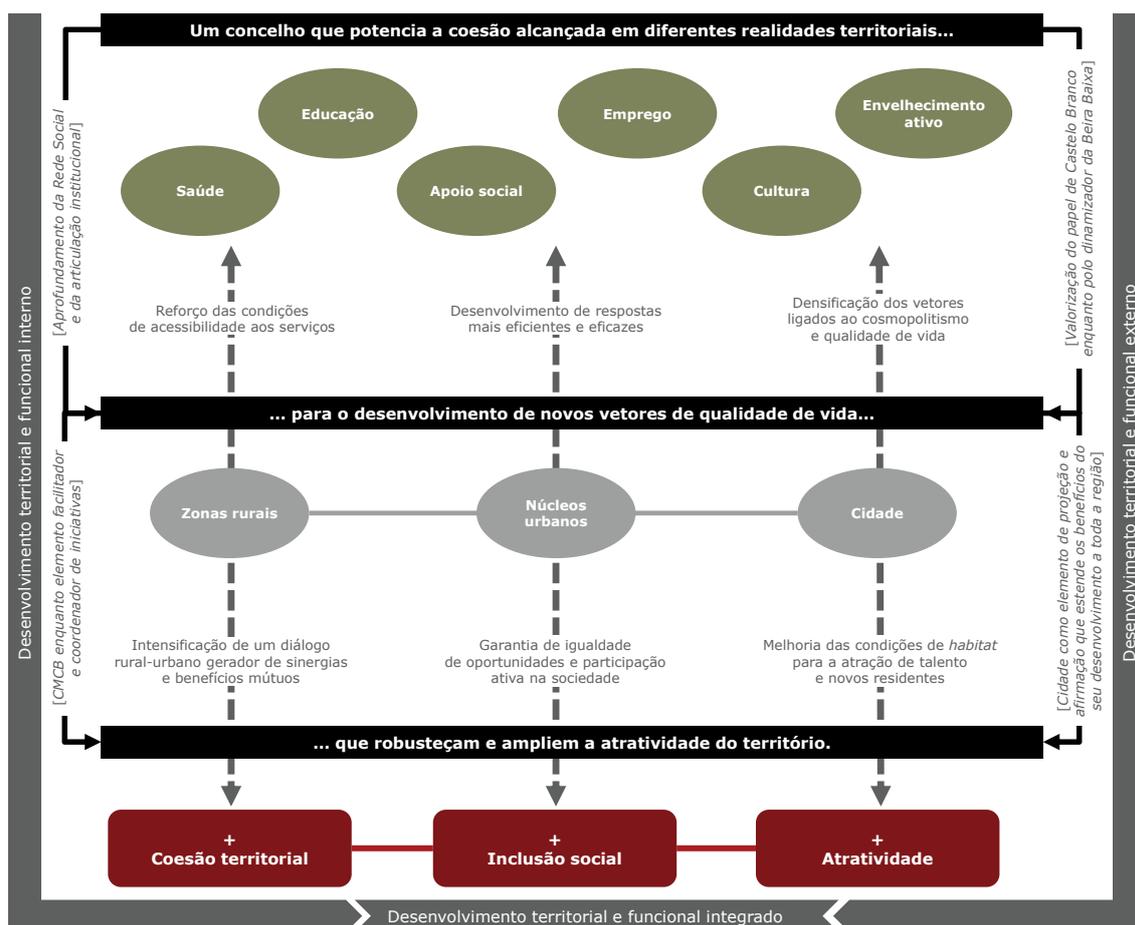
A resposta do território a estes dois desafios conjuga três escalas de articulação, com reflexos nas diferentes lógicas de desenvolvimento territorial e funcional em que Castelo Branco se insere:

- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional interno**, pelo reforço das redes locais de apoio social para melhoria das respostas, promovendo a criação de sinergias no diálogo urbano-rural, que contribuam para esbater as assimetrias que ainda persistem, num quadro em que a Câmara Municipal de Castelo Branco se assume como elemento facilitador e coordenador das iniciativas;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional externo**, pelo estímulo da abertura do território a toda a região da Beira Baixa, valorizando o seu papel enquanto polo dinamizador da região, onde a cidade de Castelo Branco se assume como elemento de projeção e afirmação que estende os benefícios do seu desenvolvimento à região e, dessa forma, constrói argumentos de atratividade capazes de atrair talento para o concelho;
- ✓ **desenvolvimento territorial e funcional integrado**, pela captação, articulação e alavancagem dos progressos obtidos nas escalas internas e externas, materializando-os na melhoria da coesão territorial, da inclusão social e da atratividade global do território.

A capacidade de Castelo Branco sustentar os atuais níveis de coesão deve ser fortalecida por melhorias incrementais, seja pelo alargamento da cobertura territorial de infraestruturas e equipamentos – nomeadamente o fecho de algumas redes –, seja pela maior integração em rede dos diferentes atores do concelho, com destaque para a partilha de informação e de conhecimento e para a articulação de valências que permitam reduzir sobreposições e melhorar a eficiência e a eficácia das respostas em diferentes esferas.

Educação, saúde, cultura, apoio social, empregabilidade e envelhecimento ativo são domínios em que os investimentos materiais realizados no território vieram responder às necessidades da população mas que, nesta fase, podem beneficiar de dinâmicas mais imateriais ligadas à **atuação em rede** dos diferentes atores no território e, desta forma, sustentar ou melhorar os níveis de coesão de Castelo Branco.

Figura 11. As apostas estratégicas para o reforço da coesão e promoção da atratividade do território



O reforço de uma **atuação concertada** entre os diferentes atores do concelho assume uma especial relevância face às dinâmicas demográficas recentes e à atual conjuntura que potenciam situações de exclusão social. Com uma população mais envelhecida face ao país mas relativamente mais jovem no contexto da Beira Interior Sul, aliada a um território extenso que tem na cidade o principal polo agregador das funções económicas, sociais e institucionais, o concelho de Castelo Branco tem assistido a um esvaziamento e envelhecimento populacional das freguesias mais periféricas.

O modelo de desenvolvimento territorial de Castelo Branco pressupõe a consciencialização sobre a dicotomia entre a vertente urbana e rural do concelho, e coloca desafios à coesão territorial que devem ser percecionados em tempo útil pela rede social do concelho, nomeadamente na **estruturação de respostas e serviços facilmente acessíveis pelas comunidades rurais**.

Por outro lado, os desafios que se apresentam a Castelo Branco estendem-se para além daquilo que são as atuais necessidades da sua população. Para que o concelho se assuma como protagonista na criação de condições que favoreçam o reconhecimento e a valorização externa da inclusão social e da coesão territorial e contribuam para a construção de uma atratividade robusta e sustentada, deve perceber a importância da antecipação de tendências e novas necessidades, bem como desenvolver ou densificar os vetores que estruturam a qualidade de vida nos territórios.

A capacitação transversal e multidisciplinar dos diferentes agentes do território revela-se como um mecanismo essencial para preparar Castelo Branco para lidar com os desafios que as dinâmicas demográficas e as diferentes necessidades e as novas exigências da população colocam.

Avantajar o “trunfo” de um território que faz da coesão uma das alavancas do seu desenvolvimento exige que Castelo Branco seja capaz de construir uma aliança positiva entre o dinamismo e centralidade da sua cidade e as vivências rurais das freguesias. O modelo de desenvolvimento preconizado reconhece o papel central, agregador e dinamizador da cidade de Castelo Branco, seja no contexto do concelho, seja no quadro mais alargado da Beira Baixa, e beneficia do prolongamento dos efeitos positivos do progresso da cidade a todo o território, num **diálogo rural-urbano intensificado gerador de sinergias e benefícios mútuos**.

Melhorar a coesão do território de Castelo Branco significa promover uma articulação saudável entre a cidade, os núcleos mais urbanos e os núcleos rurais do concelho que reduza as assimetrias territoriais e melhore a qualidade de vida nos diferentes espaços, num quadro de **busca permanente de níveis democráticos de participação na sociedade ativa e de garantia de igualdade de oportunidades**. A estratégia que aqui se advoga reconhece a necessidade de conferir maior dinamismo à cidade e aos núcleos mais urbanos, **densificando os vetores ligados ao cosmopolitismo e à melhoria da qualidade de vida**. O reforço da rede de serviços prestados (saúde, educação, apoio social) e dos conteúdos dos equipamentos culturais promovem a **melhoria das condições de habitat, no seu espectro mais abrangente, e potenciar a captação de novos residentes e a atração de talento**.

Nos núcleos mais rurais, identifica-se a necessidade de melhorar o acesso aos serviços que pode ser promovida pela utilização de novas tecnologias, ou pelo **desenvolvimento de respostas mais eficientes e eficazes**. Um território coeso é aquele que promove a igualdade de oportunidades e de participação aos seus cidadãos, pelo que reforço de serviços e respostas que permitam colmatar algumas debilidades estruturais, como o acesso a cuidados de saúde, à educação e à cultura, e as fragilidades que decorrem da atual conjuntura, como o combate ao desemprego, são fundamentais para aproximar de uma forma positiva as realidades urbanas e rurais, através de um diálogo onde se potencia o melhor de cada uma e se constrói um território atrativo para os seus residentes.

O combate ao desemprego assume, em Castelo Branco e à escala nacional, uma importância singular, pois funciona como um mecanismo de promoção de igualdade de oportunidades e de participação ativa na sociedade. **Constituindo uma das grandes apostas de Castelo Branco, o pacto para a empregabilidade** – liderado pelo município e que integra um vasto leque de instituições de ensino e formação profissional – pretende identificar as áreas nucleares de formação que podem responder às necessidades do tecido empresarial e, dessa forma, promover uma maior inserção de ativos no mercado de trabalho.

A excelência dos resultados obtidos por Castelo Branco na coesão deve ser alavancada para se constituir como argumento que robustece a atratividade global do concelho. Partindo desta base coesa, Castelo Branco pode agregar e potenciar um conjunto de elementos de modernidade que promovam elevados níveis de qualidade de vida e contribuam para que o concelho se possa afirmar na região e no país como um espaço que combina de forma virtuosa o cosmopolitismo da cidade com a identidade rural das restantes freguesias. A CMCB deve assumir, neste contexto, um **papel de facilitação e coordenação das iniciativas** da sociedade civil, das IPSS e das diferentes organizações que estejam orientadas para o reforço da coesão e promoção da atratividade de Castelo Branco.

Para a concretização desta ambição é fundamental ponderar as seguintes **linhas de orientação estratégica**:

- ✓ Melhorar as condições de *habitat*, sustentadas na coesão já alcançada e dinamizadas pelo desenvolvimento de fatores de atratividade ajustados às necessidades e tendências atuais que permitam fixar a população residente e garantir a atração de talentos para o concelho;
- ✓ Implementar e dinamizar o pacto para a empregabilidade, promovendo o envolvimento de instituições de ensino e formação profissional na auscultação daquilo que são as necessidades do tecido económico do concelho, nomeadamente os setores do frio, agroalimentar, automóvel e turismo, para a estruturação de uma oferta formativa relevante para as empresas, que se possa traduzir numa criação sustentada de emprego;
- ✓ Criar bolsas de emprego, orientadas para as franjas da população com mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho, nomeadamente dos jovens adultos; Estruturar um modelo de ensino e formação profissional que seja capaz de promover a reconversão profissional dos ativos do concelho, num quadro de forte articulação com o tecido empresarial albicastrense;
- ✓ Desenvolver mecanismos de resposta mais eficazes na área da deficiência, sobretudo nas crianças com necessidades de educação especial e nos jovens adultos (que induz ao abandono escolar); Reforçar as respostas sociais nos domínios da saúde mental e da reintegração social, com enfoque na promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência;
- ✓ Promover a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida através da sensibilização das entidades públicas e privadas para a adequação dos espaços;
- ✓ Apostar na densificação das atividades que visam promover o envelhecimento ativo, induzindo um maior envolvimento em rede das instituições do concelho (universidade sénior, IPCB, CMCB, IPSS) para a estruturação de programas articulados que potenciem uma participação ativa dos idosos albicastrenses nas dinâmicas sociais e culturais de Castelo Branco;
- ✓ Desenhar uma estratégia de afirmação dos equipamentos culturais e desportivos de Castelo Branco, cuja projeção supramunicipal contribuiu para a atratividade da região da Beira Baixa; Estruturar uma programação em rede que permita uma articulação sensata entre eventos com escala nacional ou internacional e a aposta em conteúdos atrativos orientados para os residentes;
- ✓ Aprofundar a articulação da Rede Social de Castelo Branco, promovendo um diálogo gerador de sinergias que permita estruturar respostas mais eficientes e eficazes, apoiadas em sistemas de informação que permitam identificar necessidades, situações de risco, atuar preventivamente e atenuar possíveis sobreposições de competências entre os diferentes agentes.

O sucesso da implementação de uma estratégia de planeamento de base territorial encontra-se necessariamente associado à capacidade de esta se ancorar em **mecanismos e instrumentos de governança que promovam uma participação efetiva, alargada, flexível e operativa dos diferentes agentes com representatividade no território de intervenção**, bem como num modelo de marketing territorial inovador, arrojado e eficaz, capaz de projetar e afirmar a ambição assumida na visão para o território.

Importa, da mesma forma, desenhar um figurino adequado que facilite o comprometimento dos diferentes atores com os objetivos delineados na estratégia e com a sua materialização nos projetos, emblemáticos ou de outra índole, que consubstanciam o plano de ação.

O acompanhamento e monitorização das iniciativas previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Castelo Branco, a par do envolvimento dos parceiros e cidadãos para a execução das mesmas, configuram-se como fatores determinantes para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento fixados.

Reconhecendo na estratégia uma componente de mutabilidade - pois constitui uma orientação para um futuro desejável mas concretizável - que sofre desvios e reajustamentos, é fundamental que o modelo de governação seja capaz de **formular os necessários mecanismos de adaptabilidade** que, com agilidade, permitam reorientar a estratégia sem perder de vista os principais objetivos e o ponto de chegada.

Mostra-se, da mesma forma, imprescindível **combinar capacidade executiva e decisional**, através da formulação, planeamento e concretização das políticas e do estabelecimento de metas e prazos para as intervenções, devidamente apropriadas pelos diferentes atores que permita garantir elevados padrões de cooperação e concertação a diferentes escalas. Neste contexto, duas ideias merecem ser destacadas:

- ✓ a de que uma “boa” governança constitui um requisito fundamental para um desenvolvimento territorial equilibrado; e
- ✓ a necessidade de um formato institucional adequado, que facilite o processo decisório, de uma saudável articulação público-privado na conceção das políticas e a estruturação de diferentes níveis de abertura a uma participação alargada das esferas social, económica e cultural do território.

As experiências positivas no âmbito da cooperação entre a CMCB e as diversas entidades do território permitem retirar lições e ensinamentos que podem ser vertidas na conceção de um **modelo de governação da estratégia para o concelho mais efetivo, maduro e articulado**. Reconhece-se, todavia, um espaço para o fortalecimento dos relacionamentos interinstitucionais, nomeadamente em matérias que, apesar da sua aplicação ao território, são definidas centralizadamente.

O modelo de governação que se propõe para a operacionalização da estratégia de Castelo Branco concede particular relevância à capacidade de implementar e induzir o conjunto de ações, concretas e direcionadas, que se possam traduzir em **resultados observáveis e apreensíveis pelo território nos domínios da competitividade, da atratividade, da sustentabilidade, da inclusão social e da coesão territorial**.

O modelo de governação da estratégia de Castelo Branco terá, necessariamente, de promover uma articulação profícua entre entidades da esfera pública, ao nível local e regional, e privada, num quadro em que a CMCB se assume como o elemento facilitador dos

diálogos e do alinhamento das dinâmicas de cooperação em rede que concorrem para prossecução dos objetivos assumidos na estratégia de desenvolvimento.

A CMCB assume, neste modelo de governação, o papel de *pivot* - porque se trata de uma entidade democraticamente reconhecida, com competências executivas e com reconhecimento da sua capacidade de concertação interinstitucional. O **exercício deste papel revela-se fundamental para criar as dinâmicas de rede e as parcerias** que o território necessita para obter massa crítica, quantitativa e qualitativa, que possa contribuir para a melhoria da competitividade, da atratividade e da inclusão social e da coesão territorial de Castelo Branco.

Na **melhoria da competitividade**, que assume a inovação e internacionalização como instrumentos de afirmação e projeção do tecido empresarial de Castelo Branco, a CMCB constitui-se como elemento facilitador do estabelecimento de plataformas colaborativas, da captação de investimento e do estímulo do empreendedorismo, através da:

- ✓ promoção da articulação entre empresas, associações empresariais, instituições do sistema científico e tecnológico regional e instituições de ensino e formação profissional, induzindo um alinhamento estratégico e a densificação dos relacionamentos entre estes atores para a criação de sinergias que maximizem o retorno para as empresas da investigação, da produção de conhecimento e da qualificação do capital humano realizada no território;
- ✓ mobilização de iniciativas orientadas para a introdução de respostas na rede de ensino e formação profissional orientadas para as reais necessidades das empresas;
- ✓ reforço da articulação com a CIM da Beira Baixa, com a região do Centro e entidade regional de turismo para a afirmação dos setores de especialização inteligente;
- ✓ articulação com os territórios vizinhos para a valorização de fileiras estratégicas que podem ser alavancas por estratégias de cooperação em rede;
- ✓ criação de um ambiente favorável à captação de investimento, otimizando os processos de licenciamento e de regulação das atividades económicas que permitam reduzir os custos de contexto das empresas;
- ✓ divulgação de iniciativas de sucesso ligadas à valorização dos recursos endógenos, direcionada para potenciais empreendedores.

As iniciativas propostas com vista à melhoria da competitividade do tecido empresarial albicastrense irão desenvolver-se num quadro global que colocará enormes desafios às empresas. A ambição assumida para o território comporta, desta forma, riscos que serão mais ou menos mitigados pela capacidade de entrosamento e de resiliência dos diferentes atores do concelho.

A globalização, conjugada com a atual conjuntura, fez emergir as debilidades das empresas que tiveram dificuldades em lidar com as mudanças nos fatores competitivos e a exposição do tecido empresarial de Castelo Branco às dinâmicas concorrenciais globais recomenda que a ambição seja coerentemente balizada pelas alterações nos paradigmas competitivos à escala nacional e global. O modelo de governação deve, assim, privilegiar um diálogo entre os diferentes *stakeholders*, liderado pela CMCB, para o desenvolvimento de respostas que permitam antecipar ou amenizar os potenciais efeitos negativos sobre a criação de riqueza e emprego no concelho.

Na **melhoria da atratividade**, alavancada pelos valores naturais e patrimoniais do concelho e pela estruturação de vetores de cosmopolitismo e qualidade de vida, pretende-se que a CMCB assuma, no quadro do modelo de governação das estratégias direcionadas para a concretização deste objetivo, o protagonismo na:

- ✓ promoção da consciencialização ambiental dos diferentes atores do concelho, constituindo-se como o principal agente para a divulgação de práticas ambientalmente sustentáveis;
- ✓ articulação com as entidades regionais e nacionais para a definição dos contornos que estabelecem limites comuns às intervenções orientadas para a valorização económica do capital natural e patrimonial;

Na melhoria da **inclusão social e da coesão territorial**, potenciada pelos resultados já obtidos pelo concelho, é fundamental que a CMCB possa reforçar o seu envolvimento e cooperação com os diversos agentes locais para:

- ✓ a capacitação da rede de respostas sociais do território, desenvolvendo, em estreita colaboração com as IPSS e outras instituições relevantes no concelho, sistemas integrados de informação que permitam a operacionalização de respostas mais eficientes e eficazes;
- ✓ a coordenação e facilitação das iniciativas orientadas para a melhoria da qualidade de vida e da promoção do diálogo urbano-rural gerador de sinergias que beneficiem o território na sua globalidade.

A CMCB tem um papel fundamental na dinamização do desenvolvimento territorial e funcional interno, externo e integrado, que privilegia um conjunto de articulações estratégicas e territoriais como mecanismos de catalisação dos objetivos estratégicos e de materialização dos projetos elencados em sede de plano de ação para o território. Nesta perspetiva, a exigência que se coloca à capacidade da CMCB enquanto *pivot* que dinamiza um diálogo entre diferentes temáticas, setores e territórios e catalisa os efeitos cruzados desse diálogo para que se materializem nos resultados ambicionados, constitui também um assinalável desafio à estrutura autárquica.

A **capacitação institucional e a melhoria da organização administrativa**, que podem ser alavancadas pela modernização dos processos e procedimentos, revela-se um requisito essencial para um fluido funcionamento do modelo de governação, que garante aos parceiros e outras entidades envolvidas na concretização dos objetivos estratégicos o necessário grau de rigor, flexibilidade, acompanhamento e facilitação das ações a implementar no território.

3. Plano de Ação



Operacionalização da Visão Estratégica

A metodologia de elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento engloba três fases, com fronteiras pouco delimitadas entre si: a fase de diagnóstico, a fase de definição da estratégia e a fase de elaboração do plano de ação. Este processo é dinâmico, iterativo e interativo, o que significa que, embora a elaboração do plano tenha uma sequência lógica, mostrando-se impossível definir qualquer estratégia ou plano de ação sem incorporar na fase de arranque a elaboração de um diagnóstico sério e completo sobre o território em análise, não existem fronteiras claras entre as várias fases e a 'ordem natural' de definição estratégica é frequentemente ultrapassada por avanços, recuos ou alterações que fazem com que cada uma das fases seja constantemente revisitada e enriquecida com os contributos de cada uma das outras.

O processo de planeamento estratégico só fica completo com a definição de um plano de ação ajustado às prioridades estratégicas já delineadas. Este plano de ação deve envolver, ambicionando vir a mobilizar e a responsabilizar, parceiros locais e nacionais, públicos privados e outro tipo instituições presentes no concelho. Os projetos que o compõem são sistematizados e organizados em áreas temáticas, conjugando ambições e restrições diversas, como sejam os graus de prioridade, as autonomias, as precedências ou os encadeamentos.

O Plano Estratégico que se desenhou para Castelo Branco e o correspondente Plano de Ação que lhe deverá dar corpo não se confinam à expectativa de financiamento a obter no âmbito dos fundos comunitários mobilizáveis no Portugal 2020. É isso o que se espera de um processo de planeamento estratégico: o alargamento de horizontes e a mobilização em torno de objetivos ambiciosos, desde que, naturalmente, realistas na sua capacidade de concretização.

A otimização desta fonte de financiamento será, contudo, um importante instrumento de concretização das intervenções necessárias ao progresso de Castelo Branco. Como tal, os projetos incluídos neste plano de ação não se circunscrevem ao horizonte temporal de referência de 2020 (os projetos têm diferentes níveis de maturidade), sendo necessário ter presente que a sua concretização está sujeita, naturalmente, aos ritmos e prioridades diferenciadas de quem os executa.

A contribuição deste plano de ação centra-se na estruturação dos projetos considerados necessários à condução do percurso de desenvolvimento e crescimento do concelho de Castelo Branco, na identificação das interdependências e na contribuição que será dada para que todos se ajustem de forma adequada num plano global onde Castelo Branco sairá vencedor, diferente e melhor.

Cabe à iniciativa privada e ao conjunto dos agentes económicos e sociais com intervenção em Castelo Branco "aproveitar" os benefícios destas intervenções e estruturar a melhor forma de canalizar os seus benefícios para a "valorização competitiva" dos seus projetos, reforçando e potenciando, por esta via, os objetivos da Câmara Municipal de Castelo Branco, de estruturar a visão de um futuro ousado para Castelo Branco.

Cabe, também, a estes parceiros da Câmara Municipal de Castelo Branco, assumir o seu papel no contributo para um progresso e desenvolvimento sistémicos de Castelo Branco, que só será plenamente atingido se beneficiar do contributo complementar das diversas entidades que atuam nas esferas social e educativa, económica e empresarial, cultural e lúdica, associativa e organizativa, de Castelo Branco.

É expectativa da Câmara Municipal de Castelo Branco, assumida de forma consciente, que uma parte expressiva dos projetos que se assumem neste Plano de Ação, dependem do empenho, contributo e capacidade executiva destes parceiros.

Destaque expressivo, como tal, ao papel que a Câmara Municipal de Castelo Branco assume, numa postura proactiva, a esta responsabilidade de agente mobilizador e catalisador, que lhe é simultaneamente reconhecida e, por vezes, cobrada.

O plano de ação que se apresenta é um instrumento de trabalho que foi estruturado para levar à prática a estratégia delineada. Numa primeira etapa, procedeu-se a um levantamento relativamente detalhado dos projetos que estavam idealizados e dos projetos relativamente aos quais se manifestava a urgência de execução, consultaram-se os parceiros potenciais e promoveu-se o debate sobre o futuro do concelho, quais os objetivos a atingir no curto, médio e longo prazos, e sobre qual o caminho a percorrer para atingir os fins propostos.

Efetuada o levantamento inicial foi necessário restringir os projetos a incluir no plano de ação a projetos que envolvessem intervenções estruturantes e com uma dimensão suficientemente notória, abandonando as pequenas intervenções de gestão corrente que fazem parte da atividade de qualquer executivo municipal (e que serão certamente executadas à medida das necessidades).

O objetivo de os apresentar de forma consolidada e coerente levou a que se optasse por agrupá-los por temáticas e áreas de atuação, por forma a proporcionar uma apreensão e leitura facilitada, enquanto parte integrante de um projeto comum.

Foram estruturadas **7 iniciativas integradas**, que abrangem **33 projetos** que, por sua vez, se desdobram em **linhas de ação**, e que cobrem temas como:

- o desenvolvimento industrial, empreendedorismo e inovação;
- o desenvolvimento turístico;
- o desenvolvimento urbano;
- o desenvolvimento sustentável;
- o desenvolvimento do potencial humano;
- o desenvolvimento das comunidades rurais;
- o desenvolvimento dos serviços públicos.

Destaque suplementar para o papel que a Câmara Municipal de Castelo Branco assume na esfera da governação, às diferentes escalas de atuação em que Castelo Branco deverá posicionar-se (interna, externa e integrada) e também no quadro das vertentes complementares do desenvolvimento equilibrado que se ambiciona para o concelho, onde se conjugam objetivos de valorização da especialização produtiva atual, de capitalização económica e social dos benefícios da presença de valências naturais distintivas, de progresso da sociedade assente nos avanços acumulados em termos de coesão social, e às quais se juntam objetivos transversais de mobilização de vontades, de atuações e de intervenções.

A inclusão, neste plano de ação, de projetos que ultrapassam a esfera específica de execução da Câmara Municipal de Castelo Branco reflete a assunção deste papel, mobilizador e agregador de contributos. A ambição que este plano de ação poderá atingir, nomeadamente na sua expressão financeira, depende, em larga medida, da resposta das entidades que assumirem com a Câmara Municipal de Castelo Branco, o seu papel na condução dos destinos de Castelo Branco

As fichas que se apresentam para cada uma destas iniciativas integradas ao longo das páginas seguintes, foram estruturadas de forma a apresentar os seus principais elementos de caracterização.

Iniciativa integrada 1

Desenvolvimento industrial, empreendedorismo e inovação

Descrição da iniciativa integrada

Alavancar a capacidade competitiva do tecido económico albacastrense por via do desenvolvimento dos fatores que, no quadro concorrencial global, determinam o sucesso das empresas constitui o principal desafio desta iniciativa.

A construção de um ambiente que promova uma profunda interligação entre produtores de conhecimento e tecnologia e as empresas do concelho revela-se fundamental para densificar os fatores avançados – inovação e diferenciação – que podem sustentar a competitividade do tecido empresarial a longo prazo. O desenvolvimento destes fatores deverá ser orientado para suprir as necessidades e exigências dos setores de especialização produtiva do concelho, daqueles com potencial de desenvolvimento ou, ainda, daqueles cujos efeitos de *spillover* podem contribuir para dinamizar outros setores.

Objetivos

Densificar e aprofundar o ecossistema de formação, investigação, inovação e de partilha de conhecimento, colocando-o ao serviço da competitividade e da internacionalização das empresas;

Promover o empreendedorismo;

Afirmar Castelo Branco como polo dinamizador da fileira agrícola e agroalimentar nacional.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 ●●● | E2a ●●●●● | E2b ●● | E3 ● | E4 ●●

Projeto 1.1

Investigação, desenvolvimento e inovação

Linhas de ação

Intensificar as funções de I+D+i nos setores de especialização tradicional (agroalimentar, têxtil);

Criação da Fábrica da Criatividade – um polo dinamizador das indústrias criativas (artes gráficas e visuais e cultura);

Criação de um Centro de Competências do Frio, vocacionado para I+D+i, para a formação e para a prestação de serviços no setor da refrigeração;

Criação do Museu-oficina da Alfaiataria em Alcains, com valências direcionadas à promoção do empreendedorismo e inovação;

Fábrica da Corga - memória dos lanifícios em Cebolais de Cima, com valências direcionadas à promoção do empreendedorismo e inovação.

Projeto 1.2

Aceleradora de empresas de base industrial

Linhas de ação

Construção e equipamento de uma infraestrutura para o apoio ao desenvolvimento empresarial de *start-ups* industriais.

Projeto 1.3

Áreas de localização empresarial

Linhas de ação

Infraestruturação de loteamento na zona da Estação Ferroviária de Castelo Branco para instalação de empresas de serviços;

Infraestruturação da ALE Norte, na zona da Feiteira, próxima do Aeródromo Municipal.

Projeto 1.4

Mercados de produtos locais

Linhas de ação

Refuncionalização da Praça Municipal em Castelo Branco que permita acolher um mercado de produtos biológicos, lojas de produtos locais e área de restauração;

Modernização da Praça de Municipal de Alcains para acolhimento de produtores locais;

Construção de um parque de leilões de gado para apoio à comercialização de gado bovino, ovino e caprino.

Iniciativa integrada 1

Desenvolvimento industrial, empreendedorismo e inovação

Projeto 1.5

Linhas de ação

Agroalimentar

Construção de uma unidade industrial para suporte da produção de aguardentes não preparadas (medronho);

Construção de uma unidade industrial de descasque e transformação de frutos (figo-da-índia, pinhão, entre outros);

Requalificação dos regadios tradicionais de Sarzedas, Rochas de Baixo, Magueija e Partida e aproveitamento hidráulico na Ribeira de Alameda.

Iniciativa integrada 2

Desenvolvimento turístico

Descrição da iniciativa integrada

Conferir níveis de atratividade ancorados numa oferta turística estruturada para diferentes segmentos de mercado constitui o desafio desta iniciativa.

As atividades turísticas configuram um mecanismo essencial para a projeção à escala nacional de Castelo Branco mas também para a internacionalização do território por via da atração de turistas à escala global.

Importa, neste sentido, gerar as dinâmicas necessárias para robustecer e densificar os produtos turísticos que defendem as características identitárias do território e que possuem um elevado potencial de afirmação nos diferentes mercados turísticos. Garantir a articulação entre os argumentos de visita da cidade e o património natural e identitário que se encontra pelas restantes freguesias do concelho assume-se como um elemento fulcral para construir uma marca coesa capaz de aumentar de forma sustentada o número visitantes e turistas no território.

Objetivos

Estruturar as condições da oferta turística de Castelo Branco;

Implementar um programa de comunicação ancorado na marca "Castelo Branco";

Projetar Castelo Branco como um polo internacional de cultura e criatividade.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 ... | E2a ... | E2b | E3 ... | E4 ..

Projeto 2.1

Infraestruturas turísticas

Linhas de ação

Criação de infraestrutura de apoio aos caravanistas - Parque de Caravanas de Castelo Branco - no Parque Urbano da Cidade;

Adaptação do antigo complexo de piscinas municipais, na encosta do Castelo, para equipamento de desportos radicais - *Challenger Park* de Castelo Branco;

Construção do Centro de Apoio aos Desportos Náuticos da Marateca;

Criação de condições de utilização do rio para a prática de pesca desportiva - Pista de Pesca do Ponsul;

Criação das infraestruturas necessárias ao aproveitamento de planos de água para praias fluviais na Lisga e Gatas (Sarzedas);

Criação de um campo de tiro desportivo;

Criação da pista de karting do Lanço Grande;

Georreferenciação e caracterização das Zonas de Caça e plano de promoção.

Projeto 2.2

Património histórico e cultural

Linhas de ação

Adaptação do edifício "*Domus Municipalis*" para Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco;

Valorização da Cidade Quinhentista e da Judiaria de Castelo Branco;

Reabilitação da Igreja de Santa Maria do Castelo.

Projeto 2.3

Eventos e iniciativas

Linhas de ação

Competição nacional/internacional de atletismo de pista;

Fly Castelo Branco - festival aéreo internacional;

Festival internacional de alimentação;

Bienal internacional de fotografia de paisagem e natureza.

Projeto 2.4

Oferta de alojamento em espaço rural

Linhas de ação

Aquisição e reabilitação para instalação de unidade de alojamento - Colónia de Média Altitude da Gardunha;

Qualificação da oferta integrada de alojamento;

Promoção da construção de unidades de alojamento.

Projeto 2.5	Observatórios da Biodiversidade
Linhas de ação	Adaptação de edifício e equipamento para centro de interpretação e observação da natureza no Tejo Internacional (Malpica do Tejo); Construção de edifício e equipamento para centro de interpretação e observação da natureza na Gardunha (Marateca).
Projeto 2.6	Rede de rotas de percursos pedestres e BTT
Linhas de ação	Conclusão da rede de percursos pedestres e de BTT na área sul do concelho; Dinamização dos centros de BTT.
Projeto 2.7	Rede de sinalética turística e bilhética
Linhas de ação	Modernização da sinalética turística (direcional e interpretativa); Estruturação de Sistema Integrado de Bilhética Turística (SIBT) e "Cartão do Turista".
Projeto 2.8	Promoção integrada do território
Linhas de ação	Criação do Caminho das Artes - ligação pedonal atrativa entre os ativos culturais da Cidade; Estruturação do Roteiro das Festas e Romarias populares; Criação de um <i>slogan</i> identitário e promocional ancorado na marca "Castelo Branco"; Robustecer a divulgação turística e implementar campanhas seletivas de promoção; Valorização instrumental da TriUrbir para a definição de estratégias turísticas inter-regionais; Criação do "Observatório do Turismo de Castelo Branco".

Iniciativa integrada 3

Desenvolvimento urbano

Descrição da iniciativa integrada

Reforçar e sustentar os vetores que determinam os níveis de qualidade de vida expeáveis na atualidade assume-se como o desafio fundamental desta iniciativa.

A melhoria da qualidade de vida dos residentes, ancorada na internalização de comportamentos e práticas ambientalmente sustentáveis, bem como na criação de um ambiente que ofereça serviços ajustados às necessidades e experiências cosmopolitas aos seus residentes é fundamental para fixar população e atrair talento para o território.

Este desenvolvimento não é realizado "contra" o mundo rural, antes pretende proporcionar um envolvimento mais profundo entre a cidade e os polos rurais, capaz de gerar benefícios para o território no seu conjunto.

Objetivos

Afirmar Castelo Branco como um centro urbano polarizador das dinâmicas socioeconómicas e culturais, não só da Beira Baixa, mas também à escala nacional;

Qualificar os espaços e equipamentos públicos;

Promover a mobilidade sustentável;

Incentivar a regeneração e revitalização urbana.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 ●●●● | E2a ●● | E2b ●●● | E3 ●●● | E4 ●●●●

Projeto 3.1

Linhas de ação

Espaços e equipamentos públicos

Pavilhão de usos múltiplos - equipamento com mais de 2.500 lugares sentados que permita a realização de eventos desportivos, culturais, institucionais e recreativos;

Valorização dos espaços públicos centrais dos bairros;

Refuncionalização do Palácio dos Viscondes de Portalegre;

Valorização da Zona Histórica - eliminação de linhas aéreas de energia elétrica;

Construção de quatro centros de noite e requalificação de um lar de idosos e duas extensões de saúde nas freguesias rurais;

Requalificação de infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico;

Adaptação dos edifícios existentes na Quinta do Moinho Velho para Centro de Oportunidades Sociais (COS) para potenciar a capacitação de pessoas em risco de exclusão.

Projeto 3.2

Linhas de ação

Estrutura verde

"Parque da Granja" - valorização paisagística do Campo de Obstáculos - Cruz de Montalvão (espaço verde polivalente de proximidade com capacidade para acolher eventos ao ar livre);

Parque urbano do Vale da Horta do Ribeiro: valorização paisagística e hortas urbanas;

Geoparque do Barrocal: valorização paisagística e interpretativa (ambiental, geológica e cultural) do Barrocal;

Valorização paisagística da vertente nordeste do Monte da Cardosa;

Valorização interpretativa (ambiental, geológica, paisagística e cultural) do Monte de S. Martinho;

Valorização paisagística (ambiental e paisagística) da Quinta do Moinho Velho;

Quinta do Chinco - hortas urbanas - com promoção do empreendedorismo - e valorização paisagística.

Projeto 3.3

Linhas de ação

Regeneração e revitalização urbana

Programa de estímulos à reabilitação do parque habitacional privado.

Projeto 3.4

Linhas de ação

Mobilidade

Conclusão da rede de ciclovias na cidade;

Execução do Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Castelo Branco – reforço da pedonalidade de circuitos urbanos;

Sistemas de informação e abrigo dos utentes de transportes públicos – melhoria das condições de acesso aos transportes públicos (mobiliário nas paragens e informação em tempo real dos horários);

Sistema de informação e gestão de estacionamento automóvel – informação e sinalética urbana da disponibilidade de lugares em parques de estacionamento;

Prolongamento da Avenida do Empresário com ligação à Área de Acolhimento Empresarial – execução da infraestrutura viária essencial para o fecho da malha urbana;

Passagem superior Bairro do Barrocal – execução de infraestrutura viária essencial para a malha urbana.

Centro de condução defensiva – criação de infraestrutura para a formação, educação e comportamento de diferentes públicos;

Iniciativa integrada 4

Desenvolvimento sustentável

Descrição da iniciativa integrada

A adoção e internalização nos comportamentos de empresas, instituições e cidadãos dos paradigmas que promovam a sustentabilidade emerge como desafio decisivo desta iniciativa.

A afirmação de Castelo Branco como território que defende a sua base ambiental está assente, fundamentalmente, no desenvolvimento e implementação de processos e mecanismos de prevenção e gestão de riscos, alavancados pelas TIC, e na consciencialização dos diferentes agentes socioeconómicos para o desenvolvimento sustentável.

O município pode constituir-se, pelo efeito demonstrador, como agente fundamental para que Castelo Branco se afirme como protagonista na economia verde e no combate às alterações climáticas, tornando-se pioneiro na implementação, nos diferentes domínios da esfera pública, de sistemas ambientalmente sustentáveis.

Objetivos

Promover a eficiência no uso e utilização dos recursos;
Estruturar um sistema de prevenção e gestão de riscos;
Implementar uma estratégia de combate às alterações climáticas.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 .. | E2a .. | E2b ... | E3 | E4 ..

Projeto 4.1

Linhas de ação

Eficiência no uso de recursos

Sensorização e monitorização dos sistemas públicos de distribuição e abastecimento de água e de recolha de resíduos (telemetria);
Promoção de ações de educação e sensibilização ambiental no âmbito dos resíduos urbanos;
Implementação de sistema de uso de fontes alternativas de água para rega de espaços verdes;
Implementação de medidas de promoção da eficiência energética nos edifícios e na iluminação pública;

Projeto 4.2

Linhas de ação

Prevenção e gestão de riscos e adaptação às alterações climáticas

Reforço da instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios – requalificação da rede viária florestal, extensão de 2500 km e construção de novos pontos de água;
Aquisição de equipamentos para a implementação de sistemas de apoio à decisão (cartografia, comunicações e televigilância);
Construção de hangares para recolha de aeronaves e aquisição de equipamentos para o controlo aéreo;
Elaboração de planos especiais de emergência para a zona histórica e para os parques empresariais;
Implementação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;

Iniciativa integrada 5

Desenvolvimento do potencial humano

Descrição da iniciativa integrada

Sustentar a excelência dos resultados obtidos na coesão e inclusão social e promover a capacitação do capital humano do território emerge como desafio central desta iniciativa.

O reforço da capacidade de resposta e articulação em rede das diferentes instituições do concelho assume-se como um fator preponderante para enfrentar os desafios colocados pelo envelhecimento e antecipar as necessidades da população.

A estruturação de um modelo de ensino suficientemente flexível e apoiado numa articulação efetiva das diferentes instituições, que seja capaz de acomodar as expectativas e ambições de formação das várias franjas da população e responder às necessidades das empresas, constitui um pilar da estratégia do concelho que poderá determinar o sentido da trajetória de desenvolvimento de Castelo Branco no futuro.

Objetivos

Promover a empregabilidade através de um modelo de ensino e formação profissional robusto;

Responder aos desafios do envelhecimento ativo;

Integrar de forma saudável e ativa as minorias nas dinâmicas socioeconómicas do território;

Promover o sucesso escolar.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 ... | E2a ... | E2b ... | E3 • | E4

Projeto 5.1

Rede local para a empregabilidade

Linhas de ação

Estruturação, de forma articulada, de uma oferta de ensino e formação profissional orientada para as necessidades do sistema produtivo do concelho;

Criação de uma plataforma institucional, liderada pelo município, que integre o IEFP e as instituições de ensino e formação (IPCB, escolas profissionais, entre outros).

Projeto 5.2

Projeto "Viva a Escola"

Linhas de ação

Programa de promoção do sucesso escolar - plano integrado de ações com vista à promoção do sucesso educativo, redução do abandono escolar e aumento da qualidade e eficiência do sistema educativo/formativo.

Projeto 5.3

Programa "Atuar para aproximar"

Linhas de ação

Reforço do conhecimento sobre as culturas e tradições das comunidades marginalizadas (comunidade cigana e grupos de risco).

Projeto 5.4

Programa "Atuar para amenizar"

Linhas de ação

Desenvolvimento de competências ao nível da vitimologia, com meios de prevenção e atuação.

Projeto 5.5

Programa "Atuar para integrar"

Linhas de ação

Criação de um espaço multicultural onde possam interagir as várias tradições, usos e costumes das minorias e grupos étnicos.

Projeto 5.6

Projeto "Cuidar ++"

Linhas de ação

Criação de uma rede móvel para a prestação de cuidados de proximidade que garantam um envelhecimento ativo com qualidade de vida.

Projeto 5.7

Projeto "SOS vida"

Linhas de ação

Utilização de TIC para rede de contato com idosos autónomos.

Iniciativa integrada 6

Desenvolvimento das comunidades rurais

Descrição da iniciativa integrada

O desenvolvimento integrado de Castelo que potencie a aproximação do mundo rural ao mundo urbano, geradora de benefícios mútuos e que defenda os territórios de baixa densidade pela valorização das suas características diferenciadoras, assume-se como o desígnio central desta iniciativa.

Cuidar das comunidades rurais, preservando os seus usos e costumes e garantindo os níveis de qualidade de vida que as sociedades modernas exigem, torna-se, na atualidade, uma exigência para evitar o colapso que as tendências socioeconómicas recentes anunciam.

Promover a criação de emprego – ligado, essencialmente, ao mundo das produções primárias e dos serviços de proximidade – constitui um mecanismo fulcral para mitigar o esvaziamento populacional e para valorizar um património que constitui um acervo importante da identidade de Castelo Branco.

Objetivos

Criar emprego através da valorização dos recursos endógenos, das tradições e dos saberes;

Estimular o empreendedorismo de base social;

Preservar o património cultural e identitário;

Desenvolver e garantir o acesso generalizado aos serviços de proximidade.

Contributo para os eixos estratégicos

E1 .. | **E2a** ... | **E2b** ... | **E3** .. | **E4**

Projeto 6.1

Economia rural

Linhas de ação

Diversificação das explorações agrícolas para atividades não agrícolas;

Valorização dos saberes e ofícios tradicionais e do artesanato;

Densificação e qualificação da rede de microempresas rurais na área do comércio e da prestação de serviços.

Projeto 6.2

Empreendedorismo

Linhas de ação

Criação de redes de apoio, divulgação de oportunidades de negócio e capacitação de potenciais empreendedores;

Promoção de novos mecanismos de escoamento de produtos endógenos.

Projeto 6.3

Identidade rural

Linhas de ação

Salvaguardar, valorizar e divulgar o património cultural imaterial local.

Projeto 6.4

Coesão territorial, inclusão social e qualidade de vida

Linhas de ação

Diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social, promovendo o surgimento de serviços renovados e acessíveis às comunidades rurais;

Dinamização de experiências piloto de animação dos territórios rurais, com enfoque nos grupos mais desfavorecidos.

Iniciativa integrada 7

Desenvolvimento dos serviços públicos

Descrição da iniciativa integrada	<p>Promover o desenvolvimento integrado do concelho de Castelo Branco, em que os diferentes agentes com interesses no território se articulam e relacionam com base em estratégias previamente identificadas e assumidas, mostra-se como um objetivo essencial para esta iniciativa.</p> <p>Construir uma base de serviços públicos capaz de dar respostas às necessidades e exigências de empresas, instituições e cidadãos, facilitando o seu relacionamento com município é fundamental para a prossecução dos objetivos estratégicos formulados para o concelho.</p> <p>O papel do município de Castelo Branco na liderança de alguns projetos, na facilitação, divulgação ou catalisação de outros, deverá ser impulsionado pelo recurso a mecanismos e processos que promovam a desburocratização, com o objetivo de melhorar os níveis de eficiência e eficácia dos serviços prestados.</p>	
Objetivos	<p>Simplificar os processos autárquicos;</p> <p>Modernizar a administração com recurso às novas tecnologias;</p> <p>Promover uma melhoria do acesso por parte dos utentes aos serviços públicos.</p>	
Contributo para os eixos estratégicos	E1 E2a E2b E3 E4	
Projeto 7.1	Programa E-GOV	
Linhas de ação	Desmaterializar, organizar e simplificar a administração autárquica com recurso às TIC.	
Projeto 7.2	Serviços públicos	
Linhas de ação	Adoção de modelos apoiados em sistemas de gestão da qualidade, da revisão de normas e procedimentos internos;	Qualificação dos recursos humanos, através de planos de formação.
Projeto 7.3	Trabalho em rede	
Linhas de ação	Capacitação dos agentes locais para o trabalho em rede, promovendo a cooperação entre entidades públicas e privadas nas diferentes esferas socioeconómicas.	

Anexo

Elementos de diagnóstico prospetivo

Evolução recente e posicionamento no contexto nacional

A Beira Interior Sul descreveu uma trajetória de convergência positiva, representando, em 2012, 90,5% do PIB per capita nacional face a 86,5% em 1995, estando as melhores evoluções na região Centro.

Gráfico 2. Crescimento económico: PIB per capita | 1995-2010

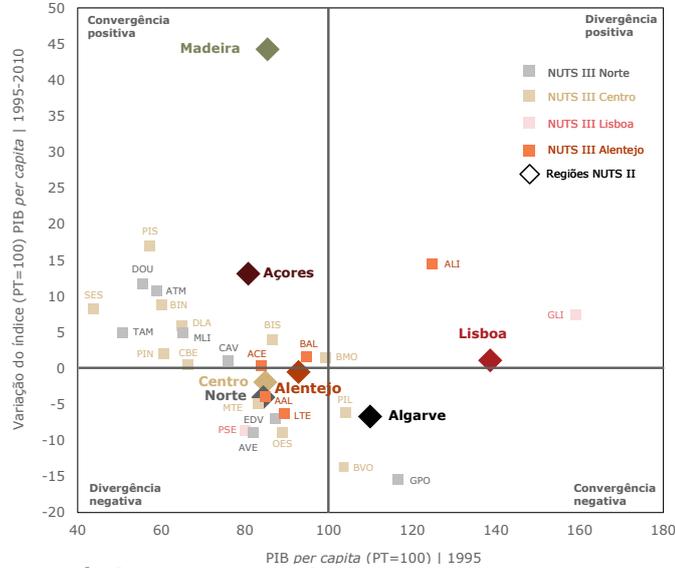
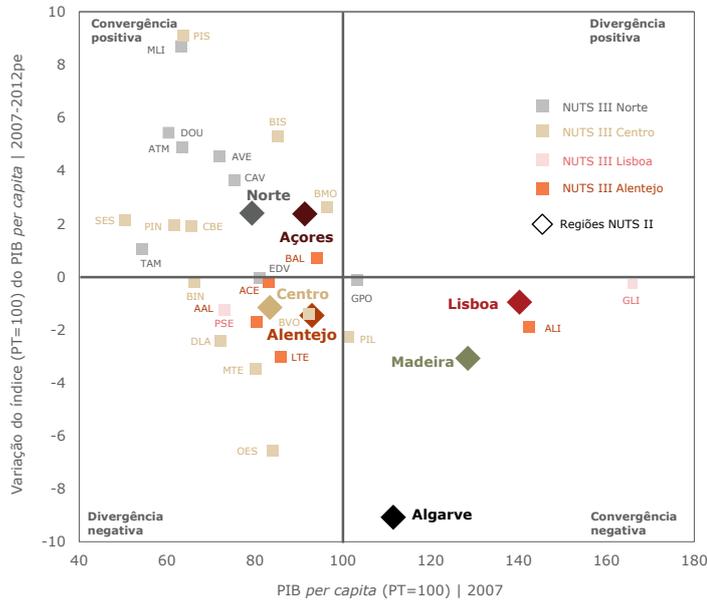


Gráfico 3. Crescimento económico: PIB per capita | 2007-2012pe



Nota: **Divergência negativa** - regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2012 um crescimento do indicador inferior à média nacional (divergente); **Convergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2012 um crescimento do indicador superior à média nacional (convergente); **Divergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2012 um crescimento do indicador superior à média nacional (região diverge porque se afasta mais do patamar nacional de PIB pc); **Convergência negativa** - as regiões apresentam em 1995 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (região converge porque se aproxima do patamar nacional de PIB pc, embora numa evolução com crescimento negativo do indicador).

Regiões NUTS II

PT	Portugal
NO	Norte
CE	Centro
LI	Lisboa
AL	Alentejo
AG	Algarve
AC	RA Açores
MA	RA Madeira

Regiões NUTS III

MLI	Minho-Lima
CAV	Cávado
AVE	Ave
GPO	Grande Porto
TAM	Tâmega
EDV	Entre Douro e Vouga
DOU	Douro

ATM	Alto Trás-os-Montes
BVO	Baixo Vouga
BMO	Baixo Mondego
PIL	Pinhal Litoral
PIN	Pinhal Interior Norte
DLA	Dão-Lafões
PIS	Pinhal Interior Sul

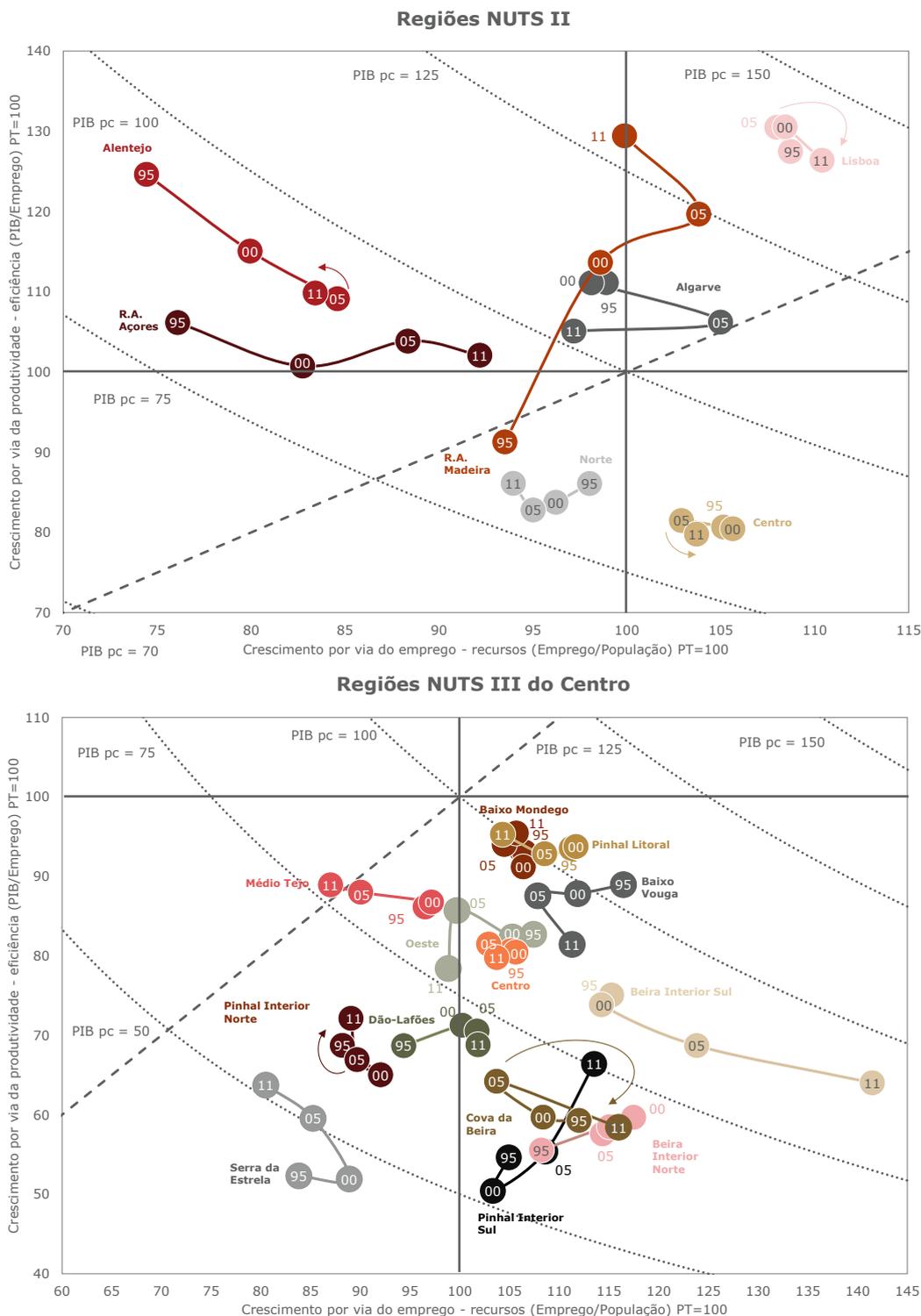
SES	Serra da Estrela
BIN	Beira Interior Norte
BIS	Beira Interior Sul
CBE	Cova da Beira
OES	Oeste
MTE	Médio Tejo
GLI	Grande Lisboa

PSE	Península de Setúbal
ALI	Alentejo Litoral
AAL	Alto Alentejo
ACE	Alentejo Central
BAL	Baixo Alentejo
LTE	Lezíria do Tejo

Fonte: INE, Contas Regionais

A performance positiva observada na Beira Interior Sul em termos de criação de riqueza, é justificada por via de incrementos na taxa de utilização dos recursos humanos, que revela um efeito suficientemente forte para suplantar as quebras de produtividade.

Gráfico 4. Decomposição do PIB per capita: trajetórias de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego | 1995-2011

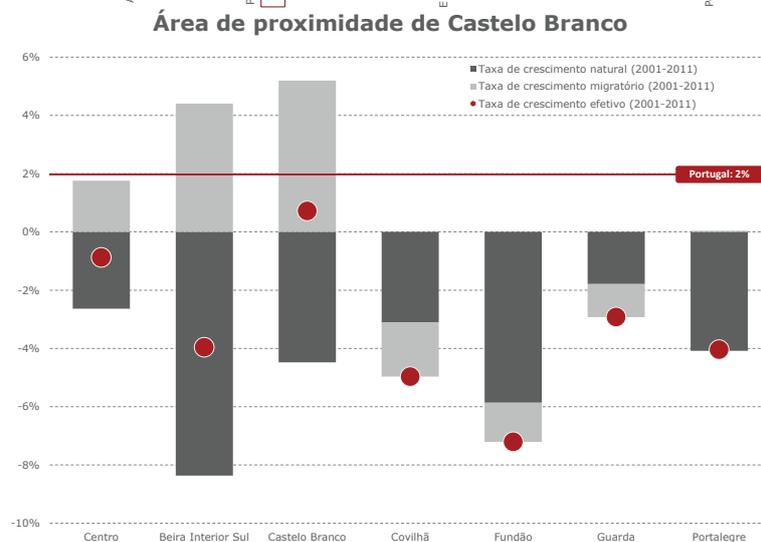
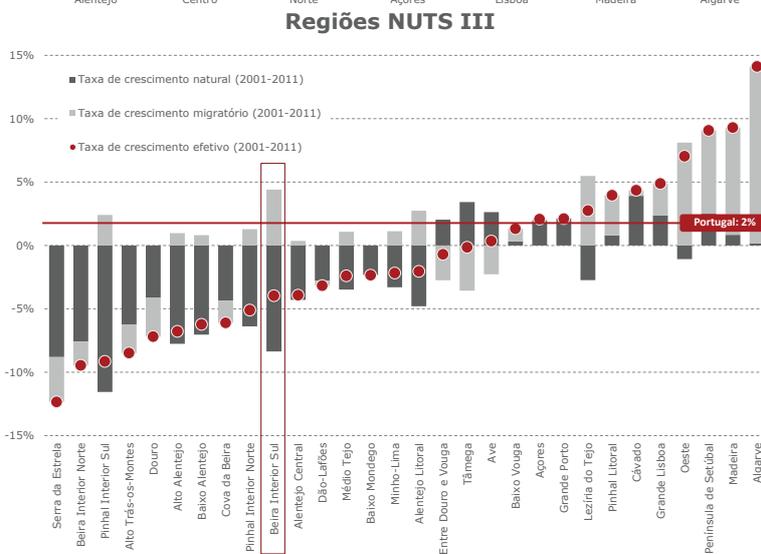
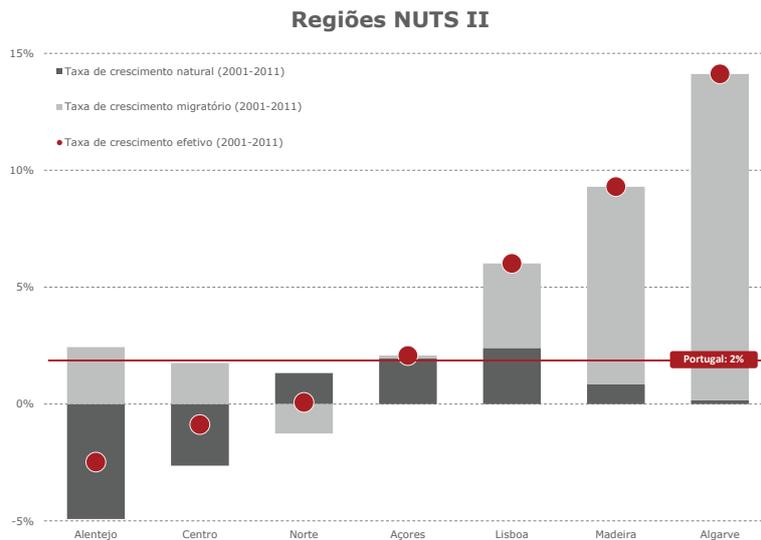


Nota: o gráfico representa a decomposição do crescimento do PIB pc entre dois efeitos conjugados, por via da produtividade e do emprego, em relação ao referencial nacional desses efeitos (PT=100). Por exemplo, o ponto Madeira-05 traduz uma posição desta região em 2005 em que o valor de PIB pc 25% acima do referencial nacional (sobre a isodapana PIB pc = 125) é explicado por uma combinação entre um crescimento por via do emprego (acima da média nacional em 5%) e da produtividade (acima da média nacional em cerca de 20%). A evolução desta região até 2010 retrata um valor de PIB pc que se aproxima do referencial nacional (próximo da isodapana PT=100), numa evolução fundamentalmente explicada pela contração do efeito emprego (abaixo da referência nacional), uma vez que os níveis de produtividade se mantêm semelhantes ao patamar nacional. As **linhas isodapanas** representam referenciais auxiliares de leitura sobre a posição de cada região no referencial nacional de PIB pc e permitem perceber o equilíbrio entre os efeitos (emprego e/ou eficiência) que explicam essa posição e trajetória (entre 1995 e 2010). A linha bisetriz traduz uma posição com crescimento do PIB pc equilibrado entre produtividade e emprego (consoante os níveis de PIB pc).

Fonte: INE, Contas Regionais

Entre 2001-2011, Castelo Branco ganhou 1% de efetivos populacionais, justificado por um crescimento migratório de 5,2% face a um crescimento natural de -4,5%.

Gráfico 5. Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011

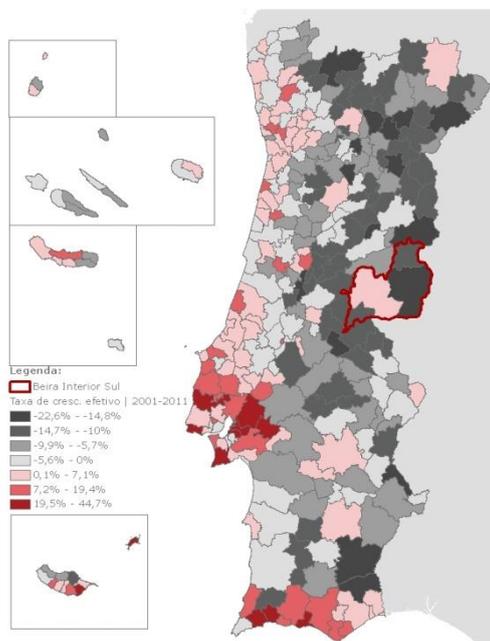


Nota: a taxa de crescimento populacional efetiva conjuga dois efeitos, o efeito natural (entre nascimentos e óbitos) e o efeito migratório (entre migrantes e emigrantes).
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

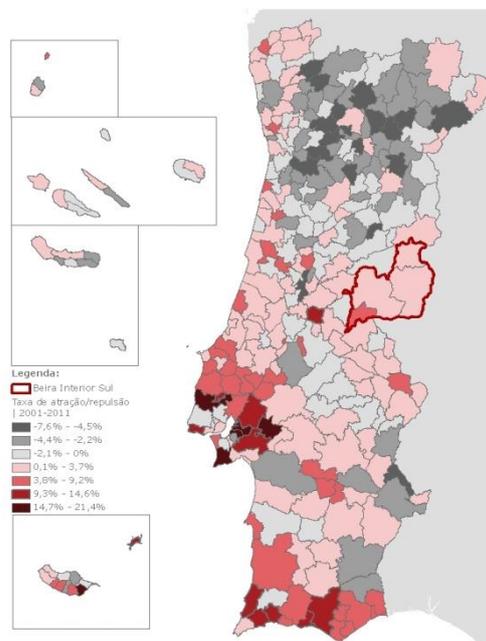
Castelo Branco assume-se como concelho atrativo o que contrasta com o que ocorre ao nível da NUTS III onde está inserido, onde se verifica uma perda populacional de 4%, apesar do saldo migratório positivo.

Mapa 1. Taxa de crescimento efetivo e taxa de atração/repulsão | 2001-2011

Crescimento efetivo



Taxa de atração/repulsão

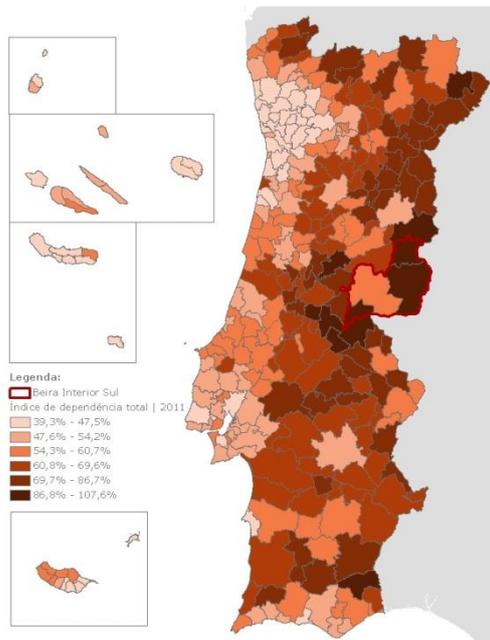


Nota: taxa de atração/repulsão representa o peso do saldo migratório acumulado entre 2001 e 2011, na média da população residente dos anos 2001 e 2011. A taxa é de atração se o indicador >0, é de repulsão se <0.
 Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

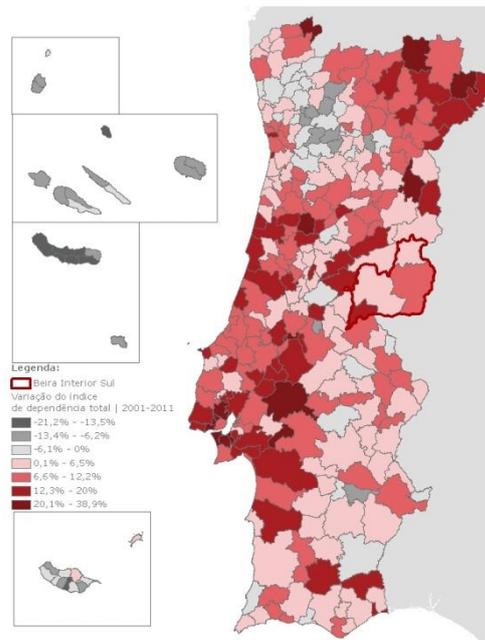
O envelhecimento populacional é fenómeno presente na realidade concelhia de Castelo Branco, onde a proporção da população com idade igual ou superior a 65 anos é de 23,8% (2011) face a 12,7% com idade igual ou inferior a 14 anos.

Mapa 2. Estrutura etária da população: índices de dependência | 2001-2011

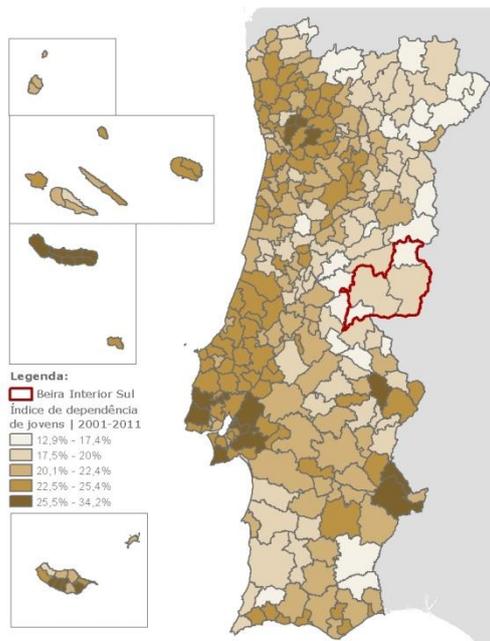
Índice de dependência total | 2011



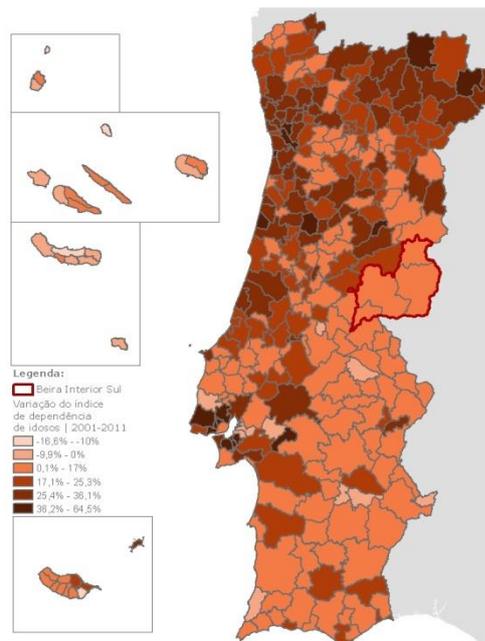
Variação do índice de dependência total | 2001-2011



Índice de dependência de jovens | 2011



Variação do índice de dependência de idosos | 2001-2011

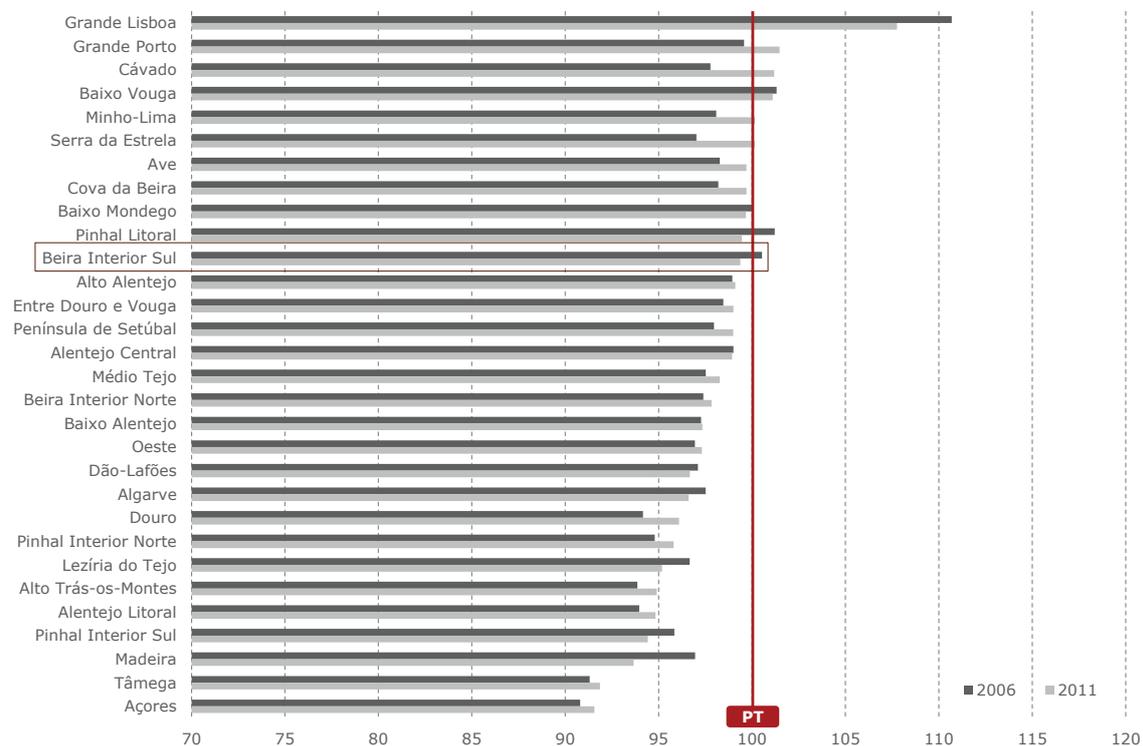


Nota: Índice de dependência de idosos: relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Índice de dependência de jovens: relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Índice de dependência total: relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com 15-64 anos.
 Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

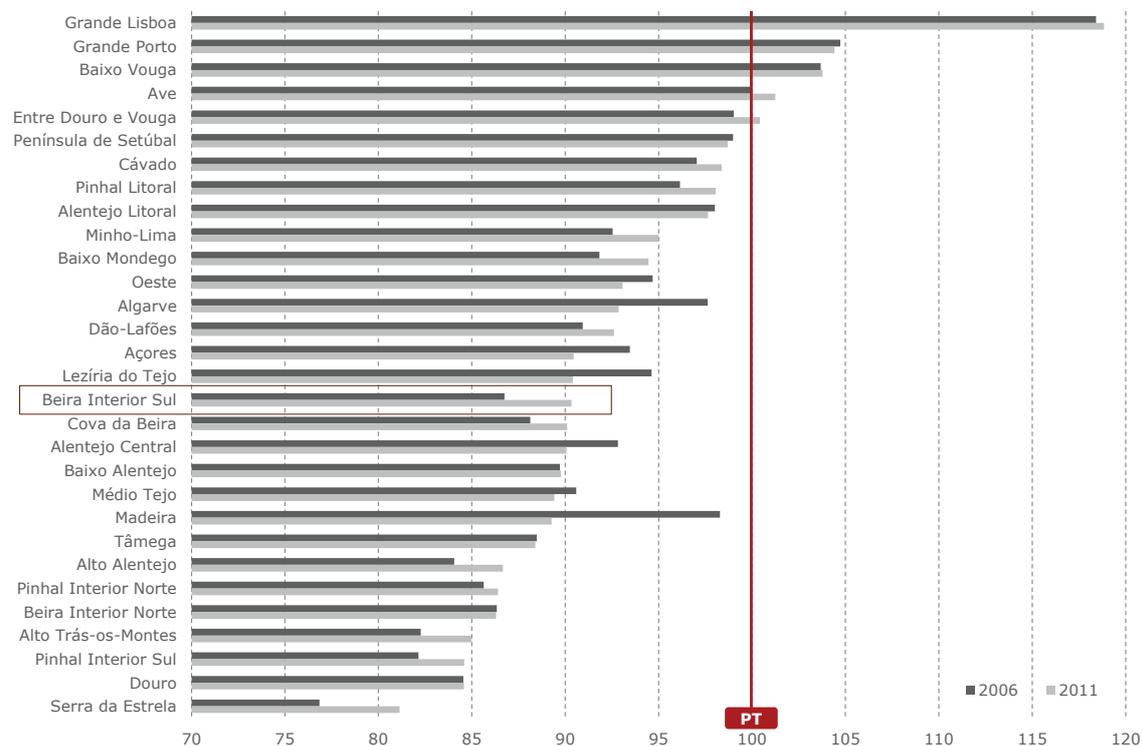
A Beira Interior Sul ocupa a 11ª posição, em 30 NUTS III, do ranking do global Índice sintético de desenvolvimento regional (2011). Este posicionamento é amplamente justificado pela boa colocação no Índice de Coesão (13ª posição) e, de forma destacada, no índice de qualidade ambiental (7ª posição). Contudo, está entre as 14 NUTS III menos competitivas.

Gráfico 6. Índice sintético de desenvolvimento regional | 2006 e 2011

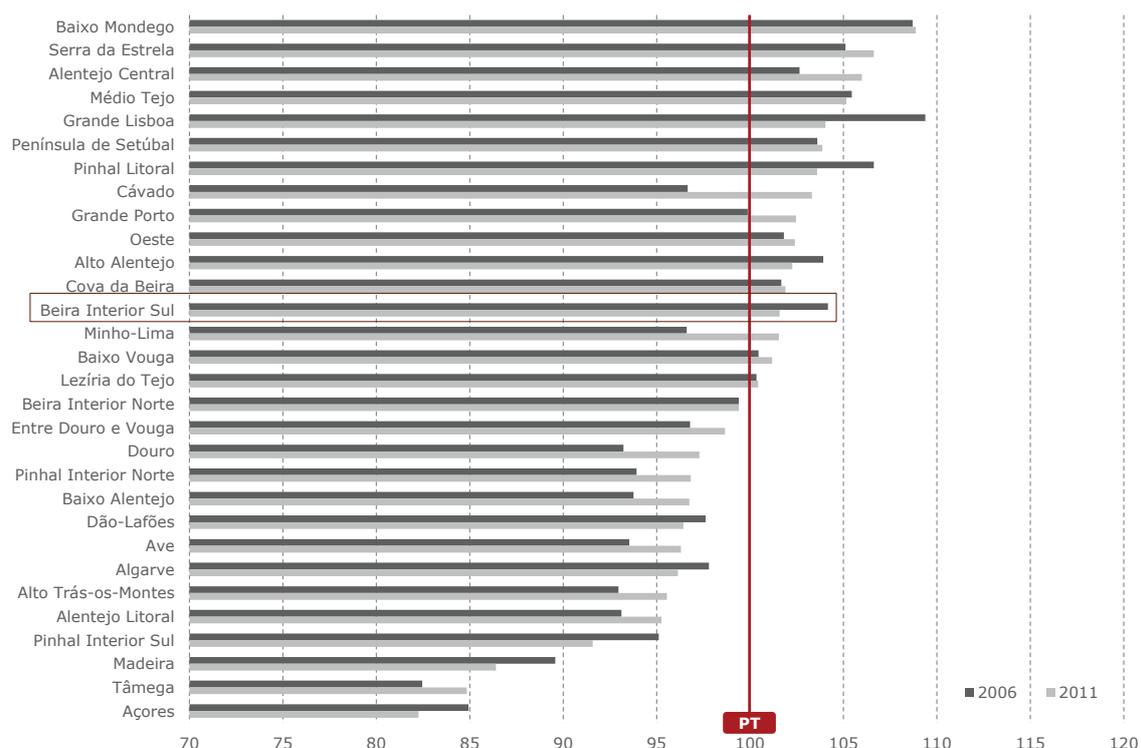
Índice Global



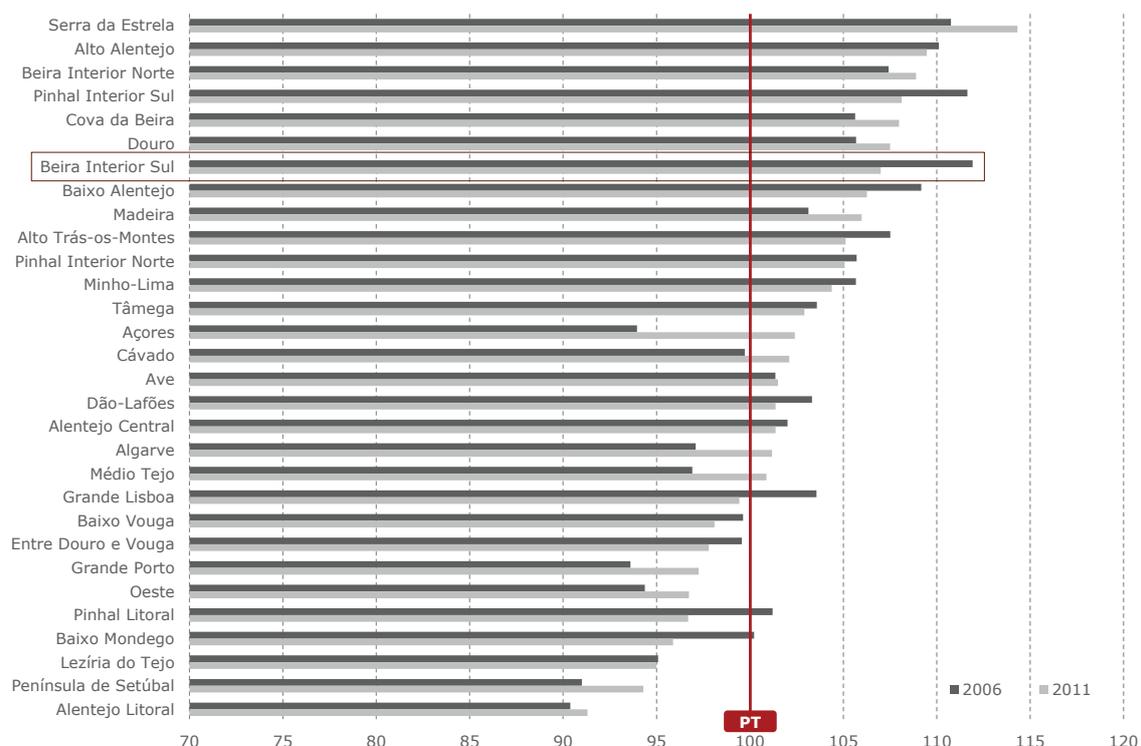
Índice de competitividade



Índice de coesão



Índice de qualidade ambiental



Notas:

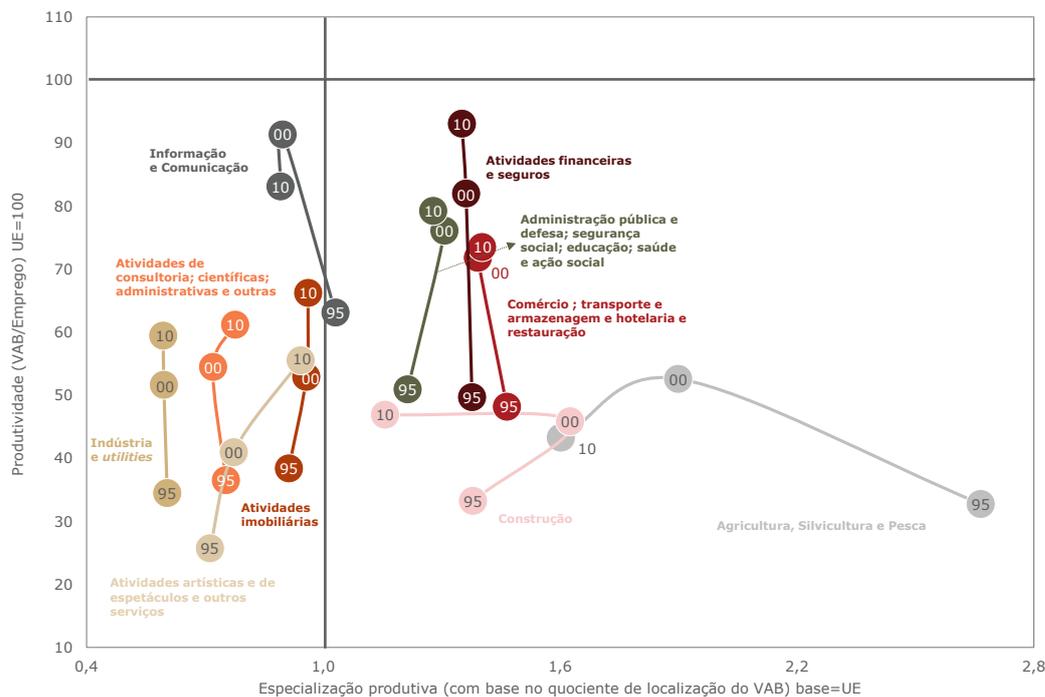
1. Índice global combina 3 índices parciais, de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental;
2. Gráficos ordenados pela notação das regiões no índice em causa. Universo de 30 regiões NUTS III.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

Crescimento inteligente

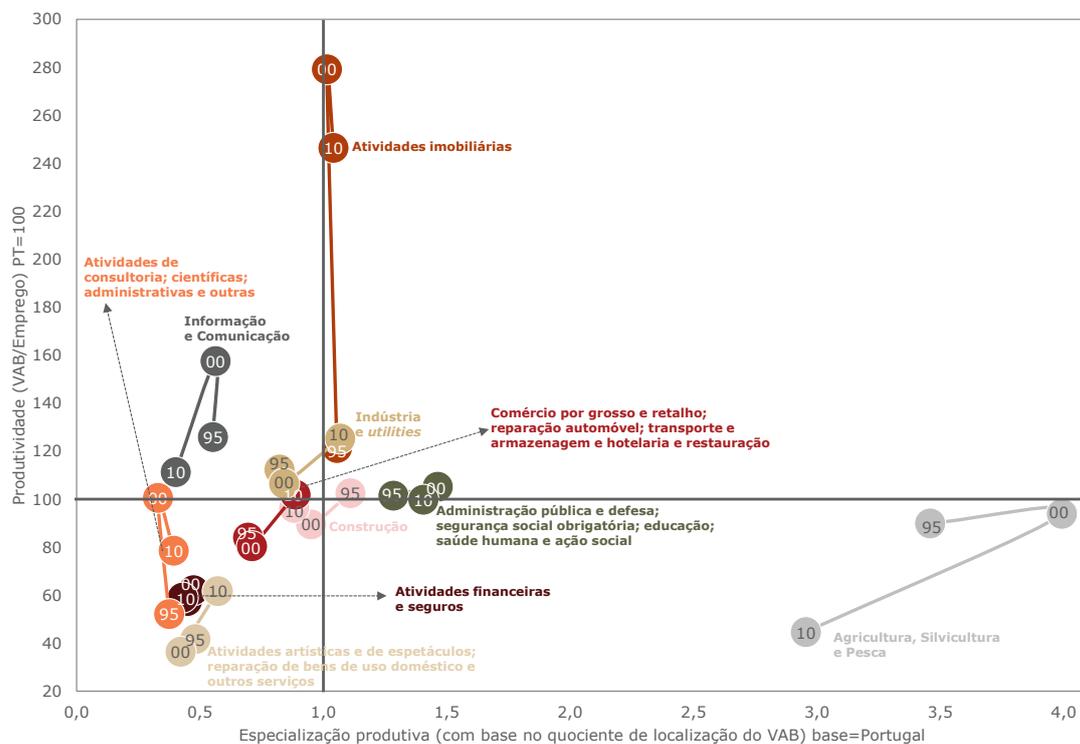
As atividades ligadas ao setor primário marcam o perfil de especialização produtiva da Beira Interior Sul, embora revelem dificuldades em acompanhar os níveis médios de produtividade do país. A região assume uma especial relevância das atividades industriais e utilities, que melhoraram o seu desempenho face ao país, revelando algumas carências nos níveis de produtividade e especialização nos serviços.

Gráfico 7. Especialização do VAB nacional face à UE27 | 1995-2010



Nota: a leitura deste gráfico suporta a leitura dos gráficos seguintes sobre especialização do VAB da Beira Interior Sul. Permite comparar o perfil regional de especialização produtiva da Beira Interior Sul, com o referencial do país relativizado face à UE. O Quociente de Localização do VAB representa a relação entre o peso relativo do VAB setorial na região e o peso relativo do VAB setorial no país.

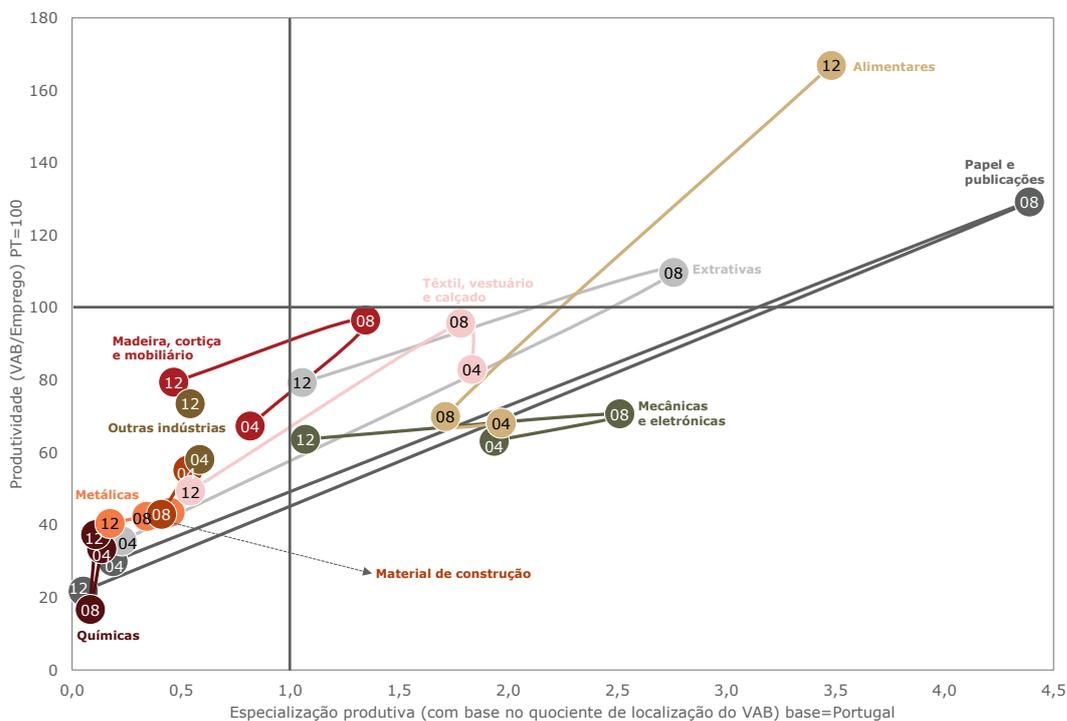
Gráfico 8. Especialização do VAB da Beira Interior Sul face a Portugal | 1995-2010



Fonte: INE, Contas Regionais

Os recursos endógenos, com as indústrias extrativas, alimentares e papel e publicações, e a tradição industrial, no têxtil, vestuário e calçado, explicam o perfil de especialização da Beira Interior Sul, num contexto em que se anteveem desafios de melhoria de produtividade e de aumento da criação de valor.

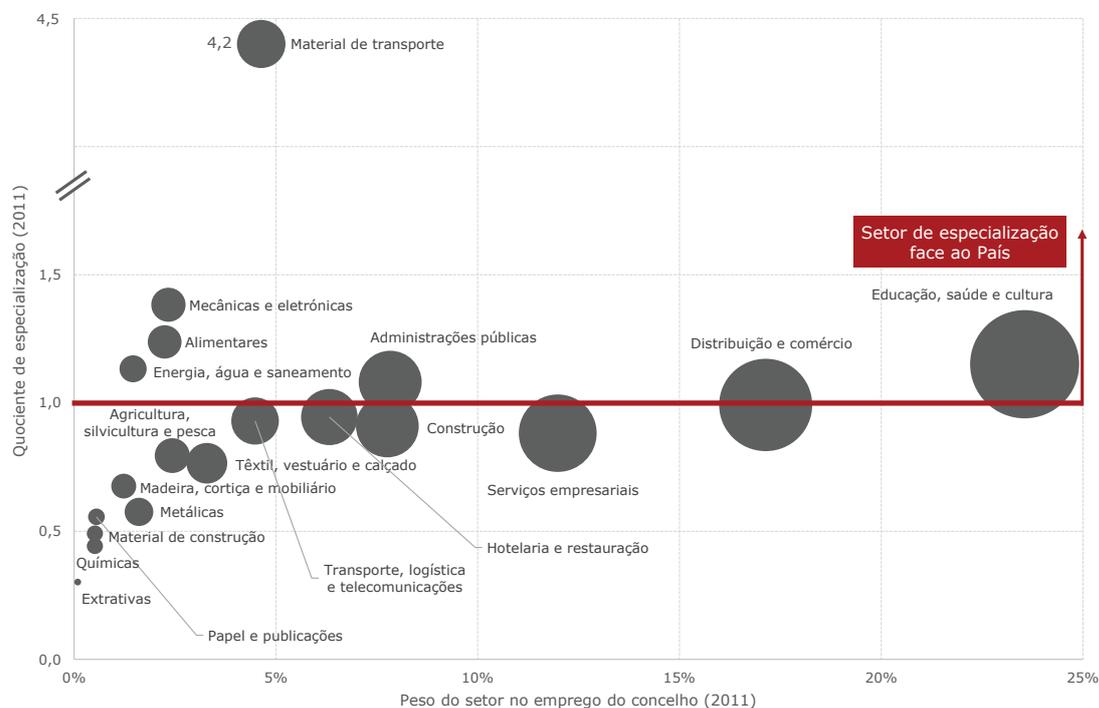
Gráfico 9. Especialização do VAB da Beira Interior Sul na indústria transformadora face a Portugal | 2004-2012



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

A bolsa de emprego de Castelo Branco é dominada pelos serviços, que concentram mais de dois terços dos postos de trabalho gerados no concelho. Material de transporte, mecânicas e eletrónicas e alimentares sustentam o perfil de especialização mais vincado do concelho na indústria transformadora.

Gráfico 10. Especialização produtiva na ótica do emprego do concelho de Castelo Branco | 2011

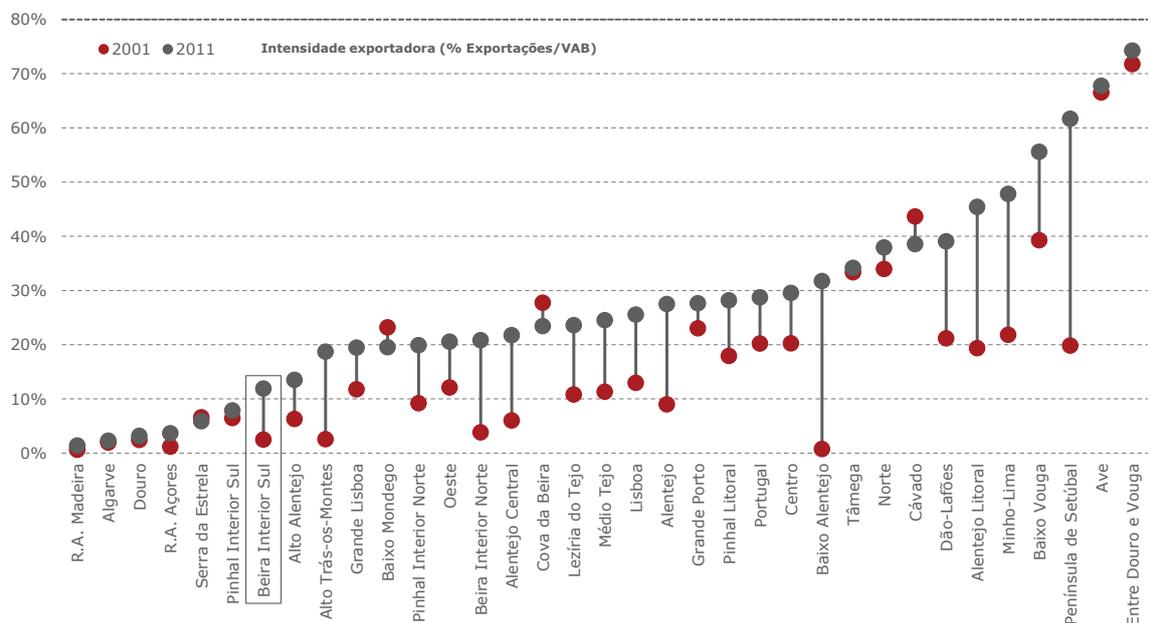


Fonte: INE, Censos 2011

O perfil de especialização exportadora da Beira Interior Sul está ancorado nas atividades ligadas à exploração dos recursos endógenos: as indústrias do papel e publicações (55%) e agroalimentares (9%), bem como as atividades do setor primário (2%) representaram dois terços das exportações da região em 2011. As indústrias mecânicas e eletrónicas, responsáveis por 17% das exportações regionais, configuram um setor com uma trajetória de ganho de especialização face ao país. O têxtil, vestuário e calçado representa 10% das exportações da região, ainda que tenha sofrido uma ligeira quebra de especialização face ao padrão nacional do setor.

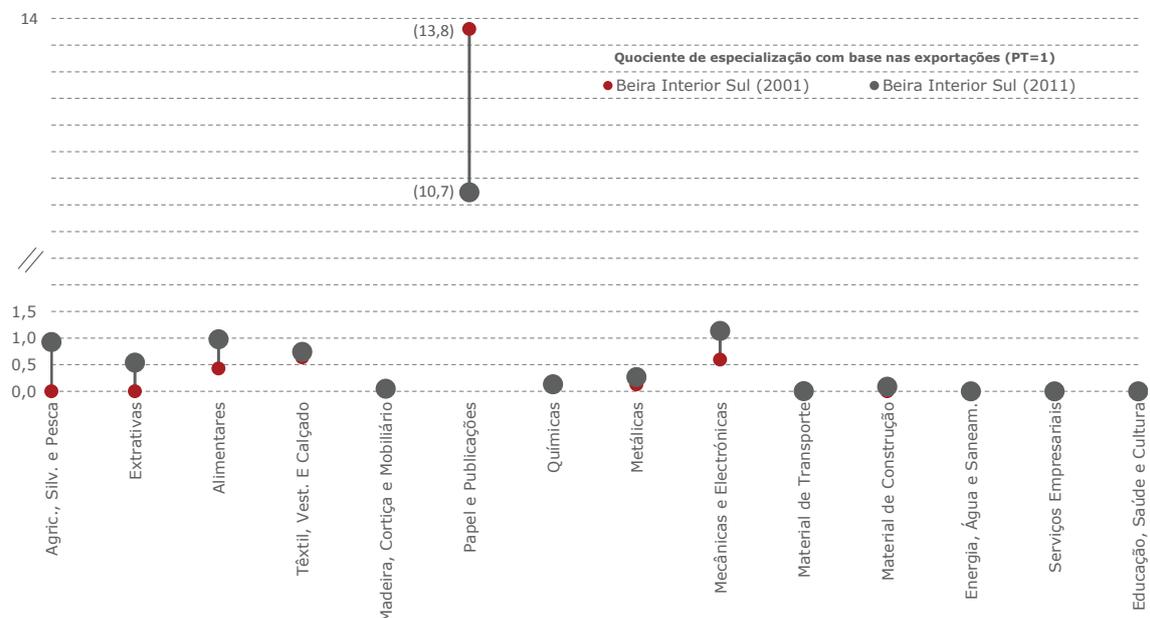
Neste quadro, a capacidade de internacionalização regional é fortemente alavancada pelo tecido empresarial do concelho de Castelo Branco, nomeadamente no que se refere ao setor agroalimentar, ao têxtil, vestuário e calçado e às indústrias mecânicas e eletrónicas, em que as empresas localizadas no concelho contribuem para aumentar a diversificação dos produtos exportados.

Gráfico 11. Intensidade exportadora | 2001-2011



Fonte: INE, Contas Regionais e Estatísticas do Comércio Internacional

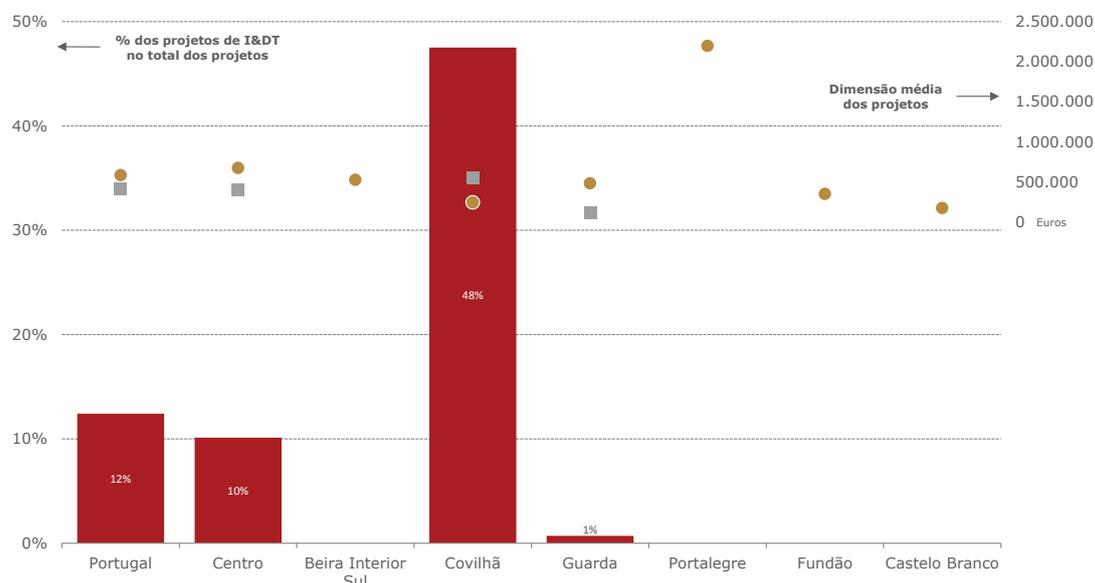
Gráfico 12. Especialização regional das exportações | 2001-2011



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

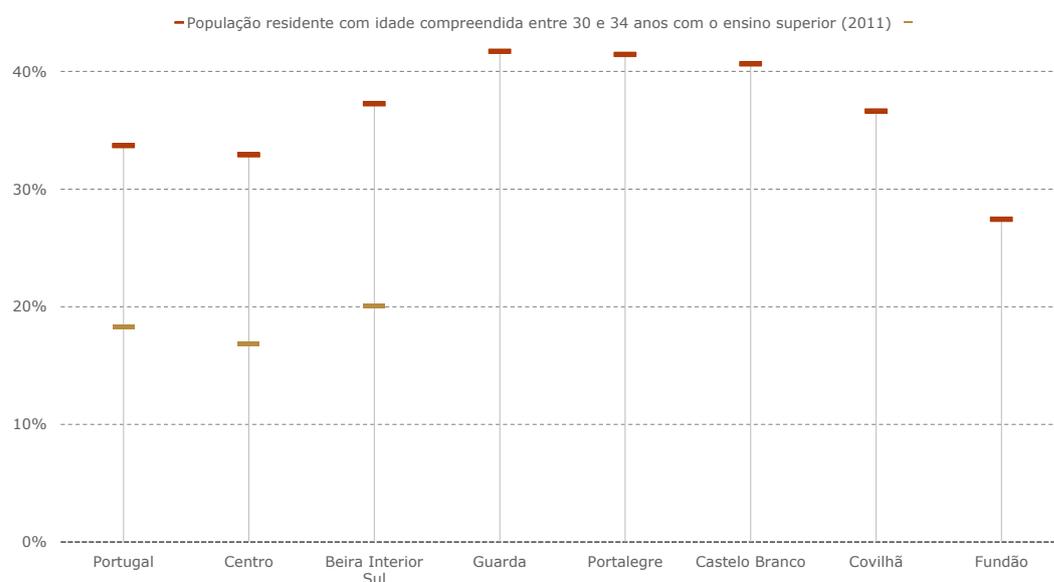
A fraca capacidade que as empresas do concelho de Castelo Branco e da Beira Interior Sul apresentaram, no atual período de programação, de absorção dos fundos disponibilizados para a investigação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Sistema de Incentivos revela algumas dificuldades de orientação do tecido empresarial para a inovação e diferenciação. Dos projetos apresentados, destaca-se a ausência de investimento elegível em ID&T para a Beira Interior Sul e para o concelho de Castelo Branco, que contrasta com a propensão mais vincada das empresas das Covilhã, onde a proporção do investimento em ID&T é cerca de metade do total do investimento elegível. Não obstante, os recentes investimentos em infraestruturas (como o CATAA e o CEI) e o potencial do capital humano que o concelho apresenta podem contribuir para impulsionar uma viragem no atual paradigma, aproximando empresas do SCT do concelho e da região.

Gráfico 13. Investimento em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), nos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas | 2012



■ % do investimento elegível em I&DT no total do investimento elegível ■ montante elegível por projeto de I&DT ● montante elegível por projeto dos SI
 Fonte: Sistema de Informação do Compete (Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade) - projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas, 2007 a 2012. Nota: os projetos de I&DT foram aprovados ao abrigo dos seguintes instrumentos - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT; I&DT Coletiva; I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção; I&DT Empresas/Projetos Individuais; I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial; I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores; I&DT Empresas/Vale I&DT.

Gráfico 14. Proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior | 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

O concelho de Castelo Branco registou um decréscimo no número de dormidas de 20% num cenário de aumento da oferta de camas (9%) no concelho e em contraciclo com o aumento das dormidas ocorrido nos concelhos do Fundão e da Guarda. Este contexto indicia uma erosão na atratividade do concelho que coloca um desafio à estruturação de uma oferta capaz de aumentar o número de turistas e visitantes, bem como o tempo que estes permanecem no concelho.

Gráfico 15. Capacidade de alojamento e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros | 2002-2011

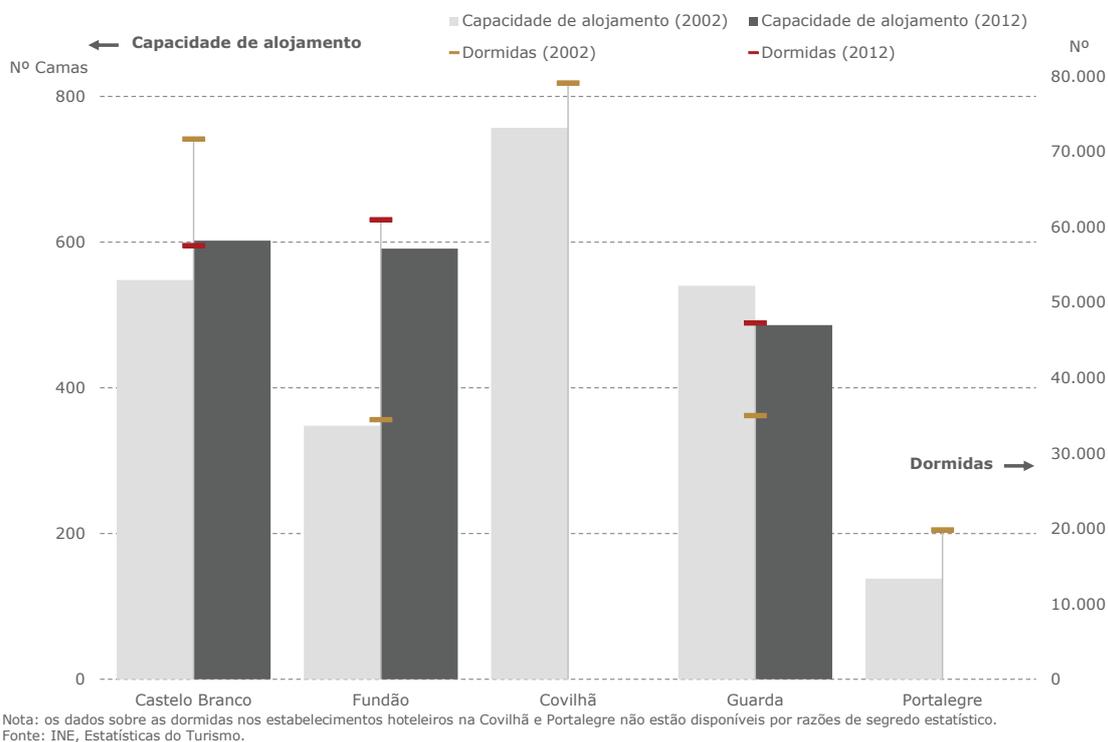
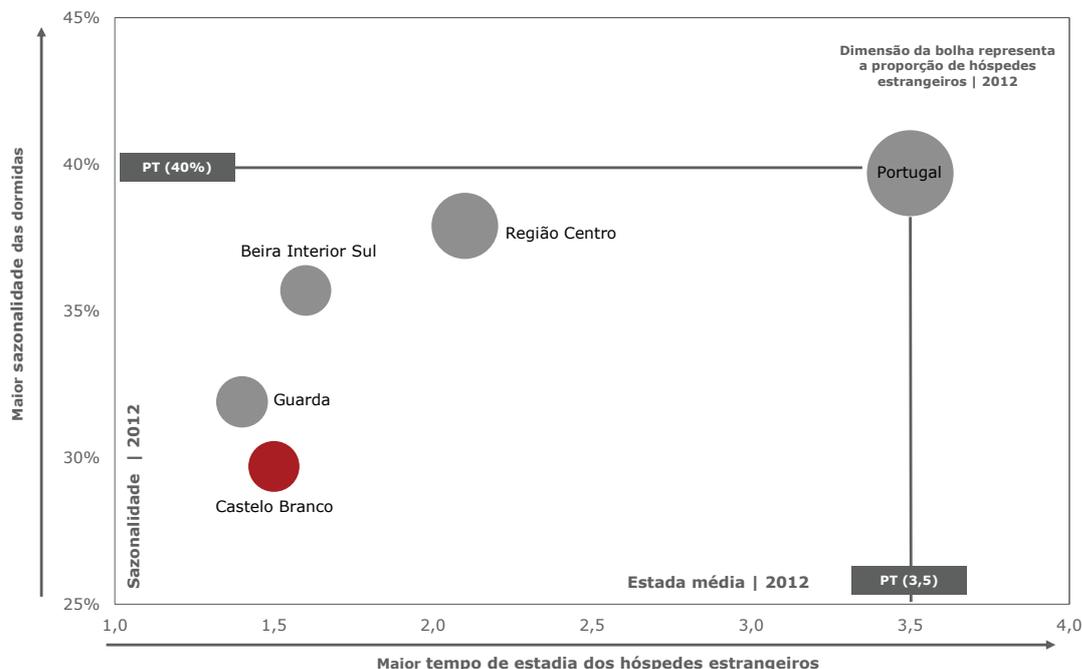


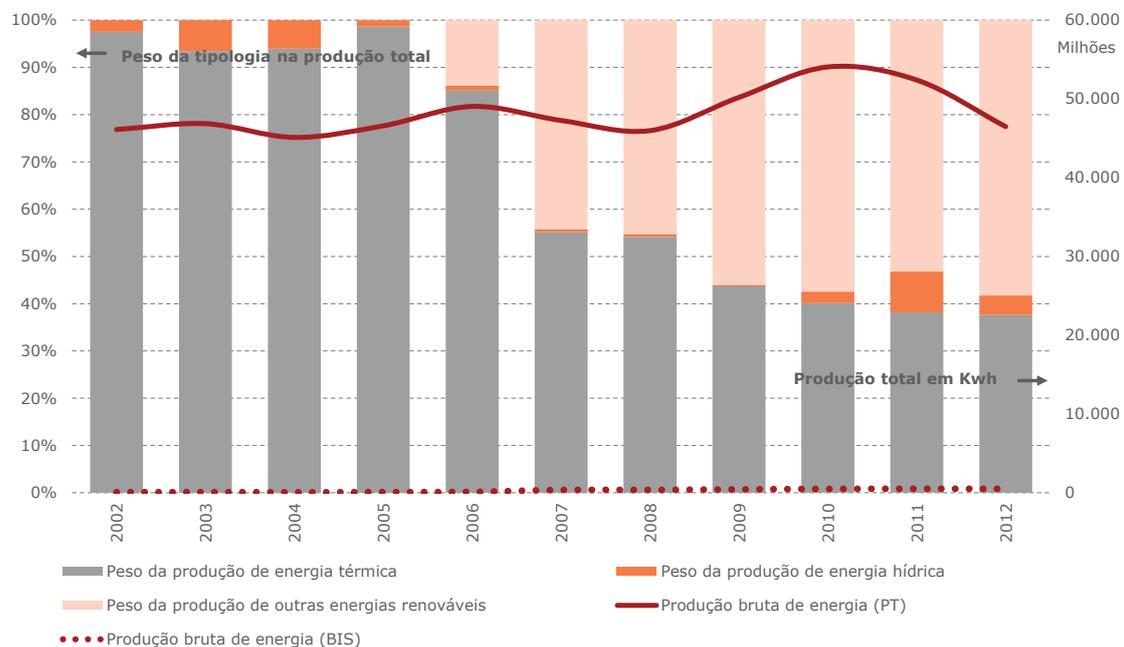
Gráfico 16. Sazonalidade, tempo de estadia nos estabelecimentos hoteleiros e proporção de hóspedes estrangeiros | 2012



Crescimento sustentável

A evolução da estrutura de produção de energia revela que Castelo Branco está inserido numa região que tem vindo a aumentar e a diversificar as respetivas fontes energéticas. Em 2002, a energia térmica representava perto de 98% do total da produção, enquanto em 2012, quase 60% produção diz respeito às eólicas.

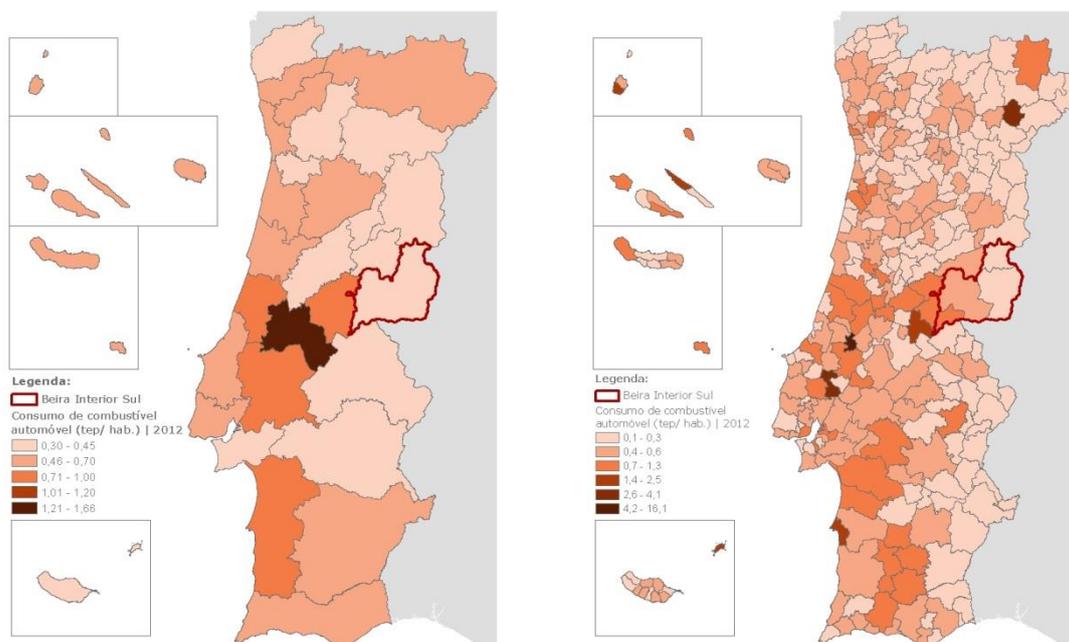
Gráfico 17. Peso das formas de produção de energias renováveis na produção bruta de eletricidade | 2002-2012



Nota: Outras energias renováveis integram: energia eólica, geotérmica e fotovoltaica.
Fonte: INE com base em Direcção-Geral de Energia e Geologia

Castelo Branco está entre os concelhos do país com maior consumo de combustíveis por habitante (0,5 tep/hab), num ranking liderado por Alcanena (16,1 tep/hab) e Alfandega da Fé (4,1 tep/hab).

Mapa 3. Consumo de combustível automóvel por habitante | 2012



Fonte: INE, com base em Direcção-Geral de Energia e Geologia

O concelho de Castelo Branco dispõe de algumas valias ambientais de relevância nacional e regional, tais como o Parque Natural do Tejo Internacional, zonas de proteção especial de Erges e Ponsul, ou a Serra da Gardunha. Aqui, as áreas protegidas ocupam 8,8% da área total do concelho.

Mapa 4. Diretrizes ambientais

Rede Natura 2000



Fonte: AM&A, com base em Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

Áreas Protegidas

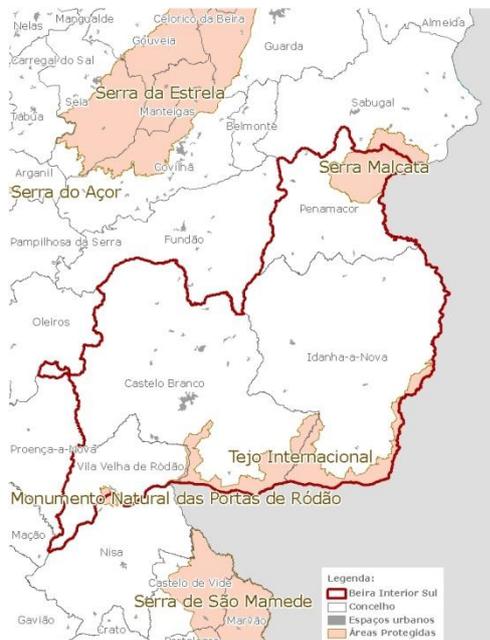
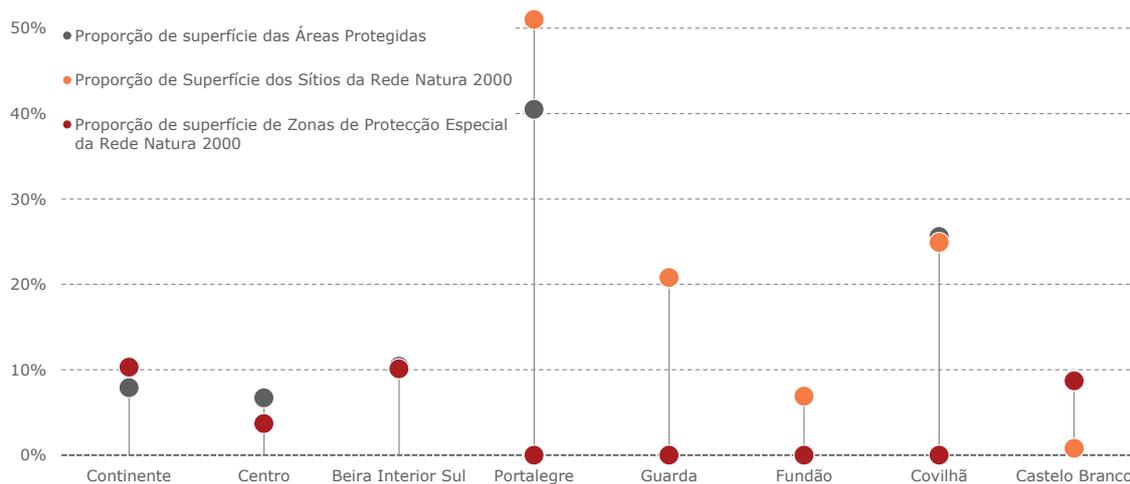


Gráfico 18. Superfície afeta à Rede Natura 2000 e a Áreas Protegidas | 2010

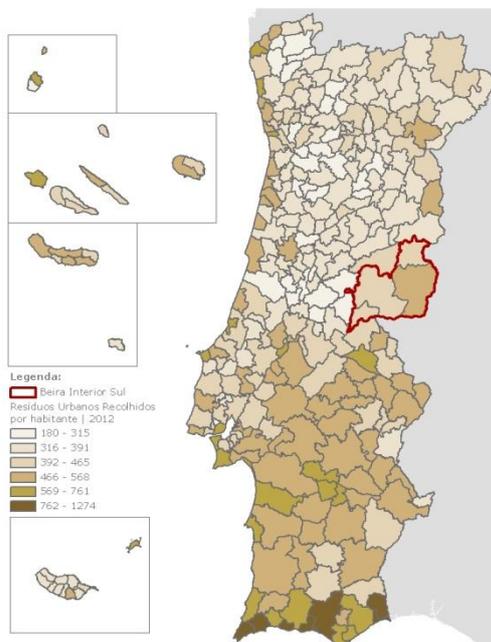


Fonte: INE, com base em Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

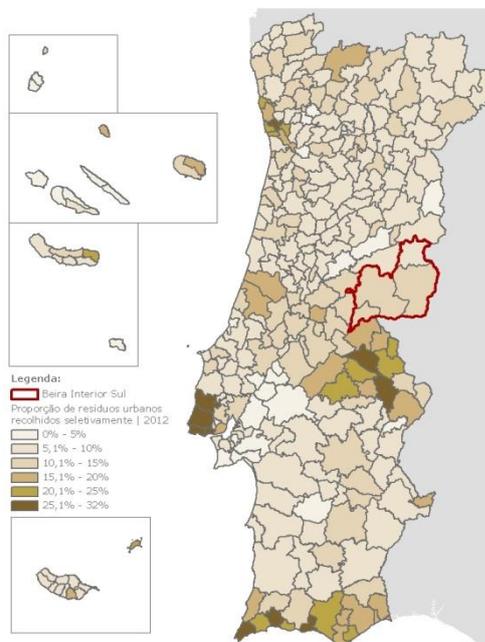
Em Castelo Branco, cerca de 13% dos resíduos são recolhidos seletivamente (2012), contado com 408 kg/hab., estando entre os concelhos com melhor desempenho neste indicador, valor que em 2002 era de apenas 3%.

Mapa 5. Resíduos urbanos | 2012

Recolha por habitante



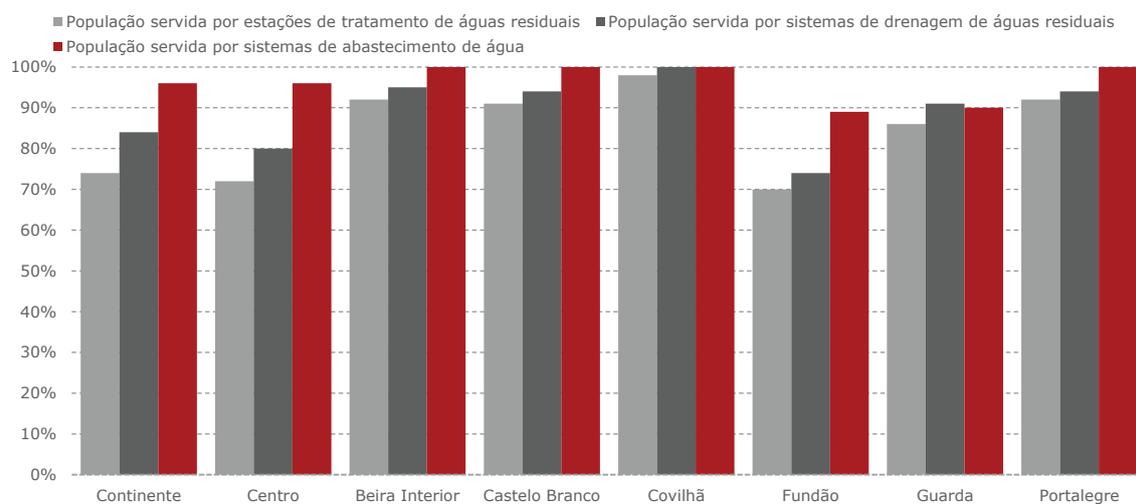
Recolha seletiva



Nota: Dados não disponíveis para o concelho de Odivelas.
Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

O concelho de Castelo Branco está devidamente dotado de sistemas de abastecimento de água e, embora a cobertura em termos de estações de tratamento e sistemas de drenagem de águas residuais sirva a larga maioria da população, ainda são necessários alguns investimentos para que seja total.

Gráfico 19. Grau de abastecimento de águas e águas residuais | 2009



A SAU representa 29% da área total do concelho que é maioritariamente parados e pastagens permanentes. Na estrutura fundiária predomina a propriedade com dimensão igual ou superior a 50 ha (67%), seguindo a tendência regional (77%).

Gráfico 20. Superfície agrícola utilizada (SAU) | 2009

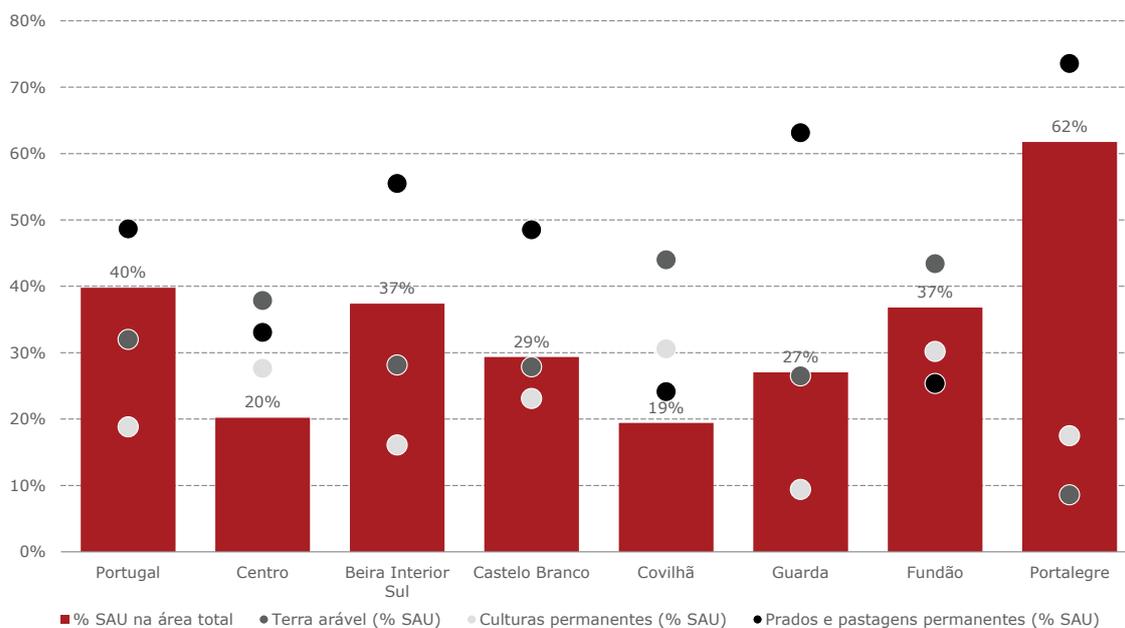
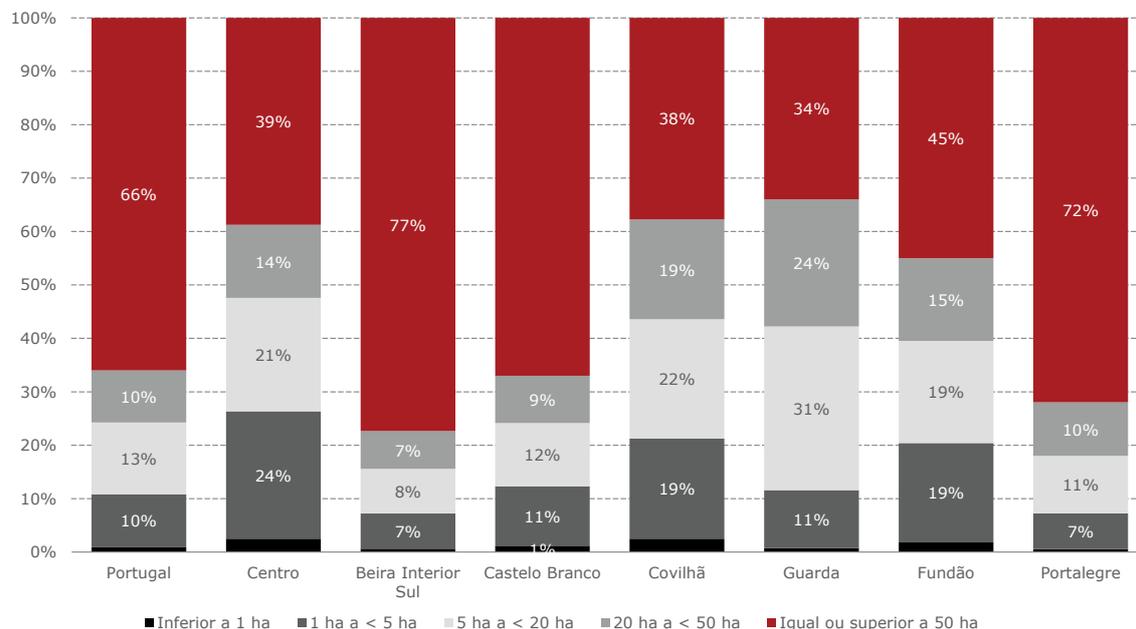


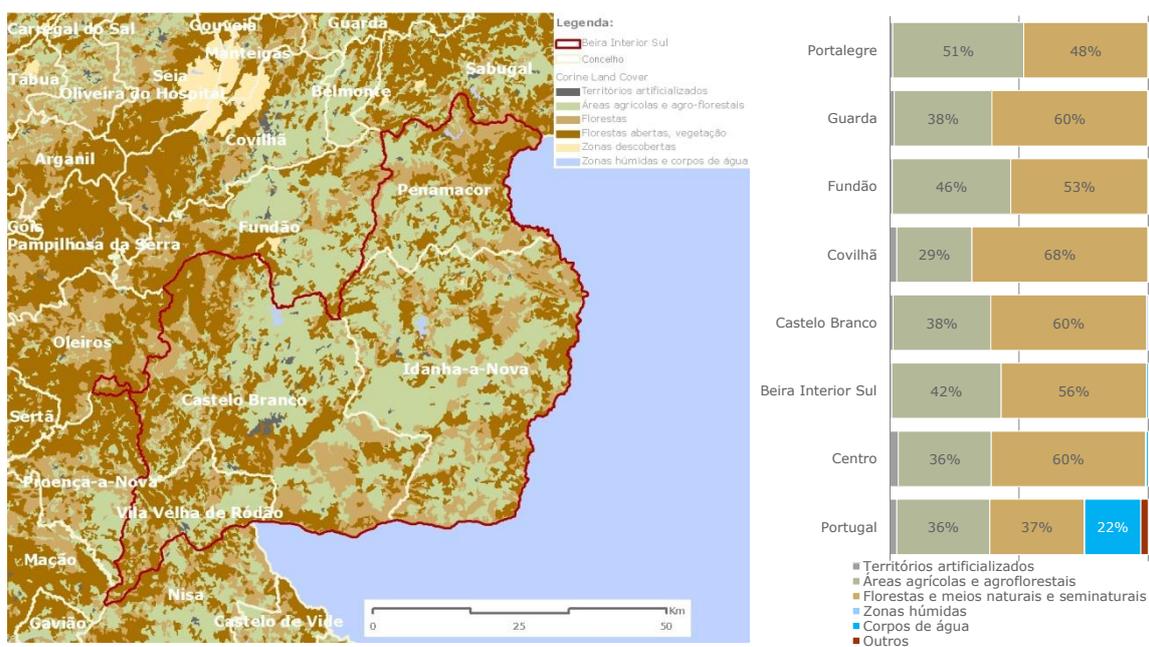
Gráfico 21. Estrutura da superfície agrícola utilizada por dimensão | 2009



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Em termos de ocupação do solo, 60% do território está coberto por florestas e meios naturais e seminaturais.

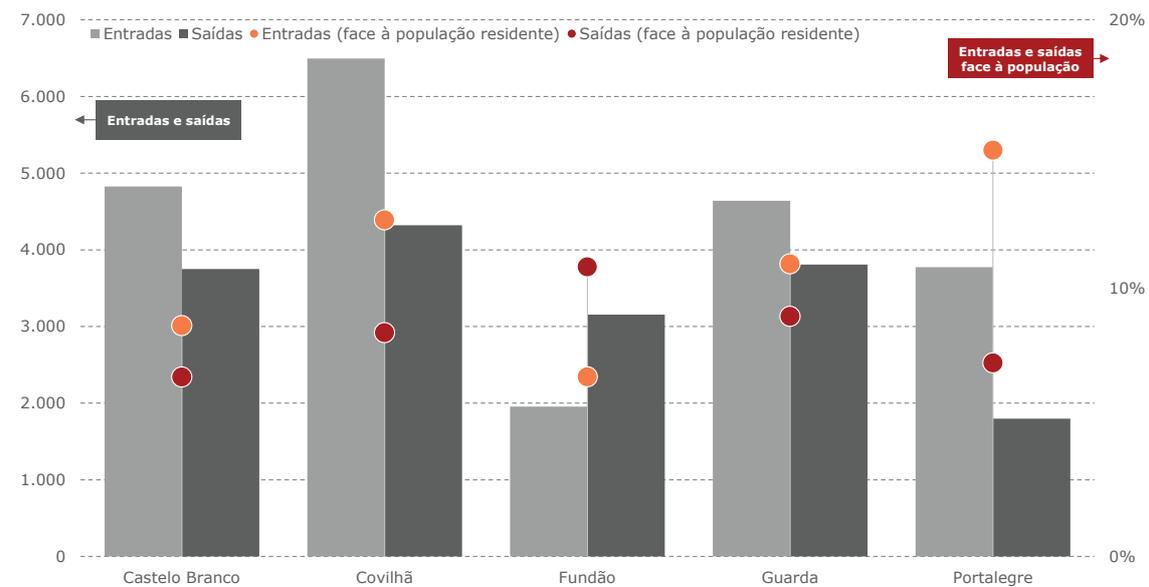
Gráfico 22. Ocupação do solo | 2006



Fonte: Corine Land Cover

A pendularidade em Castelo Branco não é tão significativa face a outros concelhos de proximidade, uma vez que se trata de um concelho polarizador de emprego. Assim, o equivalente a 15% da população residente desloca-se diariamente para outros concelhos tendo como motivação fins laborais.

Gráfico 23. Movimentos pendulares | 2011

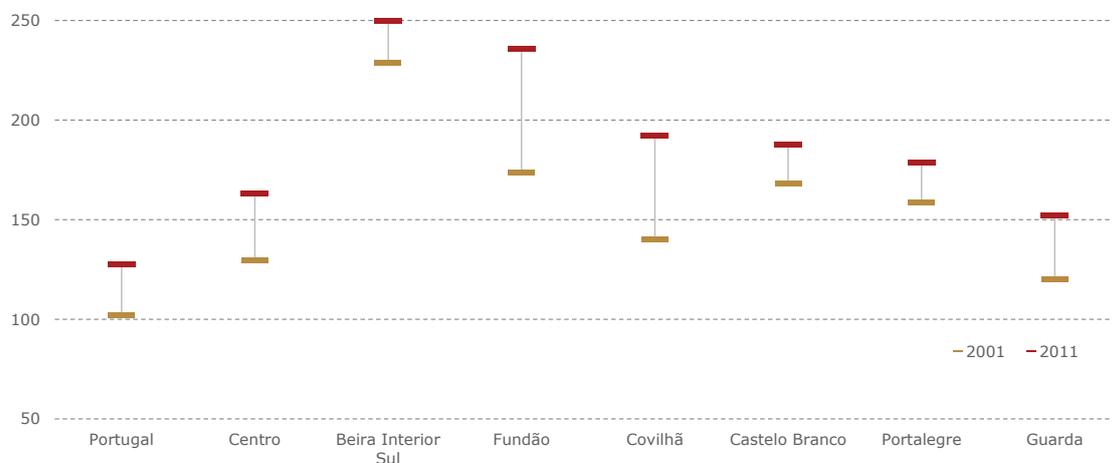


Fonte: INE, Censos 2011 (dados provisórios)

Crescimento inclusivo

Castelo Branco vivencia o fenómeno do envelhecimento populacional, registando-se a existência de 187,9 idosos por cada 100 jovens (2011), superior ao valor verificado em 2001 (168 idosos por cada 100 jovens). É também a situação menos gravosa no conjunto de concelhos que perfazem a NUTS III Beira Interior Sul (249,6 idosos por cada 100 jovens) e ocupa uma posição intermédia quando a referência é o eixo urbano de referência territorial.

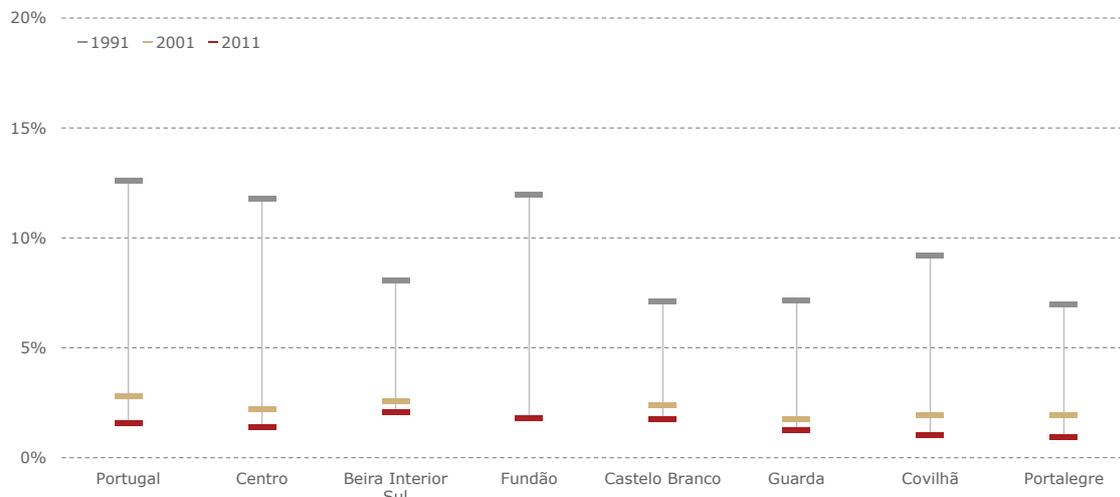
Gráfico 24. Índice de envelhecimento populacional | 2001-2011



Nota: Gráfico ordenado por ordem decrescente do índice de envelhecimento populacional dos concelhos de acordo com os dados de 2011.
Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

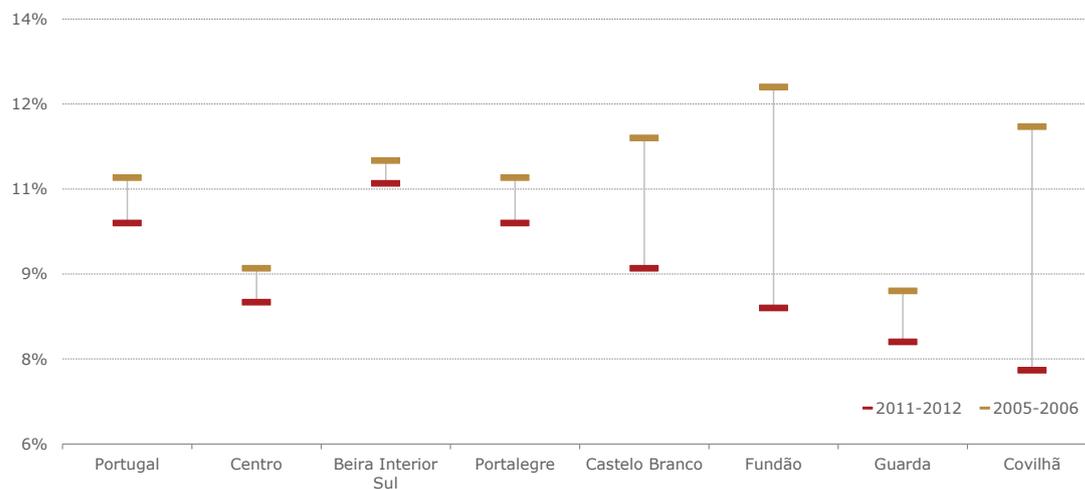
Verificam-se melhorias nos indicadores de desempenho escolar, traduzidos na redução da taxa de abandono escolar (7,1% em 1991 e 1,8% em 2011) e insucesso escolar (11,4% no ano letivo 2005/2006 e 9,1% no ano letivo 2011/2012).

Gráfico 25. Taxa de abandono escolar | 1991, 2001 e 2011



Nota: Gráfico ordenado por ordem decrescente da taxa de abandono escolar dos concelhos de acordo com os dados de 2011.
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

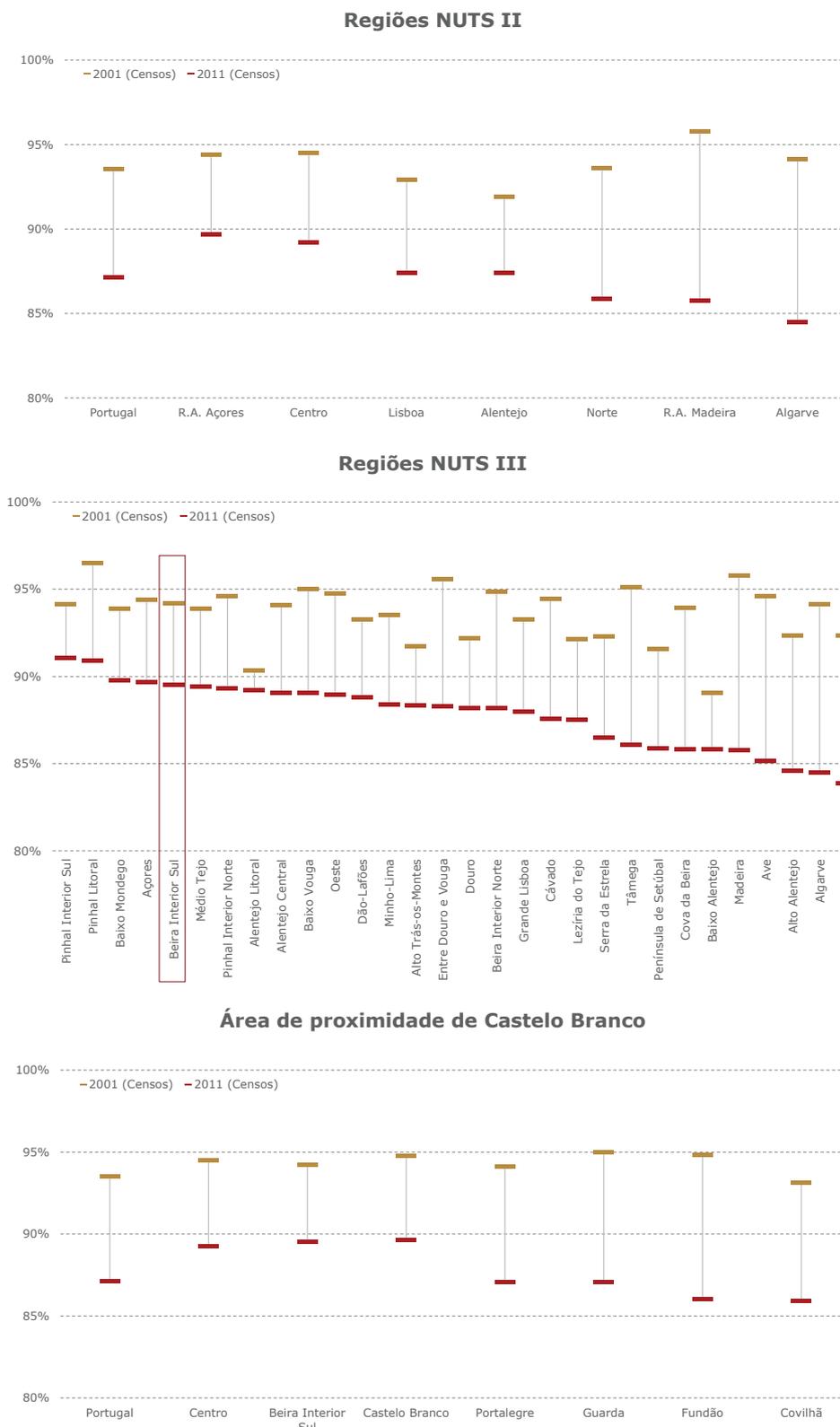
Gráfico 26. Taxa de insucesso escolar | 2005-2012



Nota: Gráfico ordenado por ordem decrescente da taxa de insucesso escolar dos concelhos de acordo com os dados do ano letivo 2011-2012.
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

Tal como ocorrido no panorama nacional, também em Castelo Branco se assistiu a um recuo das taxas de emprego entre o período intercensitário. Contudo, é de referir que ainda assim, Castelo Branco conseguiu um nível de empregabilidade (89,6% em 2011 face a 94,8% em 2001) superior ao verificado na média do país (87,1% em 2011 diante 93,5% em 2001) e também aos territórios de proximidade.

Gráfico 27. Taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos | 2001-2011

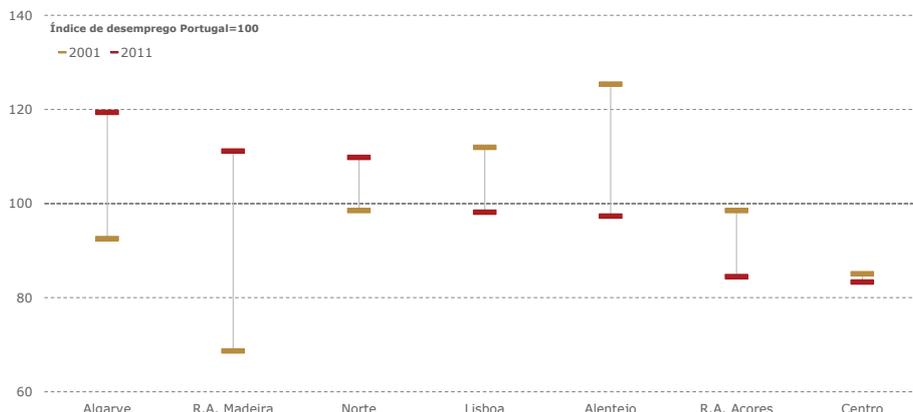


Nota: Gráficos ordenados por ordem decrescente da taxa de emprego dos concelhos de acordo com os dados de 2011. Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Na perspetiva complementar, a taxa de desemprego é, naturalmente inferior aos territórios de comparação, mas apresenta uma tendência de agravamento, mais do que duplicando entre 2001-2011, sendo atualmente de 11%.

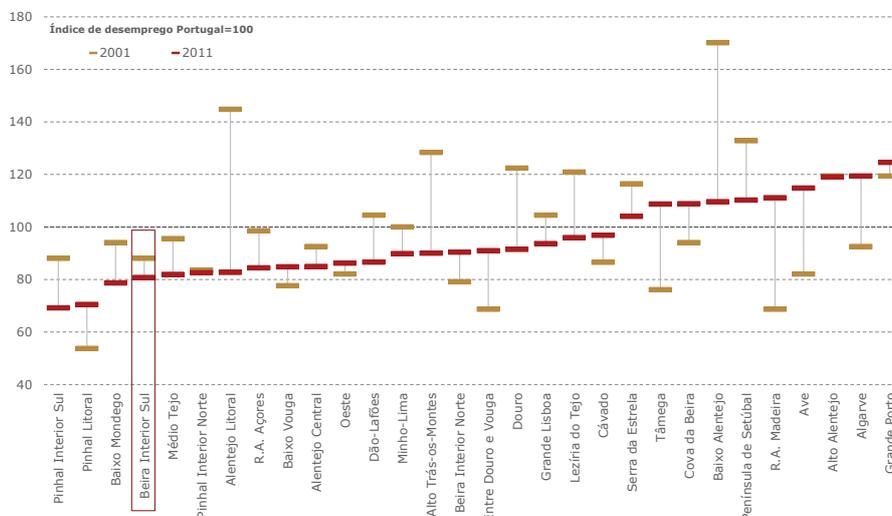
Gráfico 28. Índice de desemprego | 2001 e 2011

Regiões NUTS II



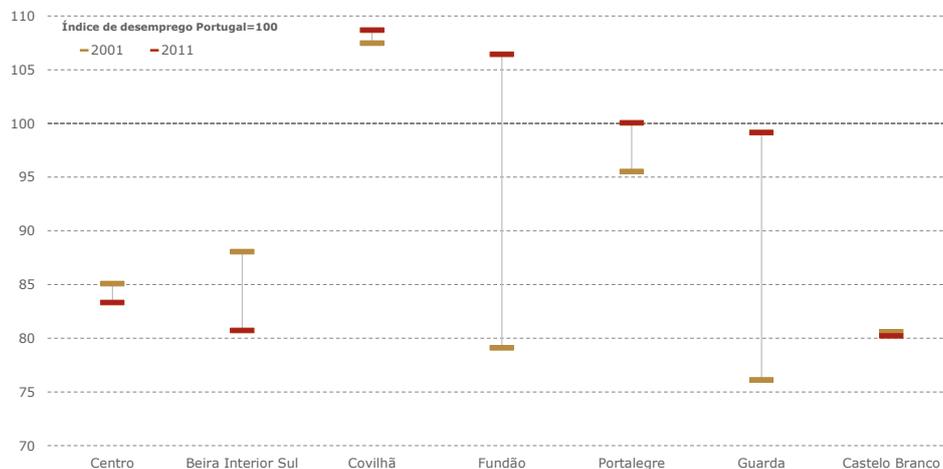
Nota: Gráfico ordenado por ordem crescente do índice de desemprego das NUTS II de acordo com os dados de 2011.

Regiões NUTS III



Nota: Gráfico ordenado por ordem crescente do índice de desemprego das NUTS III de acordo com os dados de 2011.

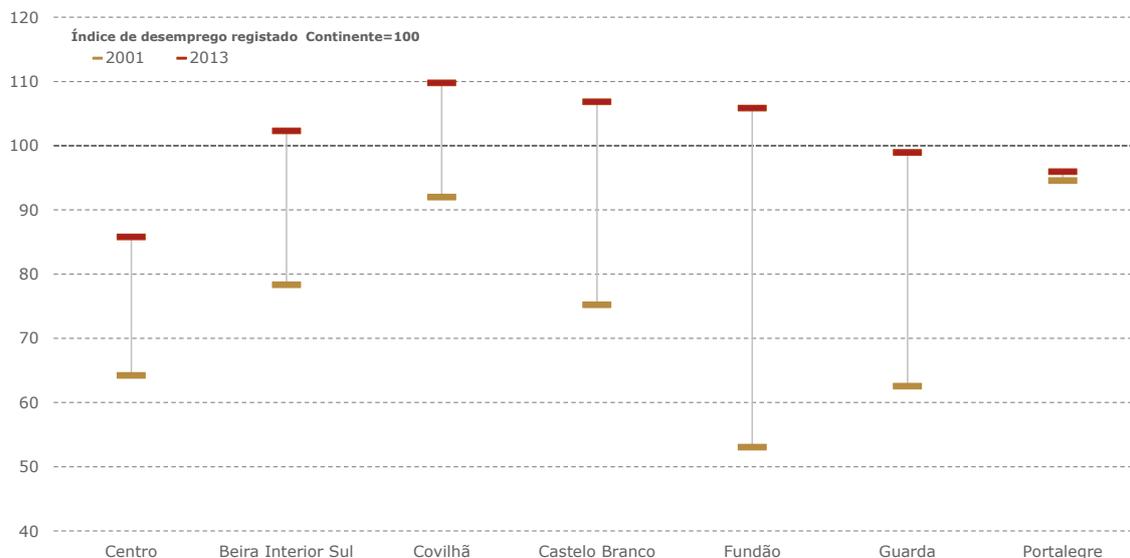
Área de proximidade de Castelo Branco



Nota: Gráfico ordenado por ordem crescente do índice de desemprego dos concelhos de acordo com os dados de 2011. Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Tendo por base o desemprego registado nos centros de emprego do IIEFP, comprova-se a degradação da capacidade de absorção dos recursos disponíveis no mercado de trabalho entre 2001-2013, passando de 75% do valor nacional 7% acima deste referencial. Neste contexto, destaca-se a menor proporção de registos nos concelhos da Guarda e da Covilhã, ambos abaixo do referencial 100.

Gráfico 29. Desemprego registado nos centros de emprego | 2001-2013



Notas:

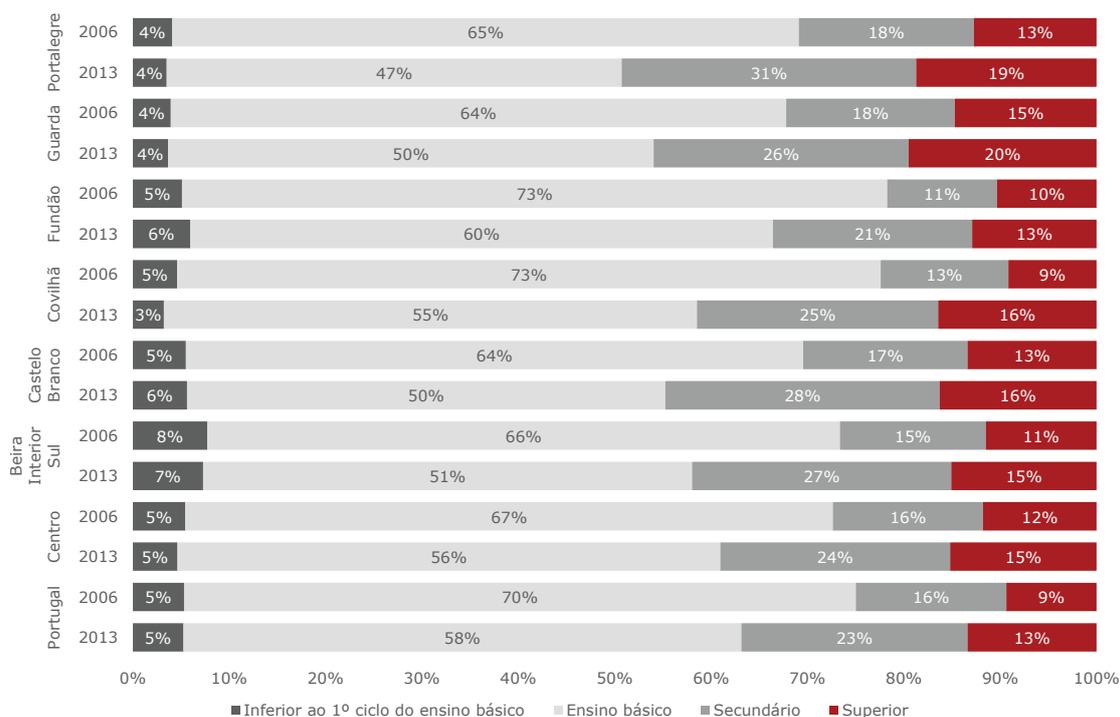
1. o índice de desemprego registado relaciona o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IIEFP de uma região, com a população em idade ativa dessa região, assumindo a proporção nacional deste rácio como comparação (Índice Continente =100). Este indicador não deve ser interpretado como uma taxa de desemprego, uma vez que apenas se refere ao número de desempregados que se inscrevem voluntariamente nos Centros de Emprego do IIEFP, não incorporando as restantes situações de desemprego.

2. Gráfico ordenado por ordem crescente do índice de desemprego registado dos concelhos de acordo com os dados de 2013.

Fonte: IIEFP

A estrutura do desemprego por nível de habilitações evidencia o aumento do número de desempregados com o ensino secundário e superior (30% em 2006 e 45% em 2013) e a preponderância do desemprego de população com o ensino básico.

Gráfico 30. Desemprego registado nos centros de emprego por habilitações | 2013



Fonte: IIEFP

Cerca de 55% dos trabalhadores de Castelo Branco auferem de um salário que está entre o mínimo nacional e o ganho mediano. Entre 2000-2009 assiste-se a uma degeneração das condições salariais, facto que ocorreu também na área de proximidade, onde a Covilhã se destaca pelos melhores níveis de remuneratórios.

Gráfico 31. Estrutura de trabalhos por intervalo de salário mediano | 2000

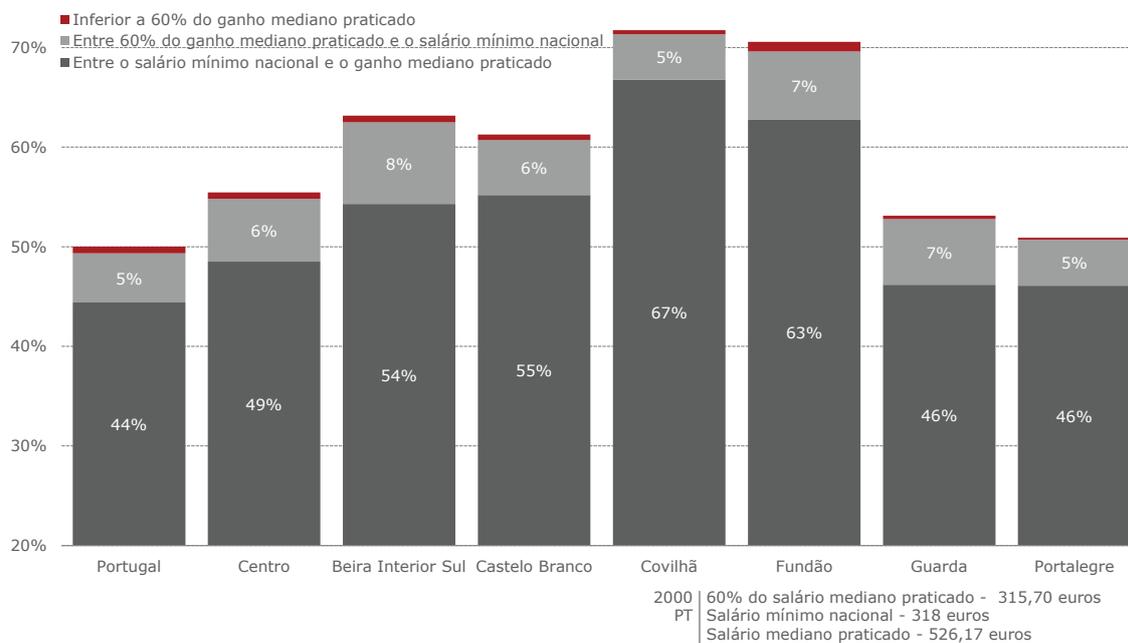
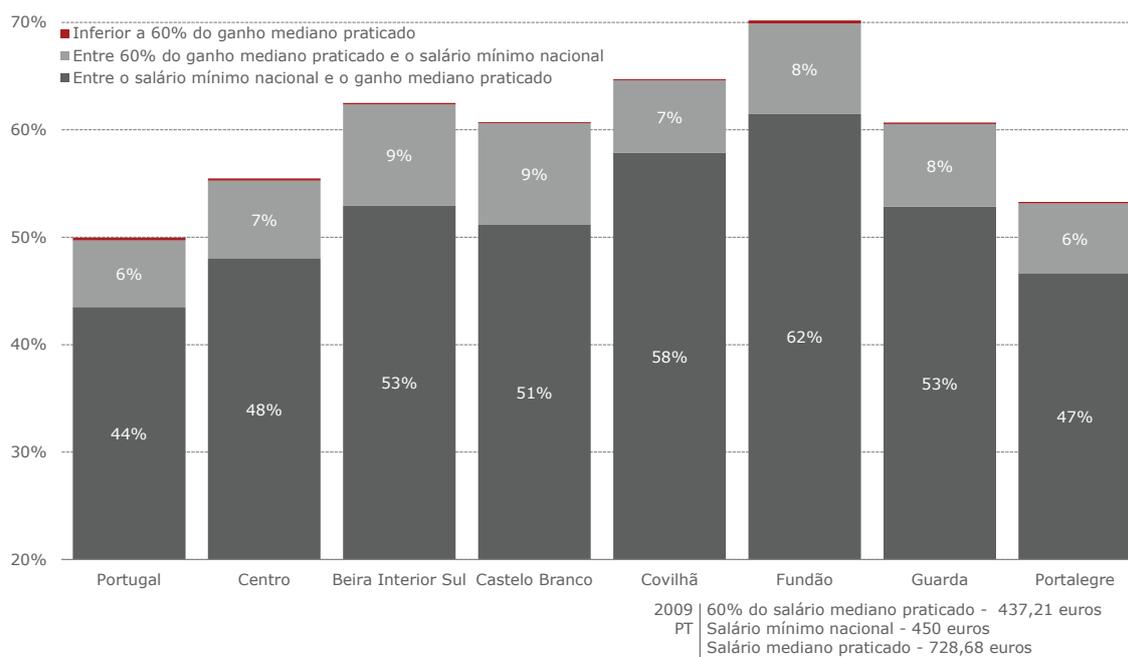


Gráfico 32. Estrutura de trabalhos por intervalo de salário mediano | 2009



Fonte: Quadros de Pessoal

AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º
1250-166 Lisboa
T. +351 21 351 14 00
F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º
4250-186 Porto
T. +351 22 508 98 55
F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda